



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**FLORIANÓPOLIS-SC
MARÇO/2014**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 133/2013).

**FLORIANÓPOLIS-SC
MARÇO/2014**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Martins Cardozo

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretora Geral
Maria Alice Nascimento Souza

8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL / SC

Superintendente Regional
Silvinei Vasques

Chefe de Gabinete
Fabiano Sardá

Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização
Fernando Machado de Magalhães

Chefe da Seção Administrativa e Financeira
Bernardo de Barros Oliveira

Chefe da Seção de Recursos Humanos
Allan Carlos Vieira

Corregedor Regional
Mauricio Maciel Pereira Junior

Chefe da 1ª Delegacia Metropolitana – São José
Renato Felice Ferrer

Chefe da 2ª Delegacia Metropolitana – Turarão
Ewaldo Stelzenberger

Chefe da 3ª Delegacia Metropolitana – Joinville
André Luiz Ortega

Chefe da 4ª Delegacia Metropolitana – Itajaí
Antonio Carlos Stanislau Afonso Cunha

Chefe da 5ª Delegacia Regional – Lages
João José Blomer

Chefe da 6ª Delegacia Regional – Mafra
Luciano Crisafulli Rodrigues

Chefe da 7ª Delegacia de Fronteira – Joaçaba
Jocelito Nunes de Figueiredo

Chefe da 7ª Delegacia de Fronteira – Chapecó
Ivo Heidrich Silveira

Comissão para Elaboração do Relatório de Gestão 2013 da 8ª SRPRF/SC
Eduardo Lugo Samudío
Maurício Maciel Pereira Júnior



Missão Institucional

“Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã.”

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

8ª SRPRF/SC - 8ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Santa Catarina
ABIN - Agência Brasileira de Inteligência
ABS - *Anti-lock Braking System*
ACT - Acordo de Cooperação Técnica
AGU - Advocacia-Geral da União
ANPRF – Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BAT - Boletim de Acidente de Trânsito
BS – Boletim de Serviço
CADA - Comissão Administrativa de Defesa da Autuação
CCO - Centro de Comando e Operação
CGU - Controladoria-Geral da União
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
DBR - Declaração de Bens e Rendas
DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito
DN - Decisão Normativa
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DPRF - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
EDA - *Enterprise Digital Assistant*
ENAFRON - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras
EPE - Escritório de Projetos Estratégicos
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infrações
LOA - Lei Orçamentária Anual
MJ - Ministério da Justiça
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPT - Ministério Público do Trabalho
NMP - Núcleo de Multas e Penalidades
NOE - Núcleo de Operações Especiais
NUAD - Núcleo de Execução Administrativa
NUAP - Núcleo de Administração de Pessoal
NUAT - Núcleo de Apoio Técnico
NUCAP - Núcleo de Capacitação
NUCOM - Núcleo de Comunicação Social
NUDOC - Núcleo de Documentação
NUIINT - Núcleo de Inteligência
NUOFI - Núcleo de Orçamentos e Finanças
NUPAT - Núcleo de Patrimônio e Material
NURAM - Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária
NUSEG - Núcleo de Serviços Gerais
NUTEL - Núcleo de Informática e Telecomunicações
OCR - *Optical Character Recognition*
OG - Objetivos de Governo
PPA - Plano Plurianual
PRF - Polícia Rodoviária Federal

RNTRC - Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas
SAF - Seção Administrativa e Financeiras
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SENAST - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEST - Serviço Social do Transporte
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais do Governo Federal
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Governo Federal
SIGER - Sistema de Informações Gerenciais
SILVER - Sistema de Liberação e Recolhimento de Veículos
SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SISBIN - Sistema Brasileiro de Inteligência
SPF - Seção de Policiamento e Fiscalização
SRPRF - Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal
SYSPD - Sistema de Parte Diária Informatizada da 8ª SRPRF/SC
TCO - Termo Circunstanciado de Ocorrência
TCT - Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
UG - Unidade Gestora
UJ - Unidade Jurisdicionada
UNEFRON - Unidades Especiais de Fronteira da Polícia Rodoviária Federal
UO - Unidade Orçamentária
UOP - Unidade Operacional (Posto de Fiscalização PRF)

SUMÁRIO

SUMÁRIO	7
LISTA DE QUADROS DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013	11
LISTA DE QUADROS DA 8ª SRPRF/SC	12
LISTA DE TABELAS DA 8ª SRPRF/SC	12
LISTA DE GRÁFICOS DA 8ª SRPRF/SC	12
INTRODUÇÃO	13
DESENVOLVIMENTO	15
1 “PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013”	15
IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	15
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	15
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	15
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS.....	16
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	20
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	23
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	27
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	28
2 “PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013”	31
PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	31
2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE.....	31
2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	37
2.2.1 Programa Temático.....	37
2.2.3.2 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS.....	38
QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS.....	38
QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS.....	39
QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS.....	40
QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS.....	41
QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS.....	42
QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS.....	43
QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS.....	44
QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS.....	45
2.2.3.3 AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA 2013 – RESTO A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS.....	46
2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS GESTÃO.....	58
3 “PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.”	59
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	59
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	59
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	59
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	62
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	66
3.6 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS.....	67
4. “PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013”	68
TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	68
4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS.....	68
4.1.1 Programação.....	68
4.1.1.1 ANÁLISE CRÍTICA.....	68
4.1.2 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA.....	69

4.1.3. Realização da Despesa.....	70
4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	70
4.1.3.7 Análise Crítica da realização da despesa.....	71
4.2 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	72
4.2.1 Análise crítica.....	72
4.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	73
4.3.1 Análise Crítica.....	73
4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	74
4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	74
4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	74
4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	74
4.4.5 Análise Crítica.....	74
4.5 SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	75
4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....	75
4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”.....	75
4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	75
4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	76
4.5.5 Análise Crítica.....	76
4.6 RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ.....	77
4.6.1 Benefícios Financeiros e Creditícios.....	77
4.6.1.1 Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação.....	77
4.6.1.2 Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica.....	77
4.6.2 Renúncias Tributárias.....	77
4.6.2.1 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ – Identificação.....	77
4.6.2.2 Valores Renunciados e Contrapartida.....	77
4.6.2.3 Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário.....	77
4.6.2.4 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia.....	77
4.6.2.5 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária.....	77
4.6.2.6 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária.....	77
4.6.2.7 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas.....	78
4.6.2.8 Comunicações à RFB.....	78
4.6.2.9 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.....	78
4.6.2.10 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal.....	78
4.6.2.11 Fiscalizações Realizadas pela RFB.....	78
4.6.2.12 Renúncia Tributária – Análise Crítica.....	78
5 “PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013”.....	79
GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	79
5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	79
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	79
5.1.1.1 Lotação.....	79
5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada.....	80
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.....	81
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções.....	81
5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	82
5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	83
5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	84
5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	84

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	85
5.1.5 Cadastramento no Sisac.....	85
5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	85
5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU.....	85
5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	85
5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.....	85
5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	85
5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	86
5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	87
5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	87
5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	88
5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	88
5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	88
5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	89
5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4.....	89
5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários.....	90
6 “PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013”.....	91
GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	91
6.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS... ..	91
6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	95
6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	95
6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	96
6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	101
6.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS.....	102
7 “PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013”	103
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO... ..	103
7.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	103
7.1.1 Análise Crítica.....	105
8 “PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.”.....	107
GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	107
8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	107
8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	109
9 “PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.”.....	110
CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	110
9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU:.....	110
9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI (ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO).....	110
9.3 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	110
9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	111
9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	111
9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações.....	111
9.5 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO.....	112
9.6 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV.....	113
10 “PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.”.....	114
RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	114
10.1 DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO OU ENTIDADE PARA FINS DE SOLICITAÇÕES, RECLAMAÇÕES, DENÚNCIAS, SUGESTÕES, ETC.,.....	114

<u>CONTEMPLANDO INFORMAÇÕES GERENCIAIS E ESTATÍSTICAS SOBRE O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS:</u>	114
<u>10.2. MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS OU CLIENTES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE:</u>	114
<u>10.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE EVENTUAIS PESQUISAS DE OPINIÃO FEITAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS COM CIDADÃOS EM GERAL, SEGMENTOS ORGANIZADOS DA SOCIEDADE OU USUÁRIOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE.</u>	114
<u>11 “PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.”</u>	115
<u>INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.</u>	115
<u>11.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.</u>	115
<u>11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.</u>	115
<u>11.2.1 Declaração Plena</u>	115
<u>11.2.2 Declaração com Ressalva</u>	116
<u>12 “PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.”</u>	117
<u>OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.</u>	117
<u>12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ</u>	117
<u>ANEXO I - ORGANOGRAMA FUNCIONAL</u>	119
<u>ANEXO II - REGIMENTO INTERNO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</u>	120
<u>ANEXO III - ESTRUTURA DAS DELEGACIAS DA 8ª SRPRF/SC</u>	132
<u>ANEXO IV - ROL DE RESPONSÁVEIS</u>	134
<u>ANEXO V - RELATÓRIO CGU-PAD</u>	144

LISTA DE QUADROS DA DN TCU N.º 127, DE 15/05/2013

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	15
QUADRO A.2.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO - NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ.....	37
QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	59
QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA. .69	
QUADRO A.4.1.2.2 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA. 70	
QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	70
QUADRO A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	71
QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	73
QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA).....	75
QUADRO A.4.5.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR.....	75
QUADRO A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF).....	76
QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	79
QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ.....	80
QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO).....	81
QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA	81
QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	82
QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	83
QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO.....	84
QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12.....	85
QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA.....	88
QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	89
QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	90
QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	95
QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL.....	96
QUADRO A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.....	102
QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	103
QUADRO A.9.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	107
QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	109
QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR.....	111
QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	116

LISTA DE QUADROS DA 8ª SRPRF/SC

QUADRO Q.1 – OBJETIVOS DE GOVERNO X METAS PRF / PPA 2012-2015 – PROGRAMA 2070.....	20
QUADRO Q.2 – DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	24
QUADRO Q.3 – QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO.....	27
QUADRO Q.4 – METAS DO DPRF PARA A 8ª SRPRF/SC.....	32
QUADRO Q.5 – RESULTADOS OPERACIONAIS 2013 – 8ª SRPRF/SC.....	53
QUADRO Q.6 – INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	87
QUADRO Q.7 – PROCESSOS DE TCA EM 2013.....	112

LISTA DE TABELAS DA 8ª SRPRF/SC

TABELA T.1 – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DA 8ªSRPRF/SC.....	29
TABELA T.2 – OPERAÇÕES NACIONAIS DO DPRF.....	33
TABELA T.3 – OPERAÇÕES EXECUTADAS PELA 8ª SRPRF/SC.....	47
TABELA T.4 – NÚMEROS DE AUTOS DE INFRAÇÕES E PROCESSOS JULGADOS -8ª SRPRF/SC.....	55
TABELA T.5 – LEILÕES REALIZADOS PELA 8ª SRPRF/SC.....	57
TABELA T.6 – RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS.....	65
TABELA T.7 – OBRAS QUE FORAM CONTRATADAS NO FINAL DE 2012 QUE FORAM EXECUTADAS E INAUGURADAS EM 2013.....	100
TABELA T.8 – OBRAS CONTRATADAS EM 2013 COM INICIO DE EXECUÇÃO PREVISTO PARA 2014.....	101

LISTA DE GRÁFICOS DA 8ª SRPRF/SC

GRÁFICO G.1 – TIPOS DE ACIDENTES – 8ª SRPRF/SC.....	34
GRÁFICO G.2 – CAUSA PROVÁVEL DOS ACIDENTES – 8ª SRPRF/SC.....	35
GRÁFICO G.3 – CONDIÇÃO METEOROLÓGICA NOS ACIDENTES – 8ª SRPRF/SC.....	36

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado conforme Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, com a Decisão Normativa TCU nº 127 e da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013), que comporá o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2013.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos financeiros da 8ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/Santa Catarina, no exercício de 2013. Desse modo, torna-se um instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços, a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito desta UJ.

O relatório está organizado e sistematizado de modo que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 8ª SRPRF/SC no decorrer do exercício de 2013 e a aplicação dos recursos financeiros. Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, o orçamento autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2013 e os relatórios de atividade das diversas áreas desta Unidade Jurisdicionada, o que possibilita uma perspectiva macro e também micro, com acompanhamento setorializado.

Importante ressaltar que o presente relatório segue fielmente a estrutura de tópicos prevista na Portaria TCU nº 175/2013, de 09 de julho de 2013, para assim propiciar melhor compreensão e análise de quem for apreciá-lo. Sendo assim, por não ser Unidade Orçamentária (UO), o presente relatório não reproduzirá quadros em branco nas hipóteses de inexistência da informação ou de inaplicabilidade da exigência do conteúdo.

De acordo com a alínea “a” do § 2º, art. 2º da Portaria nº 175/2013, os itens 3.3, 4.7, 11.3, 11.4, 11.5 e 11.6 da parte A, todos os itens da parte B e todos os itens da parte C do Anexo II da DN TCU nº 127/2013 não foram preenchidos por não corresponderem à natureza jurídica da UJ.

- O atingimento da meta de redução de mortes em acidentes nas rodovias federais no estado de Santa Catarina, o que demonstra que a 8ª SRPRF/SC tem sido bem sucedida nesse objetivo, executando ações pontuais e inteligentes que foram previamente tratadas em vários encontros de gestores que resultaram na diminuição da gravidade e letalidade dos acidentes;
- Redução do número global de acidentes de trânsito, onde foi determinante a realização de estudos que identificaram os pontos com maiores incidências de ocorrências. Nesses locais foram adotadas medidas preventivas (instalação e reforço na sinalização viária, operação com radares, estacionamento de viaturas, fechamento de acessos) que contribuíram para esse resultado.
- Realização de palestras educativas em empresas e escolas, bem como os comandos educativos e de saúde como parte de ações preventivas que contribuem para a conscientização dos motoristas, profissionais ou não, a fim de que estes também percebam que são atores neste cenário.
- Ação contínua na intensificação da fiscalização minuciosa e constante, obtendo resultados significativos no combate ao narcotráfico, entrada ilegal de armas e munições e no contrabando e descaminho de bens de consumo diversos;
- Realização de diversas operações temáticas, sobretudo, em regiões de fronteira;
- Aquisição de novos radares fotográficos e outros equipamentos, com recursos oriundos dos convênios firmados com concessionárias de rodovias e por meio de

licitações;

- Reformas e ampliações das Unidades Operacionais de Maravilha, Xanxerê, Concórdia, Blumenau, Rio Negrinho, Rio do Sul;
- Construção de muro na Unidade Operacional de Rio do Sul, Poço para captação de água subterrânea para a Unidade Operacional de Xanxerê, Manutenção corretiva e readequação do sistema elétrico da Unidade Operacional de Guarimir, Manutenção predial da sede da UJ e construção da Unidade Operacional de Guaraciaba, possibilitando, assim, a prestação de serviço de melhor qualidade nessas localidades.
- Construção da nova Unidade Operacional de Araranguá, executada pelo DNIT por conta das obras de duplicação da BR-101;

Neste relatório também estão abordadas as dificuldades que impediram um melhor desempenho desta Unidade Jurisdicionada, podendo desde já ser citada a deficiência de efetivo operacional para realizar as atividades nas rodovias frente ao expressivo crescimento da frota nacional de veículos.

Dentre as expectativas desta UJ, tem-se a realização de mais concursos nacional para ingresso de novos policiais, no qual, considerando a relevância do trânsito nas rodovias federais catarinenses e as fronteiras de nosso estado, bem como ao crescimento da criminalidade que repercute diretamente na atividade policial, buscar-se-á obter um quantitativo de efetivo satisfatório para Santa Catarina e as demais Unidades da Federação.

Com o presente documento, a 8ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/Santa Catarina encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

Silvinei Vasques
Policia Rodoviário Federal – Classe Especial
Superintendente Regional em Santa Catarina

DESENVOLVIMENTO

1 “PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013”

IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo/ Função essencial à Justiça			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			
Denominação Abreviada: 8ª SRPRF/SC			
Código SIORG: 2833	Código LOA: NÃO SE APLICA	Código SIAFI: 200125	
Situação: ATIVA			
Natureza Jurídica: ÓRGÃO PÚBLICO			CNPJ: 00.394.494/0120-61
Principal Atividade: SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(048) 3251 3200	(048) 3251 3201	(048) 3251 3286
Endereço Eletrônico: sup.sc@prf.gov.br ou saf.sc@prf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dprf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Doutor Alvaro Mullen Da Silveira, 104 – Centro – CEP 88.020-180 – Florianópolis - SC			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Constituição Federal (Art. 144);			
- Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro);			
- Decreto nº 1.655/1995.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Portaria Ministerial nº 1375 de 02 de agosto de 2007, publicada no D.O.U. De 06 de agosto de 2007.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
- Não se aplica à UJ.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200109	Departamento de Polícia Rodoviária Federal		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200109		00001	

FONTE: SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

1.2 Finalidade e Competências Institucionais

A Polícia Rodoviária Federal tem como missão precípua promover a segurança viária nas rodovias e estradas federais. Naturalmente, o trabalho desenvolvido no leito viário impacta todo o espectro de Segurança Pública, tarefa típica do Estado. Portanto, podendo assim dizer que os beneficiados pelos serviços da PRF são os usuários dessas vias, bem como a população a ela lideira e, em última análise, a sociedade de modo geral.

A segurança viária compreende a prevenção da ocorrência de acidentes de trânsito e também o enfrentamento aos ilícitos que se valem dessas vias para sua locomoção ou movimentação. Nas regiões típicas de fronteira o enfrentamento ao tráfico de drogas, armas, contrabando, descaminho, crimes ambientais e crimes contra a dignidade da pessoa humana ganha contornos mais fortes.

As competências da PRF têm seus principais marcos legais na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei 9.503/93 (Código de Trânsito Brasileiro), no Decreto 1.655/95 e no Regimento Interno, aprovado pela Portaria 1.375/2007 do senhor Ministro da Justiça.

Com o advento da Constituição de 1988 a Polícia Rodoviária Federal foi integrada ao Sistema Nacional de Segurança Pública, conforme o artigo 144, *caput*, inciso II, parágrafo 2º, que dispõe:

“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

(...)

II - polícia rodoviária federal;

(...)

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)”

Sob essa nova ótica, a Polícia Rodoviária Federal passou a ter também como missão parte das responsabilidades do Poder Executivo Federal para com a Segurança Pública, além das suas demais atribuições, como prestar segurança aos usuários das vias federais, socorrer as vítimas de acidentes de trânsito, zelar pela proteção do patrimônio da União, entre outras.

No âmbito infraconstitucional destaca-se a inserção da PRF no artigo 20 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), definindo-a como órgão componente do Sistema Nacional de Trânsito, determinando as seguintes competências:

Art. 20. Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito, as medidas administrativas decorrentes e os valores provenientes de estada e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

- IV - efetuar levantamento dos locais de acidentes de trânsito e dos serviços de atendimento, socorro e salvamento de vítimas;
- V - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;
- VI - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, e zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções e instalações não autorizadas;
- VII - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, adotando ou indicando medidas operacionais preventivas e encaminhando-os ao órgão rodoviário federal;
- VIII - implementar as medidas da Política Nacional de Segurança e Educação de Trânsito;
- IX - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;
- X - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;
- XI - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais. (grifo nosso).

Por sua vez, o Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, publicado no DOU de 04 de outubro de 1995, define também competências institucionais da PRF, em especial nos aspectos ligados ao enfrentamento à criminalidade. Eis o texto:

- I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;
- II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;
- IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;
- VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;
- VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão

competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

A Lei 9.654, de 2 de junho de 1.998, alterada pela Leis 11.358/2006, 11.784/2008 e 12.775/2012, estabelece as competências funcionais do Policial Rodoviário Federal, conforme disposto abaixo:

Art. 2o-A. A partir de 1o de janeiro de 2013, a Carreira de que trata esta Lei, composta do cargo de Policial Rodoviário Federal, de nível superior, passa a ser estruturada nas seguintes classes: Terceira, Segunda, Primeira e Especial, na forma do Anexo I-A, observada a correlação disposta no Anexo II-A. (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

§ 1o As atribuições gerais das classes do cargo de Policial Rodoviário Federal são as seguintes: (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

I - Classe Especial: atividades de natureza policial e administrativa, envolvendo direção, planejamento, coordenação, supervisão, controle e avaliação administrativa e operacional, coordenação e direção das atividades de corregedoria, inteligência e ensino, bem como a articulação e o intercâmbio com outras organizações e corporações policiais, em âmbito nacional e internacional, além das atribuições da Primeira Classe; (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

II - Primeira Classe: atividades de natureza policial, envolvendo planejamento, coordenação, capacitação, controle e execução administrativa e operacional, bem como articulação e intercâmbio com outras organizações policiais, em âmbito nacional, além das atribuições da Segunda Classe; (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

III - Segunda Classe: atividades de natureza policial envolvendo a execução e controle administrativo e operacional das atividades inerentes ao cargo, além das atribuições da Terceira Classe; e (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

IV - Terceira Classe: atividades de natureza policial envolvendo a fiscalização, patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários e demais atribuições relacionadas com a área operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012)

§ 2o As atribuições específicas de cada uma das classes referidas no § 1o serão estabelecidas em ato dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Justiça. (Incluído pela Lei nº 12.775, de 2012).

Existem outros diplomas legais que acometem atribuições à PRF. Entretanto, as normas citadas são as que mais traduzem as competências e finalidade da instituição.

Ainda, oportuno e importante destacar que historicamente a PRF dedicou-se por longas décadas ao policiamento de trânsito. Em sua ação cotidiana pouco se envolvia com operações e ações de combate e enfrentamento à criminalidade. Entretanto, com o passar dos anos e com o aumento da violência, a rodovia, antes palco para o escoamento de riquezas e para o exercício do direito constitucional à livre locomoção, passou a servir também de suporte logístico para a circulação de criminosos e movimentação de produtos ilícitos.

Esse fato trouxe para o seio da PRF uma nova preocupação, qual seja, preparar-se para o

enfrentamento a esses ilícitos, sem descuidar, no entanto, de sua missão histórica de zelar pela segurança e fluidez do trânsito.

Nesse sentido, o elemento norteador de ações, iniciativas, empreendimentos, indicadores e metas é o Planejamento Estratégico da PRF, o qual está em processo de finalização. Contudo, seu mapa já permite o correto posicionamento dos gestores quanto ao emprego dos recursos públicos de forma ordenada e com alvo definido. Eis o mapa:



O Mapa Estratégico da PRF dialoga perfeitamente com os Programas de Governo. Todas as ações da PRF estão voltadas para o cumprimento do Plano Estratégico de Governo definido no Plano Plurianual 2012-2015. Portanto, o Planejamento Estratégico da PRF, que tem uma cobertura temporal maior que o PPA, a este se submete quando do estabelecimento de indicadores e metas a serem cumpridas pela instituição.

A PRF contribui de forma intrínseca para o cumprimento do Programa Temático de Governo 2070 – Segurança Pública com Cidadania, vinculado ao Ministério da Justiça. O quadro abaixo demonstra os Objetivos de Governo aos quais as ações da PRF vinculam-se expressamente. Todavia, como o programa é temático e transversal a muitos outros órgãos, nem todas as metas são afeitas exclusivamente à PRF.

QUADRO Q.1 – OBJETIVOS DE GOVERNO X METAS PRF / PPA 2012-2015 – PROGRAMA 2070

OBJETIVOS DE GOVERNO	METAS PRF / PPA 2012-2015 – PROGRAMA 2070
<p>0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.</p>	<p>Ampliar de 10,4 milhões para 24 milhões os procedimentos de fiscalização de pessoas; Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteira; Implantar 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras; Implantar 21 UNEFRONs da PRF.; Implantar 66 pontos de monitoramento OCR – Sistema Alerta Brasil; Implantar Sistema de tratamento de dados de Inteligência Policial do DPRF nas fronteiras; Realizar 08 Operações Especiais Integradas nas regiões de fronteiras.</p>
<p>0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.</p>	<p>Implantar 166 pontos de monitoramento – OCR – Sistema Alerta Brasil; Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da PRF, identificando perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores; Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União; Realizar ações de capacitação dos servidores da PRF, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 h/a de capacitação anual; Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento – PRF.</p>
<p>0832 - Implantar o Plano Nacional de Segurança em Grandes Eventos., dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.</p>	<p>Instalar 12 Centros de Comando e Controle Locais nos Estádios – Cidades Sedes CM 2014; 12 Centros de Comando e Controle Integrado regionais nos Estados sede da Copa do Mundo 2014; 15 Centros de Comando e Controle Integrado em outros Estados; 01 Centro de Comando e Controle Integrado Nacional Nacional; 51 Centros de Comando e Controle Móveis Móveis destinados às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções; Capacitar 5 mil PRFs em ações específicas voltadas para grandes eventos.</p>
<p>0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.</p>	<p>Alcançar com ações de Educação para o Trânsito 1 milhão de pessoas até 2015; Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde – SAMU Rodoviário; Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais; Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia; Implantar o Centro de Segurança Viária; Implantar Centros de Comando e Controle em todas as SRs (monitorar, despachar, controlar as ações operacionais); Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias.</p>

1.3 Organograma Funcional

A Polícia Rodoviária Federal está presente em todo o território nacional, estruturada em 21 Superintendências Regionais, 05 Distritos Regionais, aproximadamente 150 delegacias e 400 unidades operacionais (postos de fiscalização), com sua administração central em Brasília/DF.

A estrutura central de gestão da PRF em Santa Catarina é composta pela Superintendência Regional, assessorada por três Seções (Administrativa e Financeira, Recursos Humanos e Policiamento e Fiscalização) e uma Corregedoria Regional. A atividade operacional é primordialmente promovida pela Seção de Policiamento e Fiscalização, em atuação conjunta com as 8 (oito) delegacias distribuídas pelo estado de Santa Catarina. A essas delegacias vinculam-se 25

unidades operacionais.

O Organograma Funcional está apresentado no Anexo I do presente relatório (em consonância com a disposição do item II, B, 6, do Anexo III à DN-TCU N° 127/2013) e expõe como está estruturada a 8ª SRPRF/SC. Por sua vez, o Anexo III contempla a estrutura das delegacias e de suas unidades operacionais, informando suas localizações pelo Estado de Santa Catarina, assim como a definição das suas respectivas circunscrições.

As funções e competências de cada área componente da 8ª SRPRF/SC encontram-se detalhadas do artigo 75 ao 95 do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria MJ n° 1375, de 2 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União na Edição n° 150, de 6/08/2007 (Anexo II).

Em síntese, as competências e atribuições de responsabilidade de cada área desta UJ são definidas da seguinte forma:

- **8ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal:** Executar, no âmbito da sua circunscrição, das atividades pertinentes ao gerenciamento administrativo, operacional, correicional e de recursos humanos;
- **Núcleo de Apoio Técnico:** Promover a instrução processual no âmbito do Gabinete, prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos, organizar, o acervo literário e de publicações jurídico-legais da Superintendência, bem como a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional;
- **Núcleo de Comunicação Social:** Orientar, promover e executar as atividades de comunicação social, relações públicas, divulgação institucional, solenidades, reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência;
- **Núcleo de Inteligência:** Assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência, planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência e segurança orgânica na Superintendência, produzir conhecimentos, identificar ameaças, gerenciar informações, documentação sigilosa e atividades de Inteligência na Superintendência;
- **Seção de Policiamento e Fiscalização:** Programar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais, operações especiais, levantamentos estatísticos e outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional;
- **Núcleo de Operações Especiais:** Orientar, controlar e executar as operações especiais, apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros;
- **Núcleo de Multas e Penalidades:** Orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, organizando normas, cadastros, processos de cancelamento, demonstrativos e coordenar as Comissões Administrativas de Defesa de Autuação -

CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI;

- **Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária:** Planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, cursos e treinamentos, aquisição de materiais, medidas para a redução dos índices de acidentes, boletins de ocorrências, dados estatísticos de acidentes de trânsito e estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário;
- **Seção Administrativa e Financeira:** Coordenar o planejamento da Unidade Regional, bem como das atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras, serviços, informática e telecomunicações, analisando e gerenciando os atos relacionados a procedimentos licitatórios, fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis;
- **Núcleo de Orçamento e Finanças:** Programar, orientar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira, emitindo demonstrativos, informando a disponibilidade orçamentária e efetuando o pagamentos de despesas;
- **Núcleo de Patrimônio e Material:** Gerenciar todas as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado, propondo a aquisição e distribuição de bens, promovendo o inventário patrimonial dos bens e mantendo atualizado o Sistema de Patrimônio com o registro da identificação, quantitativo e numeração do patrimônio;
- **Núcleo de Documentação:** Controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos, e, manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência;
- **Núcleo de Serviços Gerais:** Acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional, promover e acompanhar a manutenção de viaturas, equipamentos, documentação de veículos, gerenciamento da frota, Plano Anual de Aquisição de Veículos no âmbito da sua Unidade;
- **Núcleo de Telemática:** Coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;
- **Seção de Recursos Humanos:** Coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal;
- **Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal:** Orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, planos e programas de aperfeiçoamento, processos seletivos, cursos e estágios. Instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;
- **Núcleo de Administração de Pessoal:** Orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, pagamento, registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;
- **Corregedoria Regional:** Supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da

Regional, obedecidas as diretrizes correcionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

- **Núcleo de Assuntos Internos:** Auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional, promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;
- **Delegacias de Polícia Rodoviária Federal:** Executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;
- **Núcleo de Policiamento e Fiscalização:** Controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias federais;
- **Unidades Operacionais:** Zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao longo das rodovias e estradas federais sob sua circunscrição, adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, notadamente em casos de acidentes, adotando medidas de prevenção e repressão aos crimes contra a pessoa, a vida, o patrimônio público e de particulares, o meio ambiente, a administração pública, em especial o contrabando e o descaminho, e demais delitos previstos na legislação penal em vigor, nas estradas e rodovias federais.

Ademais, tem-se ainda, vinculadas à Seção de Policiamento e Fiscalização, as seguintes estruturas:

- **Central de Informações Operacionais – CIOP,** responsável pelo registro e troca de informações entre as diversas áreas operacionais, bem como com os usuários das rodovias, principalmente através do número de emergência da PRF – 191;
- **Base da Divisão de Operações Aéreas – BOA,** a qual conta com um helicóptero e tripulação capacitada para resgates e operações de combate à criminalidade;
- **Corpo de Motociclista Regional – CMR,** que atua em missões de escolta, batedor, fiscalização, entre outras.

As atribuições de cada área, conforme exposto acima e no Anexo II (“Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal”), demonstram a qual macroprocesso vincula-se, seja ele finalístico ou de apoio. Nos itens seguintes, destinados aos macroprocessos, será efetuada a vinculação desses com os Objetivos de Governo estabelecidos no Programa Temático 2070.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

A seguir serão apresentados os 10 (dez) principais macroprocessos finalísticos da instituição (DPRF). Todos eles estão vinculados aos Objetivos de Governo (OG) contidos no Programa Temático 2070 – Segurança Pública com Cidadania, de responsabilidade do Ministério da Justiça.

Naturalmente, dada a transversalidade dos programas temáticos, tais macroprocessos, por vezes, dialogam com outros programas governamentais. Entretanto, para efeito didático, só registraremos os Objetivos de Governo do Programa Temático 2070. No final de cada macroprocesso restará registrado, de forma sucinta, como foi sua condução por esta UJ.

No item 2 (“*PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS*”) tratar-se-á com maiores detalhes das estratégias de atuação e da execução das atividades nesta UJ. Portanto, as informações dispostas nesse sentido no quadro abaixo têm por objetivo apenas expor linhas gerais.

QUADRO Q.2 – DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Macroprocesso 1	ATENDIMENTO AO CIDADÃO
Cliente	Usuários da rodovia, vítimas envolvidas em acidentes, condutores alvo de fiscalização.
Necessidades do cliente	Levantamento circunstanciado do acidente, segurança no local de sinistro, resgate de vítimas e apoio ao atendimento pré-hospitalar de urgência, informações para familiares/próximos, auxílio ao usuário da rodovia em situações diversas, análise de defesa da autuação ou recurso de multa, fornecimento de cópia de BAT (Boletim de Acidente de Trânsito), acesso a central de emergência, informações sobre condições da estrada, saúde nas estradas.
Produtos/ Serviços	Sinalização, orientação e segurança do trânsito no local do acidente, serviços de primeiros socorros e remoção, informação sobre ocorrência às pessoas indicadas pelo condutor/vítima, Guarda e remoção de bens (veículo, carga, entre outros), Expedição de BAT, informações estatísticas sobre trafegabilidade e acidentes em rodovias federais, análise de defesas e recursos, comandos de saúde nas rodovias.
Resultados	Garantia de cuidados físicos e patrimoniais, redução de risco de morte, apoio psicossocial em situação crítica, consistência/regularidade/continuidade e assertividade de informações estatísticas para atuação institucional, garantia a ampla defesa e o contraditório.
Objetivo de Governo	0833
A análise das defesas da autuação, realizada pela Comissão Administrativa de Defesa da Autuação (CADA), e dos recursos por penalidades já impostas, efetuada pela Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI), tiveram destaque pelos bons resultados obtidos. Foram prestados serviços à população diuturnamente pelas equipes escaladas nas unidades operacionais e em patrulhamento das rodovias. Os boletins de acidente de trânsito (BAT) foram registrados em sistema informatizado (BR-Brasil), ficando o interessado de posse do número da ocorrência, com a qual, somada ao número de seu CPF, o habilitou a retirar a partir de 72 horas cópia do BAT em qualquer lugar que tenha acesso à internet. Essas cópias também puderam ser retiradas em qualquer unidade da PRF. Outro ponto de destaque foram os comandos de saúde realizados nas rodovias.	
Macroprocesso 2	CONDIÇÕES DAS RODOVIAS E REGULARIDADE DA FAIXA DE DOMÍNIO
Cliente	Usuário da rodovia, DNIT e ANTT.
Necessidades do cliente	Conhecimentos adequados e suficientes para decisões sobre ações corretivas e de resgate das condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais; faixas de domínio das rodovias federais livres de uso inadequado e não autorizado.
Produtos/ Serviços	Informações sobre condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais, serviços de fiscalização, notificação e de apoio à regularização do uso das faixas de domínio.
Resultados	Rodovia livre de poluição visual e construções que coloquem em risco a segurança e fluidez do trânsito.
Objetivo de Governo	0833
Além das informações diárias sobre quaisquer alterações, buscou-se realizar levantamento minucioso das condições físicas das vias, bem como de trafegabilidade, a fim de fazer os devidos encaminhamentos ao órgão rodoviário da União e às empresas concessionárias.	
Macroprocesso 3	CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE ESCOLTA
Cliente	Empresas de escolta de cargas excedentes. Usuário da rodovia.
Necessidades do cliente	Regularidade e legalidade das atividades de escolta e similares.
Produtos/ Serviços	Autorização para serviços de escolta e similares.
Resultados	Segurança no transporte de cargas excedentes, superdimensionadas ou especiais.
Objetivo de Governo	0833
Foi designada uma Comissão Regional de Credenciamento de Escolta, a qual restou incumbida os serviços de recebimento de requerimentos, instrução processual, encaminhamento para a Coordenação-Geral de Operações para emissão da Credencial de Escolta, vistorias, habilitação dos motoristas de escolta e a fiscalização desses serviços.	

Macroprocesso 4	EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A SEGURANÇA DO TRÂNSITO.
Cliente	Usuários, população lindeira às rodovias federais; Instituições de ensino, organizações sociais e agentes multiplicadores e sociedade de modo geral.
Necessidades do cliente	Conhecimentos sobre legislação, segurança de trânsito e correlatos, entender os riscos que envolvem a prática da direção veicular e perceber a diferença que o comportamento de cada indivíduo faz na segurança da coletividade.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação de trânsito e correlatas, campanhas e palestras educativas sobre o tema, matérias publicadas da mídia com o foco em serviço.
Resultados	Desenvolver no cidadão comportamento adequado para a utilização segura do trânsito.
Objetivo de Governo	0833
Foi designada uma Comissão Regional de Educação para o Trânsito, a qual recebe e processa todos os pedidos de palestras, campanhas, comandos educativos. Quanto à informação de caráter geral, foi amplamente utilizado o apoio da mídia (jornais, rádio e TV). Todas as operações vinculadas à segurança do trânsito foram divulgadas e nesse momento era discorrido sobre o comportamento esperado de cada condutor.	
Macroprocesso 5	INFORMAÇÃO, INTELIGÊNCIA E ANÁLISE DE RISCOS
Cliente	Usuários, ABIN, Polícias (Judiciárias e Militares), Ministério Público, Forças Armadas, Secretarias de Segurança Pública, Receitas (Federal e Estadual), Órgãos públicos de controle, Órgãos de imprensa.
Necessidades do cliente	Conhecimento atualizado para ações estratégicas de segurança pública envolvendo rodovias federais, insumos operacionais e informacionais para abertura de inquérito policial e informações sobre ocorrências com potencial de risco de práticas criminosas, conhecimento de deslocamentos de veículos, pessoas, grupos sociais, entre outros, com riscos potenciais aos usuários das rodovias federais e populações de entorno, conhecimento sobre fatos e ocorrências de interesse público e social em rodovias federais.
Produtos/ Serviços	Informações de inteligência, informações circunstanciada, serviços de apreensão de suspeitos e de produtos, informações operacionais sobre ocorrências com potencial de risco e sobre movimentações e práticas irregulares ou criminosas em rodovias federais, informações de interesse público sobre acidentes, apreensões, prisões, campanhas e outras ocorrências em rodovias federais.
Resultados	Agilidade e assertividade de informações para decisões de segurança pública com o devido tratamento de sigilo e segurança da informação, legalidade das informações e conhecimentos gerados, preservação de bens, consistência em inquéritos e investigações, preservação da ordem pública, consistência, credibilidade e assertividade de informações para divulgação.
Objetivo de Governo	0825, 0830, 0832, 0833
Cada equipe de serviço no trecho figurou como fonte de informação sobre acontecimentos, prisões, suspeições, monitoramento de veículos, identificação de pessoas, entre outros. Por outro lado, o Núcleo de Inteligência recebeu e tratou essas informações, agregando-as aos acompanhamentos de assuntos de interesse, difundindo esses conhecimentos, bem como recebeu conhecimentos de outros órgãos integrantes do SISBIN.	
Macroprocesso 6	FISCALIZAÇÃO, FLUIDEZ E SEGURANÇA DO TRÂNSITO
Cliente	Usuários das rodovias federais, população lindeira, sociedade em geral.
Necessidades do cliente	Trafegar pelas rodovias federais com segurança e fluidez no trânsito.
Produtos/ Serviços	Serviços de fiscalização, orientação e sinalização de trânsito nas rodovias federais.
Resultados	Segurança e fluidez do trânsito (redução da violência no trânsito).
Objetivo de Governo	0833
A fiscalização do trânsito foi fator primordial para a prevenção da ocorrência de acidentes. Para tanto, foram estabelecidas metas de fiscalização, cartão programa com o planejamento do patrulhamento diário, comando de fiscalização, operações em datas especiais (feriados e finais de semana prolongados).	
Macroprocesso 7	ESCOLTA E BATEDOR.
Cliente	Usuários, Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, Poder Judiciário.
Necessidades do cliente	Apoio em operações de segurança do Presidente da República e outras autoridades, Apoio para deslocamentos de comboios e cargas militares, segurança de dignitários.
Produtos/ Serviços	Serviços de Segurança, meios e efetivos para apoio operacional especializado, Serviço de escolta e batedor;
Resultados	Segurança de dignitários nos deslocamentos rodoviários, segurança e proteção em

	deslocamentos de cargas, comboios e contingentes militares, bem como de cargas especiais que exijam a presença da PRF.
Objetivo de Governo	0833
Foram realizados diversos trabalhos de segurança de dignitários. Esse trabalho, em geral, foi realizado em parceria com as demais instituições de Segurança Pública.	
Macroprocesso 8	OPERAÇÕES DE COMBATE AO CRIME
Cliente	Condutores de veículos, pedestres, passageiros, transportadores de passageiros e cargas, população da circunvizinhança das rodovias federais, vítimas de acidentes e crimes, proprietários de veículos acidentados, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias Judiciárias, Polícias Militares, Receitas (Federal e Estadual), ANTT, DNIT, Vigilância Sanitária, sociedade em geral.
Necessidades do cliente	Prevenção de crimes e segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais, apoio operacional circunstancial para abordagens, fiscalizações, cumprimento de mandados, diligências e outras situações similares, segurança para a realização de grandes eventos.
Produtos/ Serviços	Apoio e proteção pessoal e patrimonial, fiscalização/policiamento ostensivo das rodovias federais, serviços de segurança para diligências e abordagens operacionais de controle, fiscalização, enfrentamento ao furto e roubo de veículos, roubo de cargas, assalto a ônibus, tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho, crimes fiscais, ambientais e sanitários, bem como contra a dignidade humana (trabalho em situação análoga à escravidão, tráfico de seres humanos, exploração sexual de crianças e adolescentes).
Resultados	Segurança pessoal e patrimonial quando em trânsito em rodovias federais e fortalecimento do enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e crimes contra a dignidade da pessoa humana.
Objetivo de Governo	0825, 0832, 0833
Foram realizadas diversas operações com o foco no enfrentamento ao tráfico de drogas e armas na região de fronteira (Operação Sentinela). Esse enfrentamento também permeia a atividade das equipes com atividades diárias nas escalas de serviço, pois o produto do ilícito se movimenta e o criminoso se locomove. Portanto, não raro, na atividade rotineira de fiscalização foram retirados criminosos de circulação, bem como efetuada a apreensão de drogas, de veículos furtados/roubados, entre outros.	
Macroprocesso 9	FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS
Cliente	Condutores e passageiros de veículos em viagem, transportadores de passageiros e cargas, usuários da rodovia.
Necessidades do cliente	Conhecimento básico sobre normas de transporte, condições das rodovias, rotas de viagem, distâncias e localização de cidades e pontos turísticos, linhas, horários e itinerários de ônibus.
Produtos/ Serviços	Informações sobre legislação, trafegabilidade, distâncias e rotas de viagem, localização de cidades e pontos turísticos, horários e itinerários de linhas de ônibus, fiscalização das dimensões e peso dos veículos de carga, fiscalização do transporte de produtos perigosos, fiscalização do transporte coletivo de passageiros.
Resultados	Viagem segura para os passageiros do transporte coletivo, adequação do transporte de produtos perigosos, redução de danos a vias por excesso de peso.
Objetivo de Governo	0825, 0833
A fiscalização do transporte integrou a ações diárias de trabalho com operações temáticas desenvolvidas em diversos pontos do estado, sendo obtidos resultados bastante positivos.	
Macroprocesso 10	COMANDO E CONTROLE
Cliente	Usuários da rodovia, população lindeira, sociedade em geral
Necessidades do cliente	Atendimento otimizado de ocorrências (menor tempo de resposta), contato de emergência, presença e disponibilidade do policiamento ostensivo.
Produtos/ Serviços	Acompanhamento e controle centralizado do atendimento das ocorrências, atendimento a chamadas de emergência, acionamento otimizados das equipes em campo, acompanhamento dos Indicadores e Metas.
Resultados	Otimização dos atendimentos aos chamados de emergência, diminuição do tempo de resposta, fortalecimento da prevenção por meio presença e intervenção do policiamento nos pontos previamente definido.
Objetivo de Governo	0825, 0833
As ações de comando e controle foram realizadas pela Seção de Policiamento e Fiscalização por meio da CIOP – Central de Informações Operacionais. Contudo, a carência de efetivo e a falta de uma estrutura adequada prejudicam a execução dessas atividades. Em 2013 esta UJ nomeou uma comissão visando executar projeto de	

profissionalização do atendimento do 191, selecionado servidores com perfil para trabalharem nessa área. Para tanto, foi lançado o “caça talentos” que é um processo seletivo com vistas ao recrutamento de servidores para a implantação dessa nova estrutura. Ainda, observou-se que as atividades de comando e controle foram realizadas aquém do potencial, uma vez que o sistema de monitoramento georreferenciado das viaturas ainda não está totalmente efetivado e as instalações físicas do local ainda são precárias. Em 2014 é prioridade.

Esses 10 (dez) macroprocessos obedecem aos quatro eixos de atuação da PRF, quais sejam:

- Atendimento ao usuário da via;
- Fiscalização de trânsito;
- Educação para o trânsito; e
- Enfrentamento à criminalidade.

Restou evidenciado que o principal mecanismo para a execução dessas tarefas é o policiamento ostensivo, que está equilibrado em quatro bases, que são: a visibilidade, a disponibilidade, a pronta-intervenção e o monitoramento e controle viário. Outrossim, todos os macroprocessos finalísticos, bem como os macroprocessos de apoio que veremos a seguir, trabalham para que essa tarefa seja desempenhada com excelência.

1.5 Macroprocessos de Apoio

O quadro abaixo apresenta os 4 (quatro) principais macroprocessos de apoio do DPRF. No final de cada macroprocesso restará registrado, de forma sucinta, como foi sua condução por esta UJ.

QUADRO Q.3 – QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO

Macroprocesso 1	DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL
Cliente	Servidores policiais e do quadro de apoio
Necessidades do cliente	Capacitação continuada, acompanhamento de saúde, concessão de benefícios, progressão funcional.
Produtos/ Serviços	Serviços de capacitação, saúde, perícias médicas, recepção de demanda por concessão de benefícios, análise de direitos, administração de pessoal, geração de folha de pagamento.
Resultados	Servidor em condições globais de prestar o melhor serviço à sociedade
Objetivo de Governo	0825, 0830, 0833
Os trabalhos de análise das demandas por concessão de benefícios e administração de pessoal, bem com a geração e controle da folha de pagamento caminhou na rotina que lhe é peculiar. O Projeto Patrulha da Saúde buscou verificar a condição de saúde dos servidores e os estimular a práticas saudáveis de alimentação e atividade física. A capacitação restou prejudicada pelo baixo quantitativo disponibilizado, uma vez que o DPRF empenhou muitos recursos e esforços para formação do contingente novo formado no exercício.	
Macroprocesso 2	APOIO LOGÍSTICO
Cliente	Principalmente a Atividade Finalística.
Necessidades do cliente	Manutenção de viaturas, equipamentos (radares, bafômetros, rádios, armamento, etc.), abastecimento da frota, aferição de equipamentos, manutenção (limpeza e conservação das estruturas físicas).
Produtos/ Serviços	Viaturas mantidas e abastecidas, equipamentos mantidos, calibrados e aferidos.
Resultados	Frota e equipamentos em condições de serem empregados no patrulhamento e fiscalização.
Objetivo de Governo	0825, 0830, 0833
Foi celebrado contrato de manutenção para toda a frota da Regional. O abastecimento foi feito por meio do contrato nacional com a Ticket Car, ficando um servidor da Regional responsável pelo controle desse abastecimento. Os equipamentos que necessitam de manutenção, calibração e aferição, em especial radares e etilômetros, foram alvos de contratos específicos de acordo com a demanda apresentada. Durante o exercício houve execução de contratação de limpeza e conservação das instalações físicas. Durante o ano foram distribuídas viaturas novas para todas as delegacias e recolhidas as mais antigas para leilão.	
Macroprocesso 3	INFRAESTRUTURA FÍSICA E SERVIÇOS DE TIC

Cliente	Servidores do órgão e usuários que buscam os serviços da PRF.
Necessidades do cliente	Instalações físicas adequadas para a realização das atividades diárias e para o atendimento ao público, serviço de transmissão de dados e voz disponível e com qualidade, cobertura de sinal de rádio, funcionamento e acesso aos sistemas informatizados corporativos.
Produtos/ Serviços	Consultas a sistemas, transmissão e recepção de informação, contatos de voz, recebimento de chamadas de emergência por telefonia gratuita para o usuário.
Resultados	Ambiente adequado para o cumprimento da missão, dotado de capacidade de prover comunicação por dados e voz com o público interno e externo.
Objetivo de Governo	0825, 0830, 0833
Foram realizadas obras de reformas em algumas unidades operacionais e delegacias, bem como a construção da nova UO de Araranguá/SC, em virtude das obras de duplicação da BR-101. Em 2013 a sede da 8ª SRPRF/SC foi reformada, pois há muitos abrigava os servidores, que ali desempenhavam funções administrativas, em condições precárias, além de reformas em outras unidades. Tem-se também o plano de contratar empresa para elaborar um projeto para construção de uma nova sede. Em relação à comunicação de dados, houve nova contratação e implantação por todo o Estado. Para o sistema de radiocomunicação, contamos com a contratação de uma empresa para prestação de serviço de manutenção, que nos auxilia trazendo bons resultados na manutenção do sistema atual. Contudo, existem muitas zonas com má cobertura, sendo aguardada a execução do projeto Landell (Rádio Digital tecnologia Tetra), visando melhoria do sistema. O serviço de TI passa por mudanças na sede central da PRF, em Brasília/DF, o que acarretou indisponibilidade dos sistemas em reiteradas oportunidades, prejudicando o serviço nesta Regional. Esta UJ é responsável pela administração da rede apenas em seu âmbito, dependendo dos sistemas da PRF em Brasília.	
Macroprocesso 4	CORREIÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA.
Cliente	Esse macroprocesso está no limiar entre o finalístico e o meio, pois o maior beneficiado por ele é o cidadão-usuário. Entretanto, neste caso, o classificamos como meio e delimitamos a clientela como servidores do órgão, pois a todos interessam trabalharem em um Instituição sadia, livre de vícios que desabone sua imagem.
Necessidades do cliente	Cumprir e fazer cumprir as normas e regulamentos, trabalhar em um ambiente onde a sua conduta seja buscada e apoiada, orgulhar de pertencer a uma Instituição sólida e respeitada pela sociedade, onde grassa o respeito mútuo e a disciplina consciente.
Produtos/ Serviços	Fomentar ambiente de trabalho que privilegie a boa conduta, a disciplina, respeito mútuo e zelo pela coisa pública.
Resultados	Orgulho de pertencer a uma Instituição admirada e respeitada pelo cidadão.
Objetivo de Governo	0825, 0830, 0833
Este é um dos macroprocessos melhores conduzidos na Regional, pois já é tradição o rigor em qualquer apuração face eventual desvio de conduta, naturalmente, sem descuidar dos direitos e garantias constitucionais, fato que afasta qualquer eventual sentimento de impunidade. Ademais, também foi dada extrema importância para o trabalho preventivo com realização de reuniões, debates, orientações prévias, entre outras.	

1.6 Principais Parceiros

A Polícia Rodoviária Federal, via de regra, sempre conta com a parceria de outros órgãos, visando promover e assegurar com a maior efetividade possível a Segurança Pública. No campo do combate à criminalidade, o ciclo de polícia no Brasil é incompleto. Outrossim, tem-se a Polícia Ostensiva e a Polícia Judiciária. Desse modo, nenhum criminoso chega ao tribunal, mesmo encontrado em situação de flagrância pela PRF, sem passar pela Polícia Judiciária. Esse trabalho se completa com a participação do Ministério Público e, por último, com o julgamento do Poder Judiciário.

No dia a dia das rodovias federais, a PRF tem dois parceiros institucionais que com ela dividem a mesma circunscrição, quais sejam, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Com esses dois órgãos existem termos de cooperação celebrados em sede de suas Direções-Gerais. Do mesmo modo, existe convênio celebrado entre o DPRF e a Procuradoria-Geral do Ministério Público do Trabalho, com o objeto de melhorar o enfrentamento à exploração de trabalhadores.

Nas Superintendências Regionais, mesmo sem a celebração formal de acordo de cooperação, a PRF e o Ministério Público se apoiam mutuamente. Igualmente, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar figuram como parceiros em diversas situações de emergência. Ainda, não se pode deixar de elencar também o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e a Receita Federal.

Outro Acordo de Cooperação Técnica em nível nacional, que merece destaque, é a parceria firmada pelo DPRF com o SEST/SENAT, cujo objeto é a realização de comandos de saúde nas rodovias, tendo com principal alvo os motoristas profissionais.

No âmbito desta UJ, a gestão tem expendido esforços no sentido da realização de parcerias regionalizadas, a fim de exercer com excelência as competências e atribuições institucionais, bem como de promover uma efetiva Segurança Pública no estado de Santa Catarina. Assim, também gerando reflexo em outras Unidades Federativas. Nesse sentido, a 8ª SRPRF/SC celebrou diversos Acordos de Cooperação Técnica, (ACT) os quais seguem listados na tabela abaixo:

TABELA T.1 – ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DA 8ª SRPRF/SC

ÓRGÃO/ENTIDADE	OBJETO	INÍCIO	FIM
GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMPARTILHADO DE JUNTAS MÉDICAS	24/05/12	24/05/14
MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC	CESSÃO DE EDIFICAÇÃO PARA ABRIGAR A SEDE DA 4ª DEL E UNIDADE OPERACIONAL	08/06/12	08/06/14
MUNICÍPIO DE PALHOÇA/SC	RECOLHIMENTO E GUARDA DE VEÍCULOS	01/07/12	01/07/13
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC	RECOLHIMENTO E GUARDA DE VEÍCULOS	23/08/12	23/08/13
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC	RECOLHIMENTO E GUARDA DE VEÍCULOS	13/09/12	13/09/13
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM RIO DO SUL/SC	ADITIVO-CESSÃO DE EQUIPAMENTO OPACÍMETRO-PRORROGAÇÃO	13/09/12	13/09/17
MUNICÍPIO DE JOINVILLE/SC	RECOLHIMENTO E GUARDA DE VEÍCULOS	24/10/12	24/10/13
MUNICÍPIO DE ITAJAÍ/SC	RECOLHIMENTO E GUARDA DE VEÍCULOS	25/10/12	25/10/13
INSTITUTO TÉCNICO FEDERAL DE SANTA CATARINA	EXECUÇÃO DE COMANDOS DE SAÚDE	24/05/12	24/05/14
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	ELABORAÇÃO DE TERMOS CIRCUNSTANCIADOS	29/10/09	29/10/14
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA	INTEGRAÇÃO TÉCNICA, OPERACIONAL, LOGÍSTICA E DE CAPACITAÇÃO	06/12/13	06/12/14

Fonte: Núcleo de Apoio Técnico - 8ª SRPRF/SC.

Os ACT's celebrados melhoraram substancialmente a execução tanto dos processos finalísticos quanto de apoio nesta UJ. Desses últimos, pode-se destacar o ACT celebrado com o Governo do Estado de Santa Catarina, que possibilitou uma grande ampliação na rede de atendimento para realização de Juntas Médicas, o que resultou em um retorno mais breve dos servidores oriundos de afastamentos médicos. Outro resultado obtido foi o reflexo positivo no quantitativo de efetivo disponível para as atividades de policiamento, auxiliando como forma de amenizar o principal ponto de dificuldade desta UJ – a falta de efetivo.

Em relação à atividade finalística, merecem destaque os ACTs celebrados com diversas prefeituras em municípios onde esta UJ tem circunscrição, visando o recolhimento e guarda de veículos. Essa era uma necessidade premente há muitos anos, que dificultava sobremaneira a efetiva

fiscalização de veículos e atendimento de acidentes de trânsito por parte dos policiais na pista. Outrora, quando da necessidade de remoção de um veículo acidentado ou de um veículo sem condições de tráfego (normalmente pela falta de equipamentos obrigatórios), o policial não tinha um meio formal e eficaz ao qual pudesse recorrer para realizar tais atividades. Ademais, na maior parte das Unidades Operacionais não havia e não há lugar próprio para o depósito de veículos. Com vistas a essa situação, buscando sanear uma situação urgente, é que a gestão da 8ª SRPRF/SC empreendeu esforços que resultaram nos referidos ACTs. Em algumas UO's, em 2013, foram construídos pátios totalmente cercados para a retenção e guarda de veículos, em 2014 prevemos a construção para a totalidade das Unidades Operacionais de SC.

Não menos importante é o Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o Ministério Público de Santa Catarina para a elaboração de Termos Circunstanciados pelos próprios policiais rodoviários federais que atendem as ocorrências. Esta UJ foi e é um modelo para as outras regionais do DPRF nessa atuação que traz grandes benefícios à sociedade, seja pela celeridade e efetividade dos procedimentos, seja sensação de efetivo e ágil cumprimento da Lei sob os infratores sociais.

Por último, temos o ACT celebrado com o Instituto Técnico Federal de Santa Catarina, a fim da promoção e realização de comandos de saúde nas rodovias federais catarinenses, com enfoque nos motoristas profissionais. A finalidade dessa ação é tanto educativa quanto preventiva, contribuindo para motoristas mais atentos, dispostos e conscientes ao volante.

PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Inicialmente, mister informar que o nível estratégico do Departamento de Polícia Rodoviária Federal está na sua alta administração, ou seja, na Direção-Geral e nas Coordenadorias-Gerais. Portanto, esta Unidade Jurisdicionada não tem um planejamento estratégico autônomo, agindo de forma subsidiária às determinações estratégicas traçadas pela administração central do DPRF.

Ademais, verifica-se que as Unidades Regionais do DPRF não possuem responsabilidades estabelecidas no Plano Plurianual (PPA) ou na Lei Orçamentária Anual (LOA). Entretanto, apesar de não ser a UJ responsável pela coordenação de Ação de Governo (o que incumbe ao próprio DPRF), há uma parcela de responsabilidade da Unidade Regional na execução destas Ações.

O PPA não estabelece responsabilidade para Iniciativas e Ações. Por sua vez, na LOA só há indicação das Unidades Orçamentárias e os respectivos valores que estas receberão para cada Ação, mas não há definição de Unidade Responsável pela gestão da Ação de Governo. Entretanto, no Cadastro de Ações, divulgado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Orçamento Federal - SOF, em conformidade com o disposto no art. 112, § 1º, inciso I, alínea "h", da Lei nº 12.708, 17 de agosto de 2012 – LDO 2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012), além da Unidade Orçamentária, há a previsão da Unidade Responsável pela Ação de Governo.

No Programa 2070, o DPRF é responsável pelas Ações 200G, 2723, 8698, 86A1. Para a Ação 4641, apesar do Cadastro de Ações não definir a responsabilidade para o DPRF, verifica-se que este é o Único Órgão receptor de orçamento para a Ação, motivo pelo qual conclui-se pela sua responsabilidade, em analogia à análise apresentada em relação às Iniciativas.

Importante observar que há situações em que a Unidade não é a única a receber orçamento para a Ação de Governo, logo entende-se que não é a Unidade Responsável pela gestão, acompanhamento e coordenação da Ação, situação em que configuraria a responsabilidade do Órgão Superior, ainda que não esteja explícito na LOA ou no Cadastro de Ações. Como exemplo, temos a Ação 20IC, em que o ENAFRON é uma estratégia do Ministério da Justiça e não de uma unidade específica deste. Entretanto, apesar de não ser o Órgão Responsável pela coordenação da Ação, há uma parcela de responsabilidade do DPRF, sendo pertinente apresentar a execução da Ação que coube à cada Unidade, elaborando ainda a análise crítica decorrente desta execução.

Feitas as devidas considerações e ressalvas, a seguir discorrer-se-á acerca do Planejamento Estratégico do DPRF e da vinculação e alinhamento dos planejamentos desta UJ com aquele.

2.1 Planejamento da unidade

O Planejamento Estratégico do DPRF compreende o período 2012-2020 e tem sua elaboração pela alta administração da instituição (Direção-Geral e Coordenadorias Gerais). Dele descortinam-se os planejamentos em nível tático das diversas áreas da administração central, cada uma dessas áreas obedecendo a um plano diretor vinculado ao Planejamento Estratégico do DPRF.

Às Unidades Desconcentradas, caso desta Superintendência Regional, restou a elaboração do planejamento em nível operacional, guardando consonância com o Planejamento Estratégico do

DPRF e observando as diretrizes definidas pela Direção-Geral do órgão.

Todas as atividades operacionais a serem desenvolvidas no âmbito das regionais, são planejadas e direcionadas para o alcance dos resultados institucionais com vistas a reduzir a violência no trânsito, assegurar a livre circulação, contribuir para a redução da criminalidade no país e aumentar a percepção de segurança dos usuários nas rodovias federais.

Dentro desta faceta foi incluído um novo índice que está relacionado com a educação para o trânsito, praticamente dobrando a meta anterior, ampliando significativamente o número de pessoas atingidas por estas ações.

Na construção do planejamento tático e operacional foram levados em consideração o conhecimento da malha viária, a estrutura operacional local, as condições das rodovias, os pontos e trechos críticos, os perfis de ocorrência dos acidentes através de estudos, os recursos disponíveis e a sua otimização, as rotinas criminais do Estado, dentre outras.

A partir destas premissas são estabelecidos os planos operacionais para as atividades analisando a conveniência e oportunidade, lincadas as metas e objetivos elencados no planejamento estratégico.

Com o desdobramento das metas da atividade finalística até as Unidades Desconcentradas por meio da Instrução de Serviço nº 001, de 02/01/2013 – CGO/DPRF, restaram definidos indicadores e metas para esta UG, como demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO Q.4 – METAS DO DPRF PARA A 8ª SRPRF/SC

INDICADOR	Procedimentos de Fiscalização		
	Veículos Fiscalizados	Pessoas Fiscalizadas	Teste com Etilômetro
META	368.500	368.500	18.370

Fonte: Instrução de Serviço nº 001, de 02/01/2013 – CGO/DPRF

Esse planejamento é difundido às Delegacias Regionais e ao servidores por meio de Cartões-Programa de Policiamento, os quais definem os itinerários de patrulhamento, pontos de parada e abordagens e as metas de procedimentos, e outros.

Além desse planejamento da ação cotidiana, tem-se as Operações Nacionais, definidas pelo próprio DPRF, cujo calendário (abaixo) relaciona-se com os feriados e festas nacionais. Essas operações têm por objetivo reforçar o policiamento e diminuir os riscos de sinistro potencializado pelo aumento do fluxo de veículos e pessoas nas rodovias. Geralmente nestas épocas a administração elabora escalas de reforço no policiamento e direciona os policiais administrativos para auxiliarem e reforçarem os pontos considerados críticos das regiões metropolitanas.

TABELA T.2 – OPERAÇÕES NACIONAIS DO DPRF

OPERAÇÕES NACIONAIS	PERÍODO		HORÁRIO / DIA	
	INÍCIO	TÉRMINO	00h00	24h00
CARNAVAL	08/02/13	13/02/13	SEXTA-FEIRA À QUARTA-FEIRA	
1º COMANDO DE SAÚDE	20/03/13	20/03/13	QUARTA-FEIRA	
SEMANA SANTA	28/03/13	31/03/13	QUINTA-FEIRA À DOMINGO	
2º COMANDO DE SAÚDE	15/05/13	15/05/13	QUARTA-FEIRA	
ENFRENTAMENTO AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	17/05/13	19/05/13	SEXTA-FEIRA À DOMINGO	
<i>COPA DAS CONFEDERAÇÕES (1)</i>	15/06/13	30/06/13	SÁBADO À DOMINGO	
CORPUS CHRISTI	29/05/13	02/06/13	QUARTA-FEIRA À DOMINGO	
<i>PRÉ-JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE (2)</i>	16/07/13	20/07/13	TERÇA-FEIRA À SÁBADO	
<i>JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE (3)</i>	23/07/13	28/07/13	TERÇA-FEIRA À DOMINGO	

Fonte: Instrução de Serviço nº 001, de 02/01/2013 – CGO/DPRF.

Além do calendário nacional e de outras operações definidas pelo DPRF houve também a programação de ações diferenciadas para os eventos e situações regionais, definidas no âmbito desta Unidade. Outrossim, será demonstrado na Tabela T.3 a listagem de todas as operações realizadas pela 8ª SRPRF/SC.

O enfrentamento à criminalidade nesta UJ merece especial destaque, tendo sido alvo de previsão de reforço por meio de operações especiais de combate ao crime, aliadas à realização das etapas regionais da Operação Sentinela, que se estenderam durante todo o ano e nos principais pontos de ligação à fronteira.

OBS.: (1) – O período descrito se refere ao dia de abertura e encerramento do evento, a Operação da PRF deverá ter período mais abrangente, conforme planejamento da CGO.

(2) – Também chamada de Semana Missionária, o evento antecede a Jornada Mundial da Juventude, compreende a preparação das diversas dioceses do Brasil que neste período, promoverá uma intensa programação, para atrair e receber peregrinos de todas as partes do mundo.

(3) – Embora a Jornada Mundial da Juventude vá acontecer no Rio de Janeiro a maioria das Regionais serão impactadas, principalmente, no período que antecede e após o encerramento do evento, quando os peregrinos nacionais e internacionais estarão retornando para suas residências, através das Rodovias Federais.

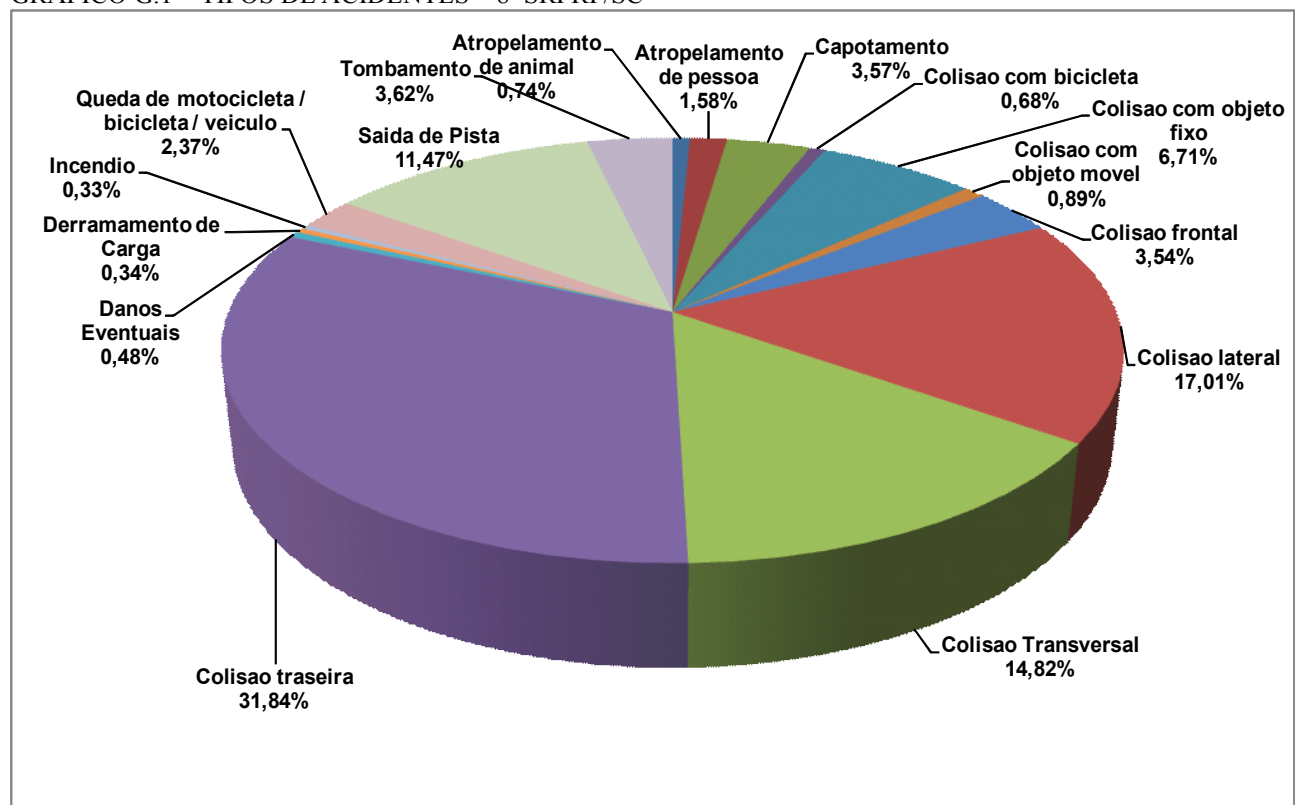
Além do calendário nacional e de outras operações definidas pelo DPRF houve também a programação de ações diferenciadas para os chamados Grandes Eventos e os eventos regionais, definidas no âmbito desta Unidade. As ações operacionais foram impactadas e tiveram que ser replanejadas de forma a atender a demanda nacional e as ações regionais. O item 2.3 apresenta a listagem de todas as operações realizadas pela 8ª SRPRF/SC no exercício.

Como já exposto anteriormente, o grande diferencial da ação fiscalizadora foi a eleição dos fatores críticos mais comuns para acidentes graves, quais sejam, excesso de velocidade e ultrapassagem indevida. A fiscalização rigorosa dessas duas condutas foi a tônica da atividade finalística voltada para a segurança no trânsito no exercício. Mesmo assim, ainda resta comprovada que a conduta do motorista, dentre outros fatores, é a principal causa para as ocorrências dos acidentes de trânsito, como apresentamos nos gráficos G1, G2 e G3:

O gráfico a seguir mostra que as colisões figuraram como principais tipos de acidentes no ano de 2013. Seus maiores fatores contribuintes foram exatamente a falta de atenção, velocidade alta ou incompatível e a ultrapassagens indevidas (ultrapassagem em aclave, em faixa contínua, em cruzamentos, etc.).

Principais tipos de acidentes em Santa Catarina em 2013 – 8ª SRPRF/SC

GRÁFICO G.1 – TIPOS DE ACIDENTES – 8ª SRPRF/SC

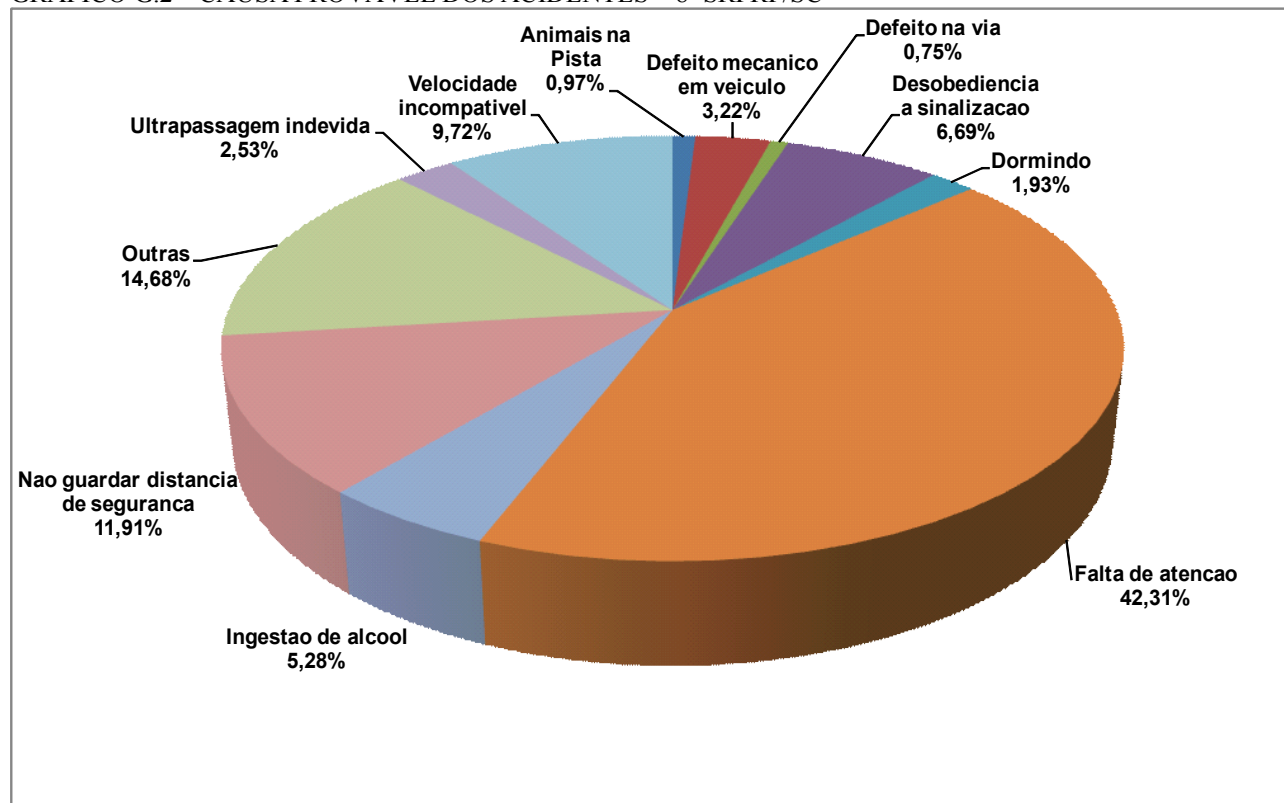


Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – 8ª SRPRF/SC..

Aliada a essa fiscalização, foi estabelecida estratégia de manter diálogo constante e efetivo com a imprensa a fim de sensibilizar a sociedade quanto aos riscos que envolvem a direção veicular nas rodovias, bem como em relação ao papel protagonista que cabe ao motorista na construção de um trânsito mais seguro.

O gráfico seguinte demonstra que no exercício de 2013, da mesma forma que em anos anteriores, o comportamento inadequado é o grande algoz da segurança viária.

GRÁFICO G.2 – CAUSA PROVÁVEL DOS ACIDENTES – 8ª SRPRF/SC



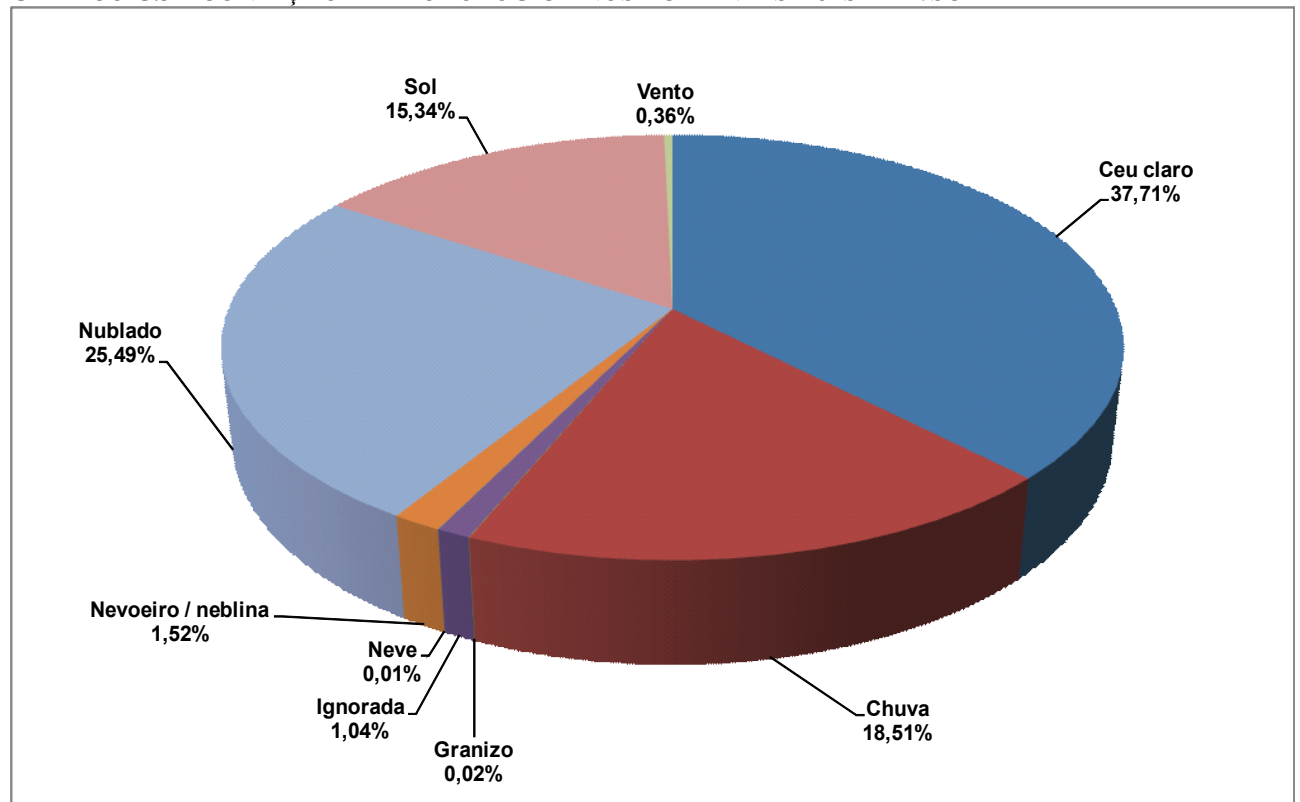
Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – 8ª SRPRF/SC.

Pode-se verificar um percentual alto da causa “falta de atenção”. Essa observação é uma boa oportunidade de melhoria no registro dos Boletins de Acidente de Trânsito (BAT), pois percebe-se que por vezes o policial deixa de anotar o fator efetivamente contribuinte, utilizando-se de fatores genéricos, tais quais “falta de atenção” ou “outras”.

Providências estão sendo tomadas no sentido de melhorar o registro dessa informação, podendo, inclusive, serem retirados campos do sistema de registro de BAT a fim de efetivamente forçar a anotação do fator correto. A experiência permite aferir que escondidas atrás dos fatores “genéricos” estão ultrapassagem indevida e velocidade incompatível.

Outro fato relevante, também, é a ocorrência dos sinistros em sua maioria nas retas e em condições meteorológicas favoráveis, como demonstra o gráfico a seguir:

GRÁFICO G.3 – CONDIÇÃO METEOROLÓGICA NOS ACIDENTES – 8ª SRPRF/SC



Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – 8ª SRPRF/SC.

A educação para o trânsito foi realizada em várias vertentes. A forma tradicional de realizá-la, ou seja, palestras, comandos educativos, distribuição de material informativo, visitas a escolas, empresas, e ainda com a implantação do cinema rodoviário. Na outra vertente, estrategicamente cada abordagem revestiu-se de ato pedagógico e foi encarada como oportunidade propiciadora de reflexão e mudança de comportamento. Embora haja atuações sem abordagem e com equipamentos de operação autônoma, a prioridade sempre foi a da abordagem, do contato da PRF com o cidadão, o qual, longe de ser um infrator a ser perseguido, foi encarado como um potencial parceiro na promoção de um trânsito mais seguro.

A chamada Lei Seca foi um importante instrumento a serviço da segurança. Estatisticamente, ao longo dos anos, a embriaguez ao volante não é o maior fator contribuinte para ocorrência dos sinistros em rodovias federais, com exceção nos perímetros urbanos. Por outro lado, a grande visibilidade dada pela mídia a essas mudanças, a modalidade de fiscalização ostensiva, o receio de ser apanhado, entre outros fatores, criou um clima favorável para a reflexão em direção a mudança de comportamento.

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1 Programa Temático

2.2.1.1 Análise Situacional

A 8ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, não abrange secretaria executiva de ministério ou de secretaria com *status* de ministério, logo o preenchimento do quadro referente a programa temático não se aplica a natureza desta unidade.

QUADRO A.2.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO - NÃO SE APLICA A NATUREZA DA UJ

2.2.2 Objetivo

Não se aplica a esta UJ

2.2.2.1 Análise Situacional

2.2.3 Ações

2.2.3.1 Ações – OFSS

Quadro A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS – Não se aplica a esta UJ

2.2.3.2 – AÇÕES/SUBTÍTULOS – OFSS

QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20IC					Tipo: atividade	
Descrição	Estrategia de Seguranca Publica nas Fronteiras - ENAFRON						
Iniciativa	03DO – Implementacao da Estrategia Nacional de seguranca Publica nas Fronteiras para o monitoramento das regioes fronteiricas e Amazonia Legal, bem como para a ampliacao da presenca dos orgaos de seguranca publica e outras instituicoes nessas regioes.						
Objetivo	Aprimorar o combate a criminalidade, com enfase em medidas deprevencao, assistencia, repressao e fortalecimento das acoes integradas para superacao do trafico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupcao, enfrentamento de ilicitos caracteristicos da regio de fronteira e na intensificacao do fluxo migratorio.					Código: 0825	
Programa	Seguranaça Pública com cidadania			Código: 2070		Tipo: Programas Temáticos	
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Policia Rodoviaria Federal						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
			12.399.275,76	494.979,04	494.979,04	0,00	11.904.296,72
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	3.040.827,59	1.890.036,46	174.573,33				
0							

Fonte: Seção Administrativa e Financeira – 8ªSRPRF/SC

QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2723					Tipo: atividade	
Descrição	Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais						
Iniciativa	03EH – Fortalecimento da capacidade de enfrentamento a criminalidade e a violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando a mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.						
Objetivo	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas a temática.					Código: 0833	
Programa	Segurança Pública com cidadania		Código: 2070		Tipo: Programas Temáticos		
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
			14.739.689,66	14.490.474,55	14.490.474,55	0,00	249.215,11
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	410.113,29	392.064,56	13.763,29				

Fonte: Seção Administrativa e Financeira – 8ªSRPRF/SC

QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	7U23					Tipo: Projeto	
Descrição	Implementacao do Plano Nacional de Seguranca Publica para a relaizacao dos Grandes Eventos						
Iniciativa	03EE – Adequar os servicos prestados pelos orgaos e outras instituicoes de seguranca publica para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da copa 2014.						
Objetivo	Implementar o Plano Nacional para a Seguranca em Grandes Eventos, dotando as instituicoes de Seguranca Publica dos recursos necessarios para a integracao das acoes e execucao dos projetos					Código: 0832	
Programa	Seguranca Publica com cidadania			Código: 2070		Tipo: Programas Temáticos	
Unidade Orçamentária	30101 – Ministerio da Justica						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
			948.238,72	948.238,72	948.238,72	0,00	0,00
Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em						
	01/01/2013						
	0		0	0			

Fonte: Seção Administrativa e Financeira – 8ªSRPRF/SC

QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	8698					Tipo: Atividade	
Descrição	Manutenção e modernização dos sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
Iniciativa	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de Segurança Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizações e modelo de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.						
Objetivo	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.					Código: 0830	
Programa	Segurança Pública com cidadania			Código: 2070		Tipo: Programas Temáticos	
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
			1.656.085,53	256.142,73	252.042,44	0,00	1.399.942,80
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	1.403.997,44	768.872,86	16.407,80				

Fonte: Seção Administrativa e Financeira – 8ªSRPRF/SC

QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	20UB			Tipo: Atividade			
Descrição	Fiscalizacao dos Servicos de Transporte Rodoviario						
Iniciativa	00WD – Fiscalizacao dos Servicos de Transporte Rodoviario						
Objetivo	Propiciar maior seguranca ao usuario e a conservacao da infraestrutura rodoviaria, por meio da fiscalizacao e da utilizacao de sistema e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem continua.					Código: 0280	
Programa	Transporte Rodoviario			Código: 2075		Tipo: Programas Tematicos	
Unidade Orçamentária	39250 – Agencia Nacional dos Transportes Terrestres - ANTT						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
			459.990,00	0	0	0	459.990,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0				

Fonte: Seção Administrativa e Financeira – 8ªSRPRF/SC

QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2000					Tipo:Atividade	
Descrição	Administracao da Unidade						
Iniciativa							
Objetivo							
Programa	Programa de Gestao e manutencao doMinisterio da Justica				Código: 2112	Tipo:Gestao e Manutencao	
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Policia Rodoviaria Federal						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
			5.977.198,21	3.631.271,62	3.631.271,62	0,00	2.345.926,59
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	655.908,72	623.274,97	32.633,75				

Fonte: Seção Administrativa e Financeira – 8ªSRPRF/SC

QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	14VN				Tipo: Projeto		
Descrição	Apoio a realizacao de grandes eventos						
Iniciativa							
Objetivo							
Programa	Programa de Gestao e Manutencao do Ministerio do Planejamento, Orcamento e Gestao				Código: 2125	Tipo: Gestao e Manutencao	
Unidade Orçamentária	47101 - Ministerio do Planejamento, Orcamento e Gestao						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
			560.753,25	560.753,25	560.753,25	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0				

Fonte: Seção Administrativa e Financeira – 8ªSRPRF/SC

QUADRO A.2.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação							
Código	8785				Tipo: Atividade		
Descrição	Gestao e Coordenacao do Programa de Aceleracao do Crescimento - PAC						
Iniciativa							
Objetivo							
Programa	Programa de Gestao e Manutencao do Ministerio dos Transportes				Código: 2126	Tipo: Gestao e Manutencao	
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Policia Rodoviaria Federal						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
			37.851,23	37.851,23	37.851,23	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0	0	0				

Fonte: Seção Administrativa e Financeira – 8ªSRPRF/SC

2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Resto a pagar não processados – OFSS

Quadro A.2.2.3.3 – Ações não previstas na LOA 2013 – Resto a pagar – OFSS

Não há existência da informação requerida para esta UJ

2.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI

Não se aplica a natureza da UJ

2.2.3.5 Análise Situacional

A 8ª SRPRF/SC atua apenas como executora dos programas e respectivas ações. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA se referem ao DPRF, não existindo por parte desta UJ, a regionalização das referidas metas. No entanto, esta Unidade Jurisdicionada realizou uma série de operações e ações a fim dar cumprimento ao plano de ação 2723 (Policimento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais) e atingimento das metas estabelecidas para o exercício em tela. A tabela a seguir apresenta todas as operações realizadas em 2013:

TABELA T.3 – OPERAÇÕES EXECUTADAS PELA 8ª SRPRF/SC

Nome/publicação	Número Ordem de Missão - Local	Data/Período	Efetivo	Objetivo
LEILÃO - BS 003/2013	001/2013 – Florianópolis/SC	9h do dia 10Jan13	Nove (09) PRF's/	Organizar ações de segurança no local onde será realizado o leilão, guarda dos valores com a alienação de bens e produtos leiloados pelo DPRF.
PAU-DE-ARARA - BS 011/2013	002/2013 – Ituporanga/SC	21 a 25JAN13	Tres (03) PRF's	Fiscalização, com MTE, do transporte irregular de passageiros em veículos de carga adaptados e o trabalho de condição análoga a de escravo.
ENCONTRO OPERACIONAL DE GESTORES – BS 011/2013	003/2013 – Mafra/SC	28 a 30JAN13	Vinte e seis PRF's	Debater as rotinas operacionais relativas à Operação Sentinela, Verão 2013 e outros eventos, conforme Instrução de Serviço nº 001/2013 da CGO.
GRINGO – BS 011/2013	004/2013 – BIGUAÇU, TUBARÃO e JOINVILLE	17, 22 e 23JAN13	Onze (11) PRF's	Fiscalização conjunta nas rodovias federais de SC com o DETRAN e outros órgãos da segurança pública a fim de fiscalizar e cobrar as multas impostas aos veículos estrangeiros nos moldes da Resolução nº 382 do CONTRAN.
RESCALDO – BS 011/2013	005/2013 - âmbito das Delegacias da 8ª SPRF/SC	09JAN a 31JUL13	Cinco (05) PRF's	Planejar, padronizar, programar e executar ações policiais referentes à Operação de remoção de veículos retidos no âmbito da 8ª SPRF/SC.
CARNAVAL 2013 - BS 011/2013	007/2013 - Circunscrição da 8ª SRPRF/SC.	8 a 13FEV13	Cinquenta e cinco (55) PRF's	Operação carnaval 2013 no âmbito da 8ª SRPRF/SC, de acordo com a Ordem de Serviço nº 006/2013, 008/2013 e 009/2013-CGO.
PAU-DE-ARARA II - BS 011/2013	008/2013 – Rio do Sul	13 a 15FEV13	Seis (06) PRF's	Fiscalização, com MTE, do transporte irregular de passageiros em veículos de carga adaptados e o trabalho de condição análoga a de escravo.
SEMANA SANTA – BS 019/13	020/2013 - Circunscrição da 8ª SRPRF/SC.	28 a 31MAR13	Quarenta e três (43) PRF's	Estabelecer as diretrizes para a Operação Semana Santa 2013 no âmbito da 8ª SRPRF, de acordo com a Ordem de Serviço nº 039/2013-CGO.
OTTCO	011/2013 - Circunscrição da 8ª SRPRF/SC.	28FEV a 01MAR13	Oito (08) PRF's	Executar Operação Temática de lavratura de TCO no âmbito das rodovias federais no estado de Santa Catarina.
FARRA DO BOI É CRIME – BS 20/2013	012/2013 - Circunscrição da 8ª SRPRF/SC.	01MAR a 31MAR13	Todos os servidores da PRF em serviço nos Postos (unidades Operacionais)	Fiscalização de transporte de animais e o combate à realização da prática delituosa conhecida popularmente por “Farra do Boi”.
LEILÃO II – BS 20/2013	013/2013 – Palhoça/SC	28FEV13	03 (Três) PRF's	Organizar ações de segurança no local onde será realizado o leilão, guarda dos valores com a alienação de bens e produtos leiloados pelo DPRF.
OTTRPP – BS 020/2013	014/2013 – Ponte Alta/Itajai/Biguaçu/Itape ma/Lages/São José/Mafra	21FEV a 31DEZ13	Oito (08) PRF's	Fiscalização de produtos perigosos no âmbito da 8ª SRPRF com o intuito de sedimentar o conteúdo atualizado sobre esse tipo de fiscalização.

Nome/publicação	Número Ordem de Missão - Local	Data/Período	Efetivo	Objetivo
Sentinela – BS 040/2013	015/2013 – Agua Doce/SC	9 a 12ABR13	Um (01) PRF	Dar cumprimento à Ordem de Serviço n.º 013/2013-CGO (Operação Sentinela 2013) e seu Aditamento 6.
Sentinela – BS 040/2013	015/2013 – Aditamento 1 -	05ABR2013 a 25ABR2013	Quarenta e três (43) PRF's	Enfrentar os crimes transnacionais, em especial o tráfico de drogas, o tráfico de armas e o contrabando (OS 013/2012–CGO, aditamento 6)
OTFIX – 020/2013	016/2013 – São José/SC	24 a 27MAR13	Catorze (14) PRF's	Intensificar a fiscalização e combate ao narcotráfico, descaminho, contrabando tráfico de seres humanos, entre outros.
COMANDO DE SAÚDE EM SC – 020/2013	017/2013 -	28FEV a 31DEZ13	Dois (02) PRF's e Um (01) Servidor Administrativo	Promover ações voltadas à redução de acidentes de trânsito nas rodovias e estradas federais, por meio de atividades conjuntas com o SEST/SENAT e demais órgãos de utilidade pública.
REUNIÃO DA CRET– 020/2013	018/2013 – São José/SC	19 a 21MAR13	20 (vinte) PRF's	Estabelecer as diretrizes, procedimentos e objetivos das ações de Educação para o Trânsito do DPRF em Santa Catarina
REUNIÃO DA COPRAT – 020/2013	019/2013 -	25 a 27MAR13	20 (vinte) PRF's	Padronização dos procedimentos e objetivos das atividades a serem desempenhadas por membros da COPRAT, bem como a forma de trabalho e treinamento de seus membros e identificação de suas atribuições.
VOLTA CICLÍSTICA DE SANTA CATARINA/2013 – BS 040/13	021/2013 – Bom Jardim da Serra/SC	16 a 21ABR13	Nove (09) PRF's	Visando atender as demandas da segurança do trânsito no percurso a ser percorrido pelos atletas participantes do Tour de Santa Catarina 2013.
ENCONTRO OPERACIONAL DE GESTORES II – BS 040/2013	022/2013 – Mafra/SC	02 a 03MAIO	Vinte (20) PRF's	Discutir as rotinas operacionais relativas à Corpus Christi, Festa do Pinhão e Grandes Eventos de 2013, conforme Planejamento Operacional da 8ª SRPRF e IS n° 001/2013 da CGO
SENTINELA 2013 – BS 040/2013	023/2013 - faixa de fronteira rotas dos crimes transnacionais.	05MAI13 a 25MAI13	Trinta (30) PRF's	Enfrentar os crimes transnacionais, em especial o tráfico de drogas, o tráfico de armas e o contrabando.
CONTROLE ESTATÍSTICO – BS 040/2013	024/2013 – Florianópolis/SC	20 a 24MAI13	Vinte e dois (22) PRF's	Receber orientações de padronização dos procedimentos e levantamentos estatísticos para um melhor planejamento das atividades operacionais do DPRF em Santa Catarina

Nome/publicação	Número Ordem de Missão - Local	Data/Período	Efetivo	Objetivo
COPA DAS CONFEDERAÇÕES – BS 040/2013	025/2013 - Cidades-sede	13MAI a 05JUL13	Três (03) PRF's	Promover ações de prevenção, repressão, articulação e mobilização, visando a fiscalização do trânsito e de pessoas, veículos e bens nas regiões metropolitanas das cidades-sede, nas divisas dos Estados dessas cidades e nos principais eixos de ligação da fronteira oeste do Brasil, com vistas a redução da criminalidade, bem como a segurança no trânsito
COPA DAS CONFEDERAÇÕES – BS 040/2013	025/2013 – Aditamento 1 - Cidades-sede	08 a 29MAI13	Três (03) PRF's	Promover a logística das motocicletas da 8ª SRPRF e da 3ª SRPRF em apoio à CGO.
COPA DAS CONFEDERAÇÕES – BS 040/2013	025/2013 – Aditamento 2 - Cidades-sede	25JUN13 a 09JUL13	Três (03) PRF's	Promover a logística das motocicletas das cidades-sede em apoio à CGO.
COPA DAS CONFEDERAÇÕES – BS 040/2013	025/2013 – Aditamento 3 - Cidades-sede (Salvador e Fortaleza)	04JUN13 a 05JUL13	Cinquenta e quatro (54) PRF's	Policimento Tático, Pronto Emprego, Policiamento de Divisas e Grupamento de Choque
JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE – RIO 2013 – BS 040/2013	025/2013 – Aditamento 4 - Cidades-sede	26MAI13 a 01JUL13	Vinte e Quatro (24) PRF's	Motopolicimento
COPA DAS CONFEDERAÇÕES – BS 040/2013	025/2013 – Aditamento 4 - Cidades-sede	22MAI13 a 04JUL13	Vinte e um (21) PRF's	Fiscalização de Transp.de Cargas e passageiros, Comando e Controle, Scanner, Telecomunicações, Com. Social, Atendimento Pré-Hospitalar, Assistência Biopsicossocial e Garantia dos Dir.Humanos dos Servidores
COPA DAS CONFEDERAÇÕES – BS 040/2013	025/2013 – Aditamento 5 - Cidades-sede	24MAI13 a 09JUL13	Dois (02) PRF's	Dar cumprimento à Ordem de Missão da CGO que trata da Copa das Confederações e à Ordem de Missão 009/2013-DFT.
COPA DAS CONFEDERAÇÕES – BS 040/2013	025/2013 – Aditamento 7 - Cidades-sede	4JUN a 7JUL13; 26MAI a 4JUL13; 27MAI a 26JUN13; 26MAI a 03JUL13	Cinco (05) PRF's	Dar cumprimento à Ordem de Missão da Coordenação-Geral de Operações que trata da Copa das Confederações – OS 082/2013 – CGO

Nome/publicação	Número Ordem de Missão - Local	Data/Período	Efetivo	Objetivo
COPA DAS CONFEDERAÇÕES – BS 040/2013	025/2013 – Aditamento 8 - Cidades-sede	03JUN a 27JUN13; 11JUN a 26JUN; 28MAI a 27JUN; 12JUN a 27JUN13	Três (03) PRF's	Dar cumprimento à Ordem de Missão da Coordenação-Geral de Operações que trata da Copa das Confederações – OS 082/2013 – CGO
COPA DAS CONFEDERAÇÕES – BS 040/2013	025/2013 – Aditamento 9 - Cidades-sede	04JUN a 05JUL; 03JUN a 05JUL13	Cinco (05) PRF's	Dar cumprimento à Ordem de Missão da Coordenação-Geral de Operações que trata da Copa das Confederações – OS 082/2013 – CGO
COPA DAS CONFEDERAÇÕES – BS 040/2013	025/2013 – Aditamento 10 - Cidades-sede	22MAI13 a 04JUL13	Dois (02) PRF's	Dar cumprimento à Ordem de Missão 082/2013 da Coordenação-Geral de Operações – CGO que trata da Copa das Confederações FIFA 2013 e OMs 92 e 96/2013-DOA.
COPA DAS CONFEDERAÇÕES – BS 040/2013	025/2013 – Aditamento 11 - Cidades-sede – Porto Alegre/RS	07JUN13 a 11JUN13	Dezesseis (16) PRF's	Dar cumprimento à Ordem de Missão 082/2013 da Coordenação-Geral de Operações – CGO que trata da Copa das Confederações FIFA 2013 e OMs 92 e 96/2013-DOA.
FESTA DO PINHÃO – BS 040/2013	026/2013 – LAGES/SC	24MAI13 a 02JUN13	Treze (13) PRF's	Realizar reforço no policiamento na região serrana a fim de inibir possíveis abusos de motoristas, focando a redução de acidente durante o período da Festa do Pinhão
CORPUS CHRISTI 2013 - BS 040/2013	027/2013 - no âmbito da 8ª SRPRF	29MAI13 às 24h de 02JUN13	Dezesseis (16) PRF's	Estabelecer as diretrizes para a Operação Corpus Christi 2013 no âmbito da 8ª SRPRF de acordo com a Ordem de Serviço 084/2013-CGO
JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE - BS 040/2013	028/2013 – Região Metropolitana do Rio de Janeiro, principais eixos rodoviários que ligam Fronteira Oeste do Brasil.	04JUL13 a 10AGO13	Oitenta e seis (86) PRF's	Garantir a fluidez e a segurança do trânsito, no âmbito das rodovias federais, para os participantes e o público do evento Jornada Mundial da Juventude – RIO 2013 em seus trajetos durante os deslocamentos; Realizar a segurança de autoridades e delegações com batedores motociclistas - Dar cumprimento às OM da CGO
JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE - BS 045/2013	028/2013 – Aditamento – Florianópolis/Belo Horizonte/Salvador	29AGO13 a 03SET13	Cinco (05) PRF's	Promover a restituição à 8ª SRPRF das viaturas acidentadas nas cidades de Salvador/BA e Belo Horizonte/MG.
GRUPAMENTO DE POLICIAMENTO DE PRONTO EMPREGO – BS 040/2013	029/2013 – Oeste SC e limites do RS	02JUL13 a 05JUL13; 10JUL a 12JUL	Vinte e Oito (28) PRF's	Atuar no Oeste Catarinense, Circunscrição da 8ª SRPRF e da 9ª SRPRF/RS

Nome/publicação	Número Ordem de Missão - Local	Data/Período	Efetivo	Objetivo
APOIO ITAJAI - BS 40/2013	030/2013 – Joinville/Itajai/SC	11JUL13	Dez (10) PRF's	Dar apoio as ações da 4ª Delegacia – Itajai/SC durante evento de manifestação a se realizar às margens da BR 101.
Concurso DPRF-2013 -BS 40/2013	031/2013 – Florianópolis/SC	11SET13	Nove (09) PRF's	Convocar equipes ostensivas de policiamento para atuarem nos locais onde serão realizadas as provas relativas ao concurso da PRF-2013
SENTINELA 2013 – BS 040/2013	032/2013 – Foz do Iguaçu/PR	04AGO2013 a 10AGO2013	Seis (06) PRF's	Encontro nacional afim de estabelecer padronização de procedimentos, planejamento e execução da referida Operação.
PAU-DE-ARARA III – BS 055/2013	033/2013 – Itoporanga/SC	12AGO13 a 15AGO13	Três (03) – PRF's	Fiscalizar em conjunto com o Ministério do Trabalho o transporte irregular de passageiros em veículos de carga adaptados e o trabalho de condição análoga a de escravo
OTPP – PR – BS 055/2013	034/2013 – Ponta Grossa, Londrina, Cascavel e Curitiba/PR	25AGO13 a 15SET13	Três (03) – PRF's	Atender a Ordem de Missão 096/2013-CGO para reforçar o policiamento com foco na fiscalização de Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos – TRPP nas rodovias e estradas federais da 7ª SRPRF.
JOAÇABA – BS 055/2013	035/2013 – Joaçaba/SC	01SET13 a 15SET13; 15SET13 a 30OUT13; 30SET13 a 15OUT13.	Vinte e um (21) PRF's	Reforçar as ações de policiamento de fiscalização de trânsito e o combate ao crime nas rodovias federais catarinenses, em especial, nos municípios abrangidos pela circunscrição da Unidade Operacional de Joaçaba.
DESFILE CÍVICO MILITAR DE SETE DE SETEMBRO 2013 – BS 045	036/2013 – Florianópolis	07h às 12h de 07SET13	Vinte e Seis (26) PRF's	Definir e coordenar o desfile cívico militar do feriado de sete de setembro nesta Capital em comemoração a semana da pátria.
ENCONTRO OPERACIONAL DE GESTORES III	037/2013 – Itajai/SC	26AGO13 a 30AGO13.	Vinte e oito (28) PRF's	Convocar o efetivo gerencial da 8ª SRPRF para participar de reunião operacional alinhada ao <i>debriefing</i> da Jornada Mundial da Juventude, retomada da Operação Sentinela, participação em evento da Polícia Militar Rodoviária – PMRV/SC, preparação das operações para o Desfile Cívico e para as Festas de Outubro;
SENTINELA 2013	038/2013 -	18AGO13 a 07SET13.	Três (03) PRF's	Enfrentar os crimes transnacionais, em especial o tráfico de drogas, o tráfico de armas e o contrabando.

Nome/publicação	Número Ordem de Missão - Local	Data/Período	Efetivo	Objetivo
II OTEMOTO-2013	039/2013 - Florianópolis	02SET13 a 07SET13.	Treze (13) PRF's	Realizar o <i>debriefing</i> operacional relativo a Jornada Mundial da Juventude na modalidade de motopolicamento, batedor e escolta de autoridades, tendo em vista os problemas detectados na missão realizada na cidade do Rio de Janeiro.
VIA SEGURA	040/2013 – Itajai/SC	12/10/13 a 14/10/13	Três (03) PRF's	Promover ações de Educação para o Trânsito utilizando do projeto Cinema Rodoviário durante as festas de outubro
CINEMA RODOVIÁRIO	041/2013 – Chapecó/SC, Lages/SC, Blumenau, São José/SC, Itajai/SC	17 a 20SET; 04 a 12OUT13; 12 a 14OUT; 12 a 14NOV13; 03 a 06DEZ13	Vinte e Três (23) PRF's	Promover ações de Educação para o Trânsito utilizando do projeto Cinema Rodoviário na circunscrição da 8ª SRPRF/SC
APOIO SAO JOSE	042/2013 – Biguaçu/SC	30SET13 a 29NOV13; 16SET13 a 27SET13.	Oito e cinco(85) PRF's	Reforçar as ações de policiamento de fiscalização de trânsito e o combate ao crime nas rodovias federais catarinenses, em especial, nos municípios abrangidos pela circunscrição da Unidade Operacional de Biguaçu.
LAÇADOR	043/2013 - Florianópolis	16SET13 a 27SET13	Oito (08) PRF's	Realizar operação de motociclismo na região da Grande Florianópolis com foco na execução de escolta e batedor de comboios de autoridades envolvendo um ambiente interagências
OPERAÇÃO ENEM 2013 - BS 055/2013	044/2013 – São Leopoldo/RS	12OUT13 a 13OUT13	Seis (06) PRF's	Promover a segurança do transporte de provas do ENEM conforme Termo de Cooperação firmado entre o DPRF e o INEP, conforme consta no Processo 08.650.002178/2013-75

Fonte: Seção de Policiamento e Fiscalização - Publicada no Boletim de Serviço da 8ª SRPRF/SC

As intervenções culminaram em resultados expressivos, principalmente em relação à diminuição do número geral de acidentes e na quantidade de vítimas fatais e feridas nas rodovias federais catarinenses. Não obstante, importante também destacar a obtenção de resultados significativos no enfrentamento à criminalidade. Esses números são frutos de operações e ações planejadas, mas também são, sobretudo e sobremaneira, resultado do trabalho diuturno das equipes de plantão. O quadro a seguir aponta os resultados operacionais obtidos pela 8ª SRPRF/SC no exercício de 2013:

QUADRO Q.5 – RESULTADOS OPERACIONAIS 2013 – 8ª SRPRF/SC

Veículos fiscalizados	1.083.315	Veículos rec. roubo/furto	238
Pessoas fiscalizadas	531.981	Veículos rec. busca/apreensão	32
Testes de alcoolemia	143.920	Apreensões de drogas	510
Autuações CTB com abordagem	64.609	Outras apreensões	1.186
infrações de percurso	26.250	Apreensões de animais	152
infrações de alcoolemia	2.732	Auxílios a usuários	3.486
Autuações CTB sem abordagem	87.764	Comandos de saúde	9
Outras autuações	3.345	Desobstruções de via	42
Operação de radar fotográfico - imagens	463.642	Escoltas/Batedor	614
Operação de radar portátil - autuações	22.103	Fiscalização com opacímetro	65
Apreensões de CNH	4.041	Fiscalização de carga especial	2.431
Liberações de CNH	2.081	Palestras/campanhas educativas	167
Retenções de CRLV	9.892	Orientações de trânsito	3.434
Liberações de CRLV	6.227	Socorro a enfermos	120
Retenções de veículos	9.303	Socorro a vítimas de acidente	243
Liberações de veículos	4.874	Acidentes sem vítimas	11.660
Boletins de ocorrência policial	3.066	Acidentes com vítimas	7.190
por embriaguez	1.061	Ocupantes ilesos	38.287
por outros motivos	2.005	Vítimas com lesões leves	7.854
Termos Circunstanciados / Boletins de Ocorrência Circunstanciados	860	Vítimas com lesões graves	2.092
Pessoas detidas	2.434	Mortes	500
Pessoas detidas por mandado de prisão	67	Declarações de acidentes de trânsito	4.768

Fonte: Seção de Policiamento e Fiscalização – SysPD (8ª SRPRF)

Além das operações elencados anteriormente, foram também realizadas exposições e palestras, entre alunos de 1º, 2º graus, motoristas, empresários e população em geral. Dá-se destaque, nesse sentido, para realização de comandos educativos relacionados à Semana Nacional de Trânsito.

Dentre as diversas ações, oportuno frisar a ênfase dada ao Termo de Cooperação Técnica (TCT) celebrado com o Ministério Público da União a fim de responsabilizar as empresas embarcadoras pelo excesso de peso, fator esse primordial em relação ao estado da pavimentação das rodovias.

Na área da fiscalização de trânsito, houve foco nas operações de controle de velocidade, através das quais a 8ª SRPRF/SC, dentre as demais regionais PRF, alcançou um expressivo aumento no número de autuações e multas. Observou-se, como será exposto no curso deste relatório, que esse foi um dos fatores responsáveis pela diminuição no quantitativo e gravidade dos acidentes de trânsito e mortos nas rodovias federais catarinenses. A tabela T4 detalha os números, incluindo processos recursais que tramitam no âmbito da UJ:

TABELA T.4 – NÚMEROS DE AUTOS DE INFRAÇÕES E PROCESSOS JULGADOS - 8ª SRPRF/SC

Ano	Quantidade de autos de infração por radares fotográficos
2011	80.110
2012	186.846
2013	245.870
	Quantidade de processos julgados CADA
2011	8.874
2012	12.715
2013	15.217
	Quantidade de processos julgados JARI
2011	3.600
2012	4.920
2013	6.480
	Quantidade de processos julgados COLEGIADO
2011	480
2012	480
2013	480

Fonte: Seção de Policiamento e Fiscalização – NMP da 8ª SRPRF

Foram realizadas no exercício 2013 diversas missões de escolta e batedor para as autoridades que se deslocam ao estado da Santa Catarina. Usualmente, situações não previamente planejadas, que demandaram bastante esforço a esta UJ. Inobstante, as missões foram cumpridas com pleno êxito, sem ocorrência de nenhum incidente.

A Operação Rodovida, capitaneada pelo DPRF, integrou as diversas instituições no estado em prol da redução de acidentes, óbitos e feridos nas rodovias catarinenses. A integração das informações e o rápido encaminhamento facilitaram a gestão dos dados que foram repassados pela CIOP/SC ao DPRF. A importância desta UJ nesse cenário fez com que o Ministro da Justiça comparecesse na Unidade Operacional de Biguaçu para o lançamento da Operação Rodovida 2013.

Na área de capacitação foi dado impulso à realização de alguns projetos, dentre os quais, o Módulo I Armamento e Tiro – Programa de atualização regional 2013, Curso da Submetralhadora Taurus SMT.40 em todas as Delegacias pertencentes a UJ que tem o escopo de nivelar e padronizar os procedimentos dos integrantes desta UJ, dentre outros. Vários cursos foram realizados pelo DPRF em diferentes locais pelo país e esta gestão não mediu esforços para a liberação de todos os servidores que se inscreveram para se especializarem e até mesmo dividerem seus conhecimentos com os demais na situação de instrutor.

Em 2013 foi desenvolvida a organização e a execução da remoção, guarda e leilão dos veículos retidos por esta Regional, semelhante ao feito realizado em 2012. Essa ação, que tem relação direta com a consecução das atividades operacionais, saneou um passivo de 3.077 veículos que estavam nos pátios de diversas unidades operacionais (acumulados, os que estavam por mais de 20 (vinte) anos e os resultantes das fiscalizações ocorridas em 2013). Para 2014, estão programadas mais remoções e leilões nos mesmos moldes dos realizados em 2012 e 2013. A tabela T5 demonstra as informações sobre os leilões.

TABELA T.5 – LEILÕES REALIZADOS PELA 8ª SRPRF/SC

Leilão	Local	Data	Avaliação Inicial	Arrecadação	Número de lotes	Média por Lote	
.01/2012	Palhoça	10/01/13	R\$ 132.680,00	R\$ 343.780,00	495	R\$ 694,50	Todos sucata
.01/2013	Palhoça	28/02/13	R\$ 225.070,00	R\$ 632.800,00	682	R\$ 927,86	29 documentados
.02/2013	Palhoça	27/06/13	R\$ 111.600,00	R\$ 369.550,00	542	R\$ 681,83	7 documentados
.03/2013	Palhoça	31/07/13	R\$ 176.930,00	R\$ 364.650,00	610	R\$ 597,79	58 documentados
.04/2013	Itajaí e Joinville	09/09/13	R\$ 150.180,00	R\$ 330.700,00	412	R\$ 802,67	33 documentados
.05/2013	Palhoça	22/01/14	R\$ 175.800,00	R\$ 430.150,00	336	R\$ 1.280,21	60 documentados
		Somatório	R\$ 972.260,00	R\$ 2.471.630,00	3077	R\$ 830,81	

Fonte: Comissão de Leilão da 8ª SRPRF/SC

Através das ações realizadas por esta UJ no exercício 2013 foram obtidos diversos resultados positivos, que serão trabalhados no decorrer deste relatório, dando materialidade à missão institucional da PRF (*“Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã.”*). Dentre os referidos resultados, pode-se destacar desde já alguns, quais sejam:

- Redução no número de acidentes, mortos e feridos nas rodovias federais catarinenses;
- Superação considerável nas metas estabelecidas pelos indicadores de avaliação do DPRF;
- Aumento na fiscalização de controle de velocidade, motivo pelo qual esta UJ figurou em segundo lugar no número efetivo de multas aplicadas pelo DPRF;
- Investimento no combate ao crime organizado nas rodovias federais, com ações operacionais mais frequentes, principalmente nas regiões de fronteira;
- Realização de diversos cursos de especialização e capacitação do efetivo;
- Avanço na informatização das unidades operacionais e CIOP, haja vista a distribuição de novos computadores e equipamentos de TI;
- Melhoria nas condições de uso da maioria das instalações das unidades operacionais e das unidades administrativas da 8ª SRPRF/SC;
- Realização de operações para lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrências em todas as unidades operacionais;
- Realização da Operação Rodovida, em parceria com a Polícia Militar Rodoviária, Guardas Municipais e Departamento de Trânsito do estado de Santa Catarina;
- Intensificação das operações de fiscalização de alcoolemia, controle de velocidade, produtos perigosos, ANTT e RNTRC, dentre outras.

- Estabelecimento de Acordos de Cooperação Técnica com diversos municípios, objetivando a remoção, guarda e leilão de veículos retidos;
- Melhoria nos serviços prestados pelos grupos especializados desta UJ – Núcleo de Operações Especiais, Corpo de Motociclistas Regional, Base da Divisão de Operações Aéreas;
- Incremento no número de encontros operacionais entre os gestores da 8ª SRPRF/SC, de forma a padronizar procedimentos e ações.

2.3 Informações sobre outros resultados gestão

A Portaria DG/PRF nº 28, de 12 de fevereiro de 2014, instituiu o plano estratégico da Polícia Rodoviária Federal para os exercícios 2013 a 2020.

Da mesma forma foram definidos os indicadores de desempenho estratégicos, contendo: Perspectiva, vetor, resultado esperado/objetivo a ser alcançado, título, forma de cálculo, polaridade, área responsável pela medição e áreas responsáveis pelo resultado.

Contudo, ainda não foi possível efetuar a medição de um indicador de desempenho estratégico, em virtude de ainda estar em construção.

3 “PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.”

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

Esta UJ não possui um sistema de controle interno, somente o Ministério da Justiça. No âmbito da 8ª SRPRF/SC a Portaria 090/2013 (publicada no Boletim de Serviço nº 016/2013, em 08 de março de 2013) designou membros do Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização da UJ e a Portaria 311/2013 (publicada no Boletim de Serviço nº 47/2013, em 13 de setembro de 2013) nomeou integrantes da Comissão Permanente de Controle Interno Regional no âmbito da UJ.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	

15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		

Análise Crítica:

Esta UJ tampouco o DPRF possuem em sua estrutura uma área encarregada especificamente do acompanhamento do Sistema de Controle Interno. Essa estruturação encontra-se presente no âmbito do Ministério da Justiça, a qual o DPRF está subordinado.

Inobstante, foi criado em nível do Departamento o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização, que tem acompanhado as demandas oriundas do TCU e CGU.

Também implantou-se no DPRF o Escritório de Projetos Estratégicos (EPE), e publicada a sua metodologia, voltada para a gestão de projetos, especialmente os prioritários, contendo planejamento das demandas, análise e monitoramento de riscos entre outros mecanismos de aperfeiçoamento de gestão.

Cabe ressaltar que a alta administração do DPRF tem envidado esforços no sentido de dotar a instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de Reestruturação do DPRF, que está atualmente sob análise da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para posterior encaminhamento à Casa Civil.

Quanto ao código de conduta, informamos que o DPRF orienta seus servidores pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Tal instrumento (que por se tratar de dispositivo legal em vigor, já pressupõe prévio conhecimento por parte dos servidores públicos) é abordado na disciplina Ética e Cidadania do Curso de Formação Profissional do DPRF. Além disso, alguns de seus preceitos são comumente reiterados pela Comissão de Ética desta UJ (cujos membros são designados por Portaria Interna) e através de ações de Corregedoria Participativa.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Fonte: Seção Administrativa e Financeira – 8ªSRPRF/SC

3.3 Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica a esta UJ

3.4 Sistema de Correição

Na estrutura do sistema de correição implantado no DPRF tem-se a Corregedoria-Geral como unidade seccional, compondo o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, nos termos do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005. No âmbito das Superintendências Regionais, como esta Unidade Jurisdicionada, existe uma Corregedoria Regional (CR), que abrange o Núcleo de Assuntos Internos (NUAI).

A incumbência da unidade correicional regional (CR) é a recepção e apuração de denúncias de infrações disciplinares, diretamente, por intermédio de investigações preliminares, e indiretamente, mediante coordenação e apoio às comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar. Nesse sentido, os esforços da Corregedoria Regional visam subsidiar a autoridade regional em sua decisão de julgamento, naquilo que for competente, ou no encaminhamento à instância superior, quando cabível, tudo de acordo com as diretrizes correicionais do DPRF.

Essa atuação é regida pela Instrução Normativa nº 01/2010-Corregedoria-Geral/DPRF, que, por sua vez, tem amparo nas Leis nº 8.112/90 e 9.784/99, bem como no Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria do Senhor Ministro da Justiça nº 1.357, de 02 de agosto de 2007, o qual dispõe sobre competências e responsabilidades:

Art. 92. À **Corregedoria Regional** compete:

- I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correicionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;
- II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;
- III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;
- IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;
- V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;
- VI elaborar e manter atualizado os relatórios da área correicional da Unidade Regional;
- VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correicionais de servidores da Superintendência;
- VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;
- IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;
- X - elaborar estatísticas de interesse da área correicional e relatórios de gestão;
- XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correicionais;
- XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;
- XIII - auxiliar na gestão do orçamento correicional;
- XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e
- XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Art. 93. Ao **Núcleo de Assuntos Internos** compete:

- I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;
- II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;
- III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;
- IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;
- V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e
- VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Art. 107. Aos **Superintendentes** e Chefes de Distrito incumbe:

[...]

XVII - instaurar processo administrativo disciplinar, sindicância administrativa disciplinar e sindicância investigativa, expedir ordem de missão para realização de investigações, assim como aplicar penalidades disciplinares nos limites de suas atribuições;

XVIII aplicar penalidades administrativas por infração de trânsito, nos termos do artigo 20 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997;

[...]

Art. 103. Ao **Corregedor-Geral** incumbe:

[...]

V - apurar a responsabilidade disciplinar de:

a) servidores lotados na sede do Departamento;

b) Superintendentes, Chefes de Distritos e respectivos Substitutos, nesta qualidade;

c) servidores envolvidos no mesmo fato ou fatos conexos, mas lotados em Unidades Regionais diversas;

d) qualquer servidor do Departamento, independente da lotação, se houver impedimento legal ou suspeição da autoridade Regional e de seu substituto em proceder à apuração que lhes competir.

VI - delegar competência para Superintendentes e Chefes de Distrito instaurarem procedimentos e aplicarem penalidades em servidor lotado em Regional diversa;

VII - avocar a competência dos Superintendentes e Chefes de Distrito para conhecer, instaurar e julgar procedimentos disciplinares;

VIII - instaurar procedimentos administrativos disciplinares, aplicar penalidades disciplinares de advertência e de suspensão não superior a trinta dias, bem como conhecer e julgar recursos;

IX - decidir em grau de recurso os atos ou despachos das autoridades regionais, e também os processos e procedimentos que lhe forem submetidos, observadas as áreas de competência;

[...]

Ainda, importante frisar o papel preventivo promovido pela Corregedoria Regional e Núcleo de Assuntos Internos, que toma forma com as visitas e inspeções realizadas periodicamente às Unidades Operacionais, assim como o acompanhamento realizado em operações e comandos

temáticos. Não obstante, por vezes a realização dessas atividades resta prejudicada pelo deficit de efetivo.

A Corregedoria Regional está instalada fisicamente na sede da 8ª SRPRF/SC, em Florianópolis, e conta com três salas. Uma delas é a sala de audiências e de uso das comissões disciplinares e nas outras funcionam, respectivamente, a Corregedoria e o Núcleo de Assuntos Internos.

No ano de 2013 foram adquiridas duas novas viaturas novas para a Corregedoria Regional, uma GM Trial Blazer caracterizada, para realização de atividades ostensivas, e um Renault Fluence descaracterizado. Ainda, dispõe de mais 03 viaturas descaracterizadas, quais sejam, um Nissan Sentra, um Fiat Palio e um GM Astra, essa duas últimas a disposição das comissões disciplinares.

De janeiro a junho de 2013, atuou como Corregedor Regional o servidor Fernando Berté Moratelli, quando foi removido a pedido para a 5ª Delegacia PRF/SC, em Lages. Desde então, assumiu o encargo de Corregedor Regional o servidor Maurício Maciel Pereira Júnior. Nesse mesmo ano, ingressaram também na equipe os servidores Giancarlo Rossetto (em fevereiro), como chefe substituto, e Gabriel Mendes dos Santos (em julho). Nesse particular, oportuno frisar que o servidor Gabriel esteve praticamente todo o período de licença médica, em decorrência de um incidente ocorrido fora de serviço, não tendo retornado à CR, uma vez que obteve remoção a pedido da 2ª Delegacia PRF/SC, em Tubarão.

Ainda, permaneceram lotados na Corregedoria Regional durante todo o exercício, o servidor Fabrício Colombo, que até junho esteve requisitado a serviço da Controladoria-Geral da União, o servidor João Carlos Lanzi Alcalde, que esteve durante todo o período a serviço da Corregedoria-Geral, e os servidores Luciano Leon do Carmo, Andrei Luiz da Cunha e Rogério Rodrigues, atuando exclusivamente em comissões disciplinares.

O Núcleo de Assuntos Internos esteve chefiado de janeiro a setembro pelo servidor Wagner Mufarrej de Oliveira Filho, quando foi transferido a pedido para a Central de Informações Operacionais da 8ª SRPRF/SC, para após ser removido para a 5ª Superintendência Regional/RJ, onde assumiu a chefia do NUAJ/RJ. Deixou de compor a equipe do NUAJ o servidor Donisete João de Souza, que foi lotado no Núcleo de Administração Pessoal/SC e posteriormente removido a pedido para a 1ª Delegacia PRF/SC. De outra monta, ingressaram no NUAJ/SC os servidores Gilberto Moratelli Júnior (em fevereiro), que passou a responder como chefe substituto a partir de agosto, e Deivid Vasques (em agosto).

Outrossim, como pode ser visto, houve uma significativa renovação dos quadros da Corregedoria Regional, o que gerou necessidade de adequação e ajustes por parte dos novos servidores e gestores. Somando-se a isso, o fato de um servidor estar integralmente a serviço da Corregedoria-Geral e de outro estar durante a maior parte do exercício requisitado pela CGU, além do afastamento médico já elencado. Desse modo, **importante frisar incongruência entre o efetivo nominal e o efetivo real disponível no período.**

Visando analisar os resultados obtidos no exercício de 2013, compilamos as informações abaixo entabuladas, retiradas dos relatórios correccionais mensalmente enviados à Corregedoria-Geral do DPRF nos anos de 2012 e 2013:

TABELA T.6 – RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

	2012	2013	
Denúncias/Representações Autuadas ou recebidas	82	98	19,51%
Informações confeccionadas (análises da CR)	138	136	-1,45%
Relatórios de investigação preliminar confeccionados	26	80	207,69%
Decisão de arquivamento	75	79	5,33%
PADs instaurados	19	24	26,32%
Sindicâncias Acusatórias Instauradas	5	3	-40,00%
Sindicâncias Investigativas Instauradas	5	9	80,00%
Processos arquivados por falta de objeto ou falta de provas após a investigação preliminar	25	55	120,00%
PADs arquivados por falta de objeto ou materialidade	35	19	-45,71%
PADs com aplicação de penalidades	7	4	-42,86%
Total de Servidores “Absolvidos” em PAD	75	46	-38,67%
Servidores Punidos com Advertência	0	0	-
Servidores Punidos com Suspensão	3	1	-66,67%
Servidores Punidos com Demissão	1	3	200,00%
Servidores Punidos com Cassação de Aposentadoria	0	1	-
Servidores Punidos com Nota de Culpa	4	1	-75,00%
Total de Punições	8	6	-25,00%
Nº de processos em que houve prescrição	0	0	-
Prisões de PRFs	1	0	-100,00%
Quantidade atualizada de servidores na Unidade (dezembro)	510	534	4,71%

Fonte: Corregedoria Regional – 8ª SRPRF/SC

Com base nos dados acima, observou-se um aumento no número de recebimento de denúncias/ representações (19,51%), o que pode ser considerado como um reflexo no aumento das ações de fiscalização, abordagem e autuações efetuadas em 2013. Acompanhando esse movimento, houve também incremento no número de Processos Administrativos Disciplinares instaurados (26,32%). A quantidade de “informações” (análises)

confeccionas pela CR se manteve no mesmo patamar. Por outro lado, o quantitativo de relatórios de investigação preliminar confeccionados pelo NUAI teve aumento de mais de 200%. o que se observou ser consequência de represamento de serviço no referido núcleo decorrente de insuficiência de efetivo.

Um dado bastante interessante foi o do aumento de 120% no número de processos arquivados após a realização da investigação preliminar, em decorrência da não verificação de elementos de materialidade e autoria suficientes para ultrapassar o juízo de admissibilidade. Entende-se que essa atuação resulta em otimização do sistema de correição, uma vez que evita gastos desnecessários com diárias e deslocamentos de comissões disciplinares em casos que podem ser exauridos ainda em fase preliminar. Muitas dessas situações são afetas ao gerenciamento de serviço e não à seara disciplinar. Como consequência, possibilitou-se maior enfoque sobre os casos de maior relevância disciplinar, onde o interesse público está efetivamente envolvido, o que pode ser observado no aumento de servidores punidos com demissão (mais 200%).

Outra ação relevante realizada no exercício em tela foi as reuniões promovidas nos meses de novembro e dezembro entre a Corregedoria Regional e as chefias e efetivo da 8ª Delegacia PRF/SC, em Chapecó, da 7ª Delegacia PRF/SC, em Joaçaba, e da 6ª Delegacia PRF/SC, em Mafra. Nessas oportunidades, buscou-se detectar os principais problemas em cada localidade, visando expor a dinâmica da atividade correicional aos servidores, com foco na sua conscientização. Durante o ano de 2014 pretende-se dar seguimento às reuniões nas demais delegacias desta Unidade Jurisdicionada.

A maior dificuldade da Corregedoria Regional no ano de 2013 foi a indisponibilidade de efetivo, a despeito da listagem de lotação nominal, uma vez que na realidade durante a maior parte do período havia apenas dois servidores efetivamente atuando na CR e dois no NUAI, sem considerar férias, viagens a serviços e outros afastamentos. Esse quadro foi agravado com a realização da investigação social do último concurso para ingresso na PRF. Outrossim, para o bom andamento das atividades da Corregedoria necessário se faz a lotação de mais um servidor na CR e um no NUAI.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Informa-se que todos os processos administrativos disciplinares atualmente em curso estão devidamente cadastrados no sistema CGU-PAD e que essa rotina está sendo atendida para os novos processos. Contudo, está sendo necessário estabelecimento de uma nova rotina de trabalho, visto que anteriormente os dados dos processos eram inseridos no sistema CGU-PAD apenas em duas etapas: na instauração do processo e no encerramento, uma vez que, durante a instrução processual, os autos permanecem com as comissões, cujas sedes, o mais das vezes, localizam-se no interior do estado. Outrossim, estão sendo envidados esforços no sentido de sanar quaisquer eventuais pendências que ainda possam existir, bem como para atender integralmente preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU. O [anexo V](#) traz o detalhamento dos números.

Não obstante, importante frisar que a equipe da Corregedoria Regional foi mudada integralmente no ano de 2013, passando por uma fase de adequação e ajuste dos novos servidores às atividades da seção. Ainda, destaca-se a deficiência real de efetivo, conforme alertado no Memorando nº 219/2013-CR/SC, de 05 de dezembro de 2013. Situação essa que gerou muitas dificuldades para gerenciar os procedimentos disciplinares instaurados e alimentar o sistema CGU-PAD com os dados pertinentes. Todavia, percebe-se que o reduzido número de servidores no setor é consequência natural do

baixo efetivo em toda a 8ª SRPRF/SC.

Outro fator prejudicial no ano de 2013 foi a reiterada (durante todo o ano) indisponibilidade da rede e sistemas, ora decorrentes da mudança da sede do DPRF em Brasília, ora decorrentes da implantação da nova rede de dados na 8ª SRPRF/SC. Ainda assim, foram e estão sendo empreendidos todos os esforços possíveis para cumprir as disposições em tela.

Por fim, informa-se que há uma designação formal dos servidores Giancarlo Rosseto e Fernando Berté Moratelli para integrarem a Comissão Responsável pelo Registro no Sistema CGU-PAD de Informações sobre Procedimentos Disciplinares instaurados no âmbito desta UJ (Portaria nº 91, de 15 de março de 2013, do Superintendente da 8ª SRPRF/SC). Embora haja necessidade de alteração da referida portaria, verifica-se que, além do servidor Giancarlo Rosseto, o atual Corregedor Regional, Maurício Maciel Pereira Júnior, também está habilitado e realizando o referido cadastramento.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4. *“PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013”*

TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das despesas

Não se aplica a esta UJ.. Esse entendimento está descrito no subitem 4.1.1 da portaria TCU N° 175/2013 com o seguinte conteúdo: “O quadro abaixo denominado Programação de Despesa deve ser preenchido pelas UJ que são Unidade Orçamentária (UO)...”

4.1.1 Programação

Não se aplica a esta UJ.

4.1.1.1 Análise Crítica

Não se aplica a esta UJ.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebido ora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	200109	200125	4710104121212514VN0003	-	-	560.753,25
	200109	200125	3010706122211220000001	-	-	5.782.151,22
	200109	200125	3010706122211220000002	-	-	152.924,00
	200109	200125	3010706181207020IC0002	-	-	8.783,66
	200109	200125	3010706181207020IC0003	-	-	1.588.649,29
	200109	200125	3010706181207020IC0004	-	-	1.644.136,39
	200109	200125	3010706181207027230003	-	-	82.029,80
	200109	200125	3010706181207027230004	-	-	2.786.641,65
	200109	200125	3010706181207027230005	-	-	6.339,14
	200109	200125	3010706181207027230006	-	-	4.618,77
	200109	200125	3010706181207027230008	-	-	20.945,00
	200109	200125	301070618120702723000A	-	-	78.445,71
	200109	200125	301070618120702723000B	-	-	35.188,91
	200109	200125	301070618120702723000E	-	-	101.813,12
	200109	200125	3010706181207086980000	-	-	1.664.120,87
	200109	200125	301010618320707U230007	-	-	948.238,72
	200109	200125	3925326122212687850000	-	-	37.851,23
	200109	200125	3925026125207529070000	-	-	580.034,52
	200109	200125	3925026782207520UB0001	-	-	460.000,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebido ora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	200109	200125	3010706122211220000001	44.462,11	-	-
	200109	200125	3010706181207020IC0001	2.461,733,00	-	-
	200109	200125	3010706181207020IC0002	650.605,55	-	-
	200109	200125	3010706181207020IC0003	2.055.724,15	-	-
	200109	200125	3010706181207020IC0004	4.220.725,42	-	-
	200109	200125	3010706181207027230004	80.132,00	-	-
	200109	200125	301070618120702723000E	11.554.399,92	-	-

QUADRO A.4.1.2.2 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Não se aplica a esta UJ

4.1.3. Realização da Despesa

Não se aplica a esta UJ.

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	16.394.066,83	4.968.869,24	16.292.036,92	4.933.004,72
a) Convite				
b) Tomada de Preços	254.202,56		254.202,56	
c) Concorrência				
d) Pregão	16.139.864,27	4.968.869,24	16.037.834,36	4.933.004,72
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	816.275,55	686.238,98	816.275,55	637.487,96
h) Dispensa	591.165,92	576.543,38	591.165,92	497.460,02
i) Inexigibilidade	225.109,63	109.695,60	225.109,63	140.027,94
3. Regime de Execução Especial	10.027,48	2.431,93	10.027,48	7.829,92
j) Suprimento de Fundos	10.027,48	2.431,93	10.027,48	7.829,92
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.818.268,48	2.240.691,17	2.818.268,48	1.445.755,67
k) Pagamento em Folha		48.441,05		48.441,05
l) Diárias	2.818.268,48	2.192.250,12	2.818.268,48	1.397.314,62
5. Outros	1.652.498,08	2.360.151,75	1.652.498,08	1.555.453,84
6. Total (1+2+3+4+5)	21.691.136,42	10.258.383,07	21.589.106,51	8.579.532,11

Fonte: Seção Administrativa e Financeira da 8ª SRPRF/SC

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1 – Despesas de Pessoal								
OUTROS BENEFICIOS A ASSISTENCIAIS		48.441,05		48.441,05				48.441,05
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
3 – Outras Despesas Correntes								
OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	63.079,34		63.079,34				63.079,34	
DIARIAS - CIVIL	2.824.050,10	2.203.129,86	2.818.268,48	2.203.129,86	5.781,62	-	2.818.268,48	2.203.129,86
MATERIAL DE CONSUMO	3.936.334,69	1.700.825,17	1.398.466,19	1.417.537,89	2.537.868,50	283.287,28	1.398.466,19	1.417.537,89
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	320.533,52	137.290,76	238.419,10	115.228,58	82.114,42	22.062,18	238.419,10	115.228,58
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS P. FISICA	1.303,90	885,00	1.303,90	885,00		-	1.303,90	885,00
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.774.846,93	2.599.424,57	1.747.910,02	2.205.830,62	1.026.936,91	393.593,95	1.747.910,02	2.205.830,62
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS P. JURIDICA	5.287.812,22	5.234.359,31	2.353.220,93	1.835.385,82	2.934.591,29	3.398.973,49	2.251.191,02	1.835.385,82
OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMEN.	54.651,11	49.185,07	49.228,07	45.755,41	5.423,04	3.429,66	49.228,07	45.755,41
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	27.285,00	40.086,77	27.285,00	40.086,77		-	27.285,00	40.086,77
INDENIZACOES E RESTITUICOES	56.536,83	41.806,84	56.536,83	41.806,84		-	56.536,83	41.806,84
SERVICOS DE CONSULTORIA	992.313,50				992.313,50			
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- P. JURIDICA		112.811,19				112.811,19		
OBRAS E INSTALACOES - OP.INT. ORC.	4.220.725,42	2.161.447,79	4.548,74		4.216.176,68	2.161.447,79	4.548,74	
EQUIP. E MATERIAL PERMAN. OP.INTRA ORC.	16.782.652,48	293.656,14	11.661.444,54	235.702,14	5.121.207,94	57.954,00	11.661.444,54	235.702,14
5 – Inversões Financeiras								
6 – Amortização da Dívida								

Fonte: Seção Administrativa e Financeira da 8ª SRPRF/SC

4.1.3.7 Análise Crítica da realização da despesa

Os números apresentados demonstram claramente que no exercício 2013 houve um aumento significativo nos gastos com diárias, serviços de terceiros, investimentos e obras.

No caso dos gastos com diárias e passagens aéreas é resultado de diversos eventos, onde destacamos a Copa das Confederações realizadas nas sedes da Copa do Mundo 2014 e a Jornada mundial da juventude no Rio de Janeiro. Em ambos eventos foram necessários uma grande mobilização de recursos humanos e materiais.

Ações que convocou grande número de efetivo para o monitoramento das regiões fronteiriças bem como, para a presença nessas regiões fronteiriças às chamadas operações especiais e de inteligência.

Destacamos também o decréscimo das despesas de exercício anteriores, o que se deve a uma gestão que utiliza o planejamento como ferramenta fundamental para alcançar os objetivos traçados.

Já o investimento em obras demonstra o compromisso da administração com a modernização das instalações que proporcionam um melhor atendimento ao cidadão e melhor condições de trabalho aos servidores.

O motivo de praticamente todo o recurso ter ficado em restos a pagar se deve ao fato de os recursos serem disponibilizados para esse tipo de despesa apenas no final do ano.

Finalizando, o aumento expressivo dos gastos com material de consumo e material permanente foi devido as aquisições para o atendimento às demandas da Academia Nacional da PRF que, antes de se tornar uma UJ, dependeu de contratações via 8ª SRPRF/SC.

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.2.1 Análise crítica

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012				102.029,91
2011				
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2013				16.922.413,90
2012	6.433.559,54	4.637.217,68	-372.036,10	1.424.305,76
2011	155.086,12	150.877,10	-4.209,02	0,00
2010	140.273,00			140.273,00

Fonte: Seção Administrativa e Financeira da 8ª SRPRF/SC

4.3.1 Análise Crítica

Esta UJ busca sanar as pendências juntos aos seus fornecedores no intuito de pagar as despesas inscritas em restos a pagar. A maioria do montante inscrito em restos a pagar de 2013 são resultantes das diversas aquisições realizadas no último mês do ano por esta regional para atender as demandas da Academia Nacional de Polícia Rodoviária Federal (ANPRF).

Podemos observar que os restos a pagar de 2012 foram quitados na sua maioria durante o exercício de 2013. O montante restante são obras que ainda não foram concluídas e contrato de telefonia que processa as faturas com valores a maior e demora a regularizar os erros.

Os valores referentes a 2010 são oriundos de contratação de empresa para instalação de controle de acesso às instalações da sede desta Superintendência, na qual a contratada não cumpriu várias cláusulas do contrato, o que ensejou a sua rescisão. O referido recurso não foi cancelado em virtude de haver uma ação judicial acerca da situação.

Concluindo, frisa-se que todos os restos a pagar de outros exercícios foram prorrogados de acordo com os Decretos nº 7418/10, 7468/11,

7654/11 e 7680/12, da Presidência da República. E, como informado anteriormente, grande parte dos restos a pagar desta Regional são oriundos de recursos de obras liberados no fim do exercício ou de faturas de contratos continuados referentes ao meses de novembro e dezembro, que acabam sendo pagas no ano seguinte, ora por falta dos documentos para efetivarmos o pagamento, ora por falta de financeiro. No ano de 2013 as aquisições para atender as demandas para a instalação da Academia Nacional de Polícia Rodoviária Federal (ANPRF) provocaram um valor expressivo de restos a pagar devido ao fato de terem sido feitos no último mês do ano.

4.4 Transferências de Recursos

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.4.5 Análise Crítica

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.5 Suprimento de Fundos

4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Suprimento de Fundos						Total (R\$) (a+b+c)
	Conta Tipo “B”		CPGF				
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
		Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor		
2013	0	-	-	-	-	-	-
2012	0	-	0	-	10	2.431,93	2.431,93
2011	0	-	0	-	8	7.829,92	7.829,92

Fonte: Seção Administrativa e Financeira da 8ª SRPRF/SC

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não se utiliza o suprimento de fundos utilizando conta tipo “B” nesta UJ.

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO A.4.5.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	Limite de Utilização da UG		Valor		Total
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Saque	Fatura	
ANTONIO CARLOS STANISLAU AFONSO CUNHA	026.540.419-30			312,40	
RENATO FELICE FERRER	042.908.087-51			732,80	
JOÃO ATADEU DE MELO	082.820.560-49			526,10	
ANDRÉ LUIZ ORTEGA	360.709.040-87			2.356,00	
TRAJANO FREDERICO SILVA FAGUNDES	601.745.369-68			623,66	
IVO HEIDRICH SILVEIRA	712.778.629-15			1.020,02	
TARCISIO FLORIANO DA SILVA JUNIOR	729.618.136-20			3.295,09	
JOÃO JOSE BLOMER	836.366.419-72			500,00	
EWALDO STELZENBERGER	855.181.749-34			150,00	
IVERSON LUIZ WAMSER	863.507.739/34			511,41	
Total Utilizado pela UG				10.027,48	

Fonte: Seção Administrativa e Financeira da 8ª SRPRF/SC

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas							0	-	0		0	-
PC Aguardando Análise							0	-	0		0	-
PC em Análise							0	-	0		0	-
PC não Aprovadas							0	-	0		0	-
PC Aprovadas							10	10.027,48	10	2.431,93	8	7.829,92

Fonte: Seção Administrativa e Financeira da 8ª SRPRF/SC

4.5.5 Análise Crítica

Reiterando que esta UJ não utiliza suprimento de fundos por meio de contas tipo “B”, informa-se que a utilização de suprimento de fundos é feita somente por CPGF, o que demonstra a preocupação na transparência na utilização de tal recurso. Nesse sentido, através do *website* do Banco do Brasil e do Comprasnet é feito o acompanhamento dos gastos realizados por cada suprido. As possibilidades de utilização são filtradas no *website* do Banco do Brasil, limitando a utilização aos estabelecimentos e serviços previamente selecionados pelo gestor da conta.

Todos os supridos são instruídos a utilizar o cartão corporativo para emergências e compras de pequeno valor, respeitando a legislação em vigor - Lei nº 4.320/64, Decreto-Lei nº 200/67, Decretos nº 93.872/86, nº 2.289/04, nº 941/93 e nº 5.355/05, Portarias MF nº 95/02 e nº 448/02, Portaria MP nº 41/06, IN da STN nº 04/04 e Macrofunção 02.11.21 do manual SIAFI.

Os valores utilizados no exercício evidenciam que os supridos estão atentos as normas e utilizam o CPGF eventualmente, para problemas que surgem no dia a dia e que precisam de rápida solução. Nesse sentido, todos os supridos recebem seus processos de acompanhamento onde constam orientações de utilização e a legislação em vigor. No referido processo são apensados todos os comprovantes de pagamento, notas fiscais, recibos e também as solicitações de informação sobre a existência do material/serviço em contrato ou em estoque. Os processos ao final da concessão são recolhidos pela Superintendência, onde são analisados, feitos os lançamentos contábeis pertinentes, para que a utilização do recurso por cada suprido passe pela avaliação e aprovação do ordenador de despesas.

Por fim, informa-se que esta UJ baseia o uso dos cartões corporativos no manual de utilização disponibilizado no site do CGU e do TCU.

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

O conteúdo deste subitem não se aplica a esta UJ.

4.6.1 Benefícios Financeiros e Creditícios

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.6.1.1 Benefícios Financeiros e Creditícios – Quantificação

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.6.1.2 Benefícios Financeiros e Creditícios – Análise Crítica

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.6.2 Renúncias Tributárias

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.6.2.1 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ – Identificação

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.6.2.2 Valores Renunciados e Contrapartida

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.6.2.3 Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.6.2.4 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.6.2.5 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.6.2.6 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.6.2.7 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.6.2.8 Comunicações à RFB

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.6.2.9 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.6.2.10 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.6.2.11 Fiscalizações Realizadas pela RFB

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

4.6.2.12 Renúncia Tributária – Análise Crítica

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

5 “PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013”

GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	-	-	-
1.1.Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2.Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	-	-	-
1.1.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	532	25	24
1.1.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.1.3.Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.1.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	-
4.Total de Servidores (1+2+3)	-	532	25	24

Fonte: SIAPE e Núcleo de Administração de Pessoal – 8ª SRPRF/SC.

Ainda, além do quadro acima, contamos com a força de trabalho de 04 (quatro) funcionários anistiados, sendo 03 (três) da Eletrosul e 01 (um) do DNIT.

Todavia, necessário informar que a força de trabalho apresentada no quadro acima está muito aquém da necessidade desta Regional. Em um estudo realizado pelo DPRF, que será norteador na distribuição do efetivo de futuros concursos públicos para o cargo de PRF em âmbito nacional, a 8ª SRPRF/SC foi considerada a terceira regional com maior deficit de efetivo. Em reunião dos superintendentes regionais e entidades sindicais, foi apresentado o referido estudo, onde para a 8ª SRPRF/SC (considerando diversos critérios técnicos), o efetivo legal apresentado seria de 813 (oitocentos e treze) servidores, com previsão de ingresso no concurso em andamento de 93 (noventa e três) servidores.

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1.Cedidos (1.1+1.2+1.3)	-
1.1.Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2.Exercício de Função de Confiança	-
1.3.Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	1
2.Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1.Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2.Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3.Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4.Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3.Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1.De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2.A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3.A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4.A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5.A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4.Licença Remunerada (4.1+4.2)	-
4.1.Doença em Pessoa da Família	-
4.2.Capacitação	-
5.Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1.Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	-
5.2.Serviço Militar	-
5.3.Atividade Política	-
5.4.Interesses Particulares	-
5.5.Mandato Classista	-
6.Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7.Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	3

Fonte: SIAPE e Núcleo de Administração de Pessoal – 8ª SRPRF/SC.

No quadro apresentado acima, considerando as opções apresentadas, não se constatou grande ocorrência de situações que reduzem a força de trabalho.

Porém, considerando-se as licenças remuneradas para tratamento da própria saúde e as licenças para tratamento de acidentes em serviço, obtém-se um número mais acentuado

Ressalta-se ainda, que esta administração vem combatendo o absenteísmo por motivo de tratamento de saúde com o programa de promoção à saúde “Patrulha da Saúde” e com o apoio da Unidade SIASS/UFSC nos atendimentos periciais e de equipe multiprofissional em saúde.

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.Cargos em Comissão	-	-	-	-
1.1.Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-
1.2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	1	-	-
1.2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3.Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4.Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5.Aposentados	-	-	-	-
2.Funções Gratificadas	-	-	-	-
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	34	34	-	-
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3.Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	35	35	-	-

Fonte: SIAPE e Núcleo de Administração de Pessoal – 8ª SRPRF/SC.

Conforme o quadro acima, no detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas, esta UJ possui apenas um cargo em comissão, o de Superintendente Regional, ocupado por servidor de carreira da ativa, e 34 servidores ocupando as funções gratificadas de Chefe de Núcleo (FG-003), Chefe de Delegacia (FG-002) e Chefe de Seção (FG-001).

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1.Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-
1.1.Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2.Servidores de Carreira	24	193	223	82	9
1.3.Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2.Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-
2.1.Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	-	-	-
2.3.Funções Gratificadas	-	-	-	-	-
3.Totais (1+2)	24	194	223	82	09

Fonte: SIAPE e Núcleo de Administração de Pessoal – 8ª SRPRF/SC.

Obs: Situação apurada em 31/12

No quadro de servidores por faixa etária constatou-se uma pequena diminuição da faixa etária dos servidores. Isto se deve as recentes nomeações de servidores e aposentadorias deferidas. Mesmo assim, considerando a exigência de nível superior para ingresso no cargo de PRF, tem-se

percebido o ingresso de servidores na faixa etária de 31 a 40 anos.

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2.Servidores de Carreira	-	-	-	4	180	312	-	1	-
1.3.Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1.Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	1	-	-
2.3.Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	34	-	-	-
3.Totais (1+2)	-	-	-	4	180	346	1	1	-
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto;					6 – Superior;				
2 - Alfabetizado sem cursos regulares;					7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação;				
3 - Primeiro grau incompleto;					8 – Mestrado;				
4 - Primeiro grau;					9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência;				
5 - Segundo grau ou técnico;					10 - Não Classificada.				

Fonte: SIAPE e Núcleo de Administração de Pessoal – 8ª SRPRF/SC.

Na distribuição dos servidores por nível de escolaridade notou-se o gradual e constante aumento do nível de escolaridade, alavancada pela alteração do nível de escolaridade do cargo de PRF para nível superior.

Ainda nesse sentido, pode-se observar que todos os cargos em comissão estão sendo ocupados por servidores de carreira que possuem ao menos o nível superior completo, o que demonstra o comprometimento da atual administração com a busca pelo aprimoramento e competência técnica do quadro de gestores da 8ª SRPRF/SC.

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
Exercícios	2013	62.254.115,41	152.871,70	8.389.965,08	2.373.078,27	2.559.038,19	-	-	-	75.729.068,65
	2012	55.175.883,24	183.955,16	7.413.666,66	2.008.453,36	1.933.163,66	-	-	-	66.715.122,08
	2011	55.421.233,87	192.960,73	7.235.048,07	1.960.991,70	1.947.384,51	-	-	-	66.757.618,88
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2012	132.463,12	30.578,76	13.640,67	4.765,33	4.545,00	-	-	-	185.992,88
	2012	122.248,04	29.102,76	18.993,39	6.186,63	3.648,00	-	-	-	180.178,82
	2011	28.402,17	-	12.364,10	4.121,36	2.736,00	-	-	-	47.623,60
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAPE e Núcleo de Administração de Pessoal – 8ª SRPRF/SC.

Nesse quadro estão informados os custos de pessoal no exercício de 2012, com base nas informações fornecidas pelo Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, pela transação GRCOFINDDP. Considerando-se as disposições legais, recaem sobre as rubricas de vencimentos e vantagens fixas as contas: 3.3190.11.01, 3.3190.11.07, 3.3190.91.27, 3.3190.91.32 e 3.3190.11.74; sobre retribuições, as contas: 3.3190.11.05, 3.3190.11.33 e 3.3190.16.32; sobre gratificações, as contas: 3.3190.11.31 e 3.3190.11.43; sobre adicionais, as contas: 3.3190.11.04, 3.3190.11.09, 3.3190.11.10, 3.3190.11.37, 3.3190.11.45 e 3.3190.11.46; e sobre indenizações, as contas: 3.3390.08.05, 3.3390.08.09, 3.3390.08.55, 3.3390.46.01 e 3.3390.49.01.

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1) Integral	220	7
1.1) Voluntária	2	-
1.2) Compulsória	-	-
1.3) Invalidez Permanente	25	3
1.4) Outras	193	4
2) Proporcional	15	1
2.1) Voluntária	2	-
2.2) Compulsória	-	-
2.3) Invalidez Permanente	9	1
2.4) Outras	4	-
3) Totais (1+2)	235	8

Fonte: SIAPE e Núcleo de Administração de Pessoal – 8ª SRPRF/SC.

Conforme composição do quadro de servidores inativos, esta UJ conta com um percentual de aposentadorias por invalidez de 7,47% sobre o total de aposentadorias. Ainda, no exercício de 2012 foram concedidas 08 (oito) aposentadorias, sendo 04 (quatro) voluntárias e 04 (quatro) por invalidez.

Não obstante, a preocupação da gestão da 8ª SRPRF/SC recai sobre o exercício de 2014, onde se prevê ocorrência superior a 70 servidores policiais rodoviários federais com preenchimentos dos requisitos necessários à aposentadoria voluntária.

No exercício de 2014 temos a previsão de ingresso de 93 (noventa e três) servidores que apenas suprirão as possíveis aposentadorias no período, sem sanar o deficit histórico de efetivo.

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1.Aposentado	92	4
1.1.Integral	92	4
1.2.Proporcional	-	-
2.Em Atividade	20	4
3.Total (1+2)	112	8

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal – 8ª SRPRF/SC e Relatório de Folha de Pagamento.

Neste exercício houve um destaque negativo pelo falecimento de 01 (um) servidor na ativa. Ainda tivemos o falecimento de 07 servidores aposentados.

5.1.5 Cadastramento no Sisac

Esta unidade jurisdicionada não detém na sua responsabilidade as atividades de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, cujos atos se sujeitam ao registro do Tribunal de Contas da União ou devem ser a ele comunicados, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal e da Instrução Normativa TCU nº 55/2007, sendo as mesmas realizadas pelo DPRF.

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Todos os atos de pessoal sujeitos a registros e comunicação ao TCU por intermédio do SISAC e todas as informações sobre os atos submetidos a registro no órgão de controle interno são realizados de forma centralizada pelo DPRF.

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

Esta unidade jurisdicionada não detém esta responsabilidade.

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Esta unidade jurisdicionada não detém esta responsabilidade.

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Esta unidade jurisdicionada não detém esta responsabilidade.

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Conforme disposto no Estatuto dos Servidores Públicos aplicado à PRF, por ocasião da posse por nomeação de candidatos habilitados em concurso é exigido o preenchimento e assinatura

de declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos ou proventos, bem como é exigida a apresentação de Certificado de Reservista demonstrando o desligamento dos candidatos oriundos das forças armadas e documento comprobatório de vacância para aqueles oriundos de outros órgãos públicos.

Não foi constatada a ocorrência de acumulação de cargos, funções e empregos públicos.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não foi constatada a ocorrência de acumulação de cargos, funções e empregos públicos.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

QUADRO Q.6 – INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Absenteísmo
O controle de faltas na 8ª SRPRF/SC é realizado pelo comunicado de frequência enviado pelas chefias imediatas, com reflexo nos lançamentos cadastrais e financeiros.
Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais
Com a implantação do SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor, todo o acompanhamento dos atestados médicos, licenças para tratamento de saúde e acidentes de trabalho é realizado pelo portal SIASS, no sítio www.siapenet.gov.br , no módulo Siape Saúde, onde são armazenadas todas as informações sobre os afastamentos. Todavia, a Seção de Recursos Humanos desta UJ dispõe apenas do acesso administrativo. Consultas e relatórios estatísticos dos afastamentos decorrentes de acidentes de serviço e doenças ocupacionais são fornecidas pela Unidade SIASS/UFSC.
Rotatividade
A rotatividade no âmbito da 8ª SRPRF/SC é irrisória, dada a carreira do Policial Rodoviário Federal e a estabilidade no serviço público.
Educação Continuada
O programa de capacitação é formulado pela Coordenação de Ensino no DPRF, sendo executada no âmbito das regionais pelo Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal.
Disciplina
Não existe qualquer indicador na área de Recursos Humanos sobre disciplina no trabalho. No caso da 8ª SRPRF/SC as informações sobre disciplina e correspondentes indicadores gerenciais ficam a cargo da Corregedoria Regional e da Comissão de Ética.
Desempenho Funcional:
Medido pela avaliação funcional da chefia imediata e conforme Decreto nº 84.669/80 e pela Avaliação de Desempenho Individual - ADI instituída pela 8ª SRPRF/SC. A ADI visa mensurar a produtividade individual de cada policial rodoviário federal em serviço na atividade-fim do órgão, através da contabilização das atividades por ele executadas. A ADI pode ser utilizada, dentre outras aplicações: <ul style="list-style-type: none">• Como referencial para avaliações de natureza individual, tais como progressão funcional, estágio probatório, dentre outras;• Como critério de classificação e/ou desempate em processos seletivos internos de qualquer natureza;• Como referencial para a elaboração de escalas de serviço, de comandos e de férias, bem como para concessão de permutas;• Como referencial para elogios e homenagens àqueles que se destacarem positivamente em suas atividades;• Para identificação de dificuldades e elaboração de planos para capacitação profissional;• Para identificação de irregularidades passíveis de punição disciplinar.
Aposentadoria versus reposição do quadro
No exercício de 2013 foram verificadas 08 aposentadorias, em compensação, esta UJ foi agraciada com a nomeação e lotação de 13 servidores em janeiro de 2013. Todavia, a maior preocupação recai sobre o exercício de 2014, onde está prevista ocorrência superior a 70 servidores policiais rodoviários federais com os requisitos à aposentadoria voluntária preenchidos. No exercício de 2014 temos a previsão de ingresso de 93 (noventa e três) servidores que apenas suprirão as possíveis aposentadorias no período, sem sanar o déficit histórico de efetivo.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

Não há existência da informação requerida, uma vez que não existe terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão nesta UJ.

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não há existência da informação requerida, uma vez que não existe terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão nesta UJ.

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: 8ª SRPRF/SC													
UG/Gestão: 200125						CNPJ:00.394.494/0120-61							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	13/2011	05449286/001-00	01/01/13	31/12/14			10	10			P
2013	L	O	04/2013	80275290/001-15	18/03/13	17/03/14	35	35					P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Seção Administrativa e Financeira da UJ

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: 8ª SRPRF/SC													
UG/Gestão: 200125						CNPJ:00.394.494/0120-61							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
	3, 4, 5 e 12	O	03/2011	10565981/0001-78	25/01/13	25/01/14			32	32			P
Observações:													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.								
Área:					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
1. Segurança;					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
2. Transportes;					Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: Seção Administrativa e Financeira da UJ

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

O Contrato nº 04/2013 – Deuseg – CNPJ Nº 80.275.290/0001-15 refere-se aos serviços de limpeza são contratados para atender a 8ª superintendencia (UJ), delegacias e postos (unidades operacionais) em todo o estado. Aditivamos o contrato para atender parcialmente a Academia Nacional de Polícia.

O Contrato nº 13/2011 – Sul Brasil – CNPJ nº 05.449.286/0001-00 refere-se aos serviços de vigilância que atende a sede da 8ª Superintendencia (UJ) e delegacias. Em 2013 tivemos que reduzir os postos de trabalho, suprimindo algumas delegacias, por imposição orçamentária do DPRF. No fim do exercício de 2013, aditivamos o contrato para atender as demandas da Academia Nacional de Polícia.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

O **Quadro A.5.2.6** abaixo visa a demonstrar a composição do quadro de estagiários da UJ. O Quadro A.5.2.6 abaixo contempla os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura da UJ (na área fim ou na área meio).

QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1) Nível superior	-	-	-	-	-
1.1) Área Fim	-	-	-	-	-
1.2) Área Meio	20	23	24	27	2.350,00
2) Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1) Área Fim	-	-	-	-	-
2.2) Área Meio	32	35	93	118	6.950,00
3) Total (1+2)	52	58	117	145	9.300,00

Fonte: Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal – 8ª SRPRF/SC.

No mês de março de 2013, foi contratada, mediante licitação, uma nova empresa agenciadora de estágios. A empresa vencedora foi o Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Inicialmente, cumpre-se frisar que não há veículos automotores contratados de terceiros a serviço da UJ, para, então, passar-se a análise dos tópicos a seguir elencados.

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

- DECRETO N° 6403 DE 17 DE MARÇO DE 2008 - Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 3, DE 15 DE MAIO DE 2008 / SLTI MPOG - Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências;
- INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 07, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011 / DPRF - Disciplina a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres automotores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A importância da frota de veículos sobre as atividades desta UJ decorre das próprias competências e atribuição institucionais da PRF, impondo-se a disponibilidade de viaturas em ideais condições de segurança e conservação, visando o desenvolvimento das atividades precípuas do órgão (policimento ostensivo, atendimento de acidentes, auxílios a usuários, etc.). Ressalta-se que o patrulhamento desenvolve-se diuturnamente nas rodovias federais durante períodos de 24 horas, nos 7 dias da semana.

A viatura policial é principal ferramenta de trabalho do Policial Rodoviário Federal, impactando tanto na qualidade e eficiência dos serviços prestados a sociedade, quanto na preservação da integridade física destes servidores públicos.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS					
GRUPO	UTILIZAÇÃO		CARACTERÍSTICA	USUÁRIO	QUANTITATIVO
I - Veículos de representação	Na representação oficial		Veículo com características adequadas a alta apresentação do restado	Autoridades referidas no art. 3º do Decreto 6403/08	000
II - Veículos especiais	Conforme regulamentação prevista no art. 4º do Decreto 6403/08				000
III - Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço		Automóvel - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Autoridades referidas no art. 5º do Decreto 6403/08	000
IV - Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	Veículo básico - automóvel, motocicleta, motoneta ou ciclomotor - capacidade de motorização compatíveis com o serviço	Servidor em serviço externo	034
		Transporte coletivo	Veículo básico - ônibus, micro-ônibus ou van, capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidores por necessidade do serviço	001
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Veículo básico - automóvel de carga, furgão, utilitário ou pick-up - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no transporte de carga e serviço	012
		Transporte de carga pesada	Veículo básico - caminhão, caminhão guincho, reboque ou semi reboque capacidade e motorização compatíveis com o serviço.	Servidor na execução de atividades específicas	006
Atividades específicas	Veículo de tração - trator de rodas, de esteira ou misto, pá mecânica, motoniveladora e outros equivalentes	000			
V - Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados		Veículos com especificações próprias devidamente justificadas - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no desempenho das atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados.	164
TOTAL					217

Núcleo de Serviços Gerais da 8ª SRPRF/SC

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

GRUPO	CARACTERÍSTICA	MÉDIA DE QUILOMETROS RODADOS / VIATURA
III - Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço	0
IV - Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	10.686
	Transporte de pessoal	
	Transporte coletivo	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	
V - Veículos de serviços especiais	Transporte de carga leve	20.399
	Transporte de carga pesada	
	Atividades específicas	

Núcleo de Serviços Gerais da 8ª SRPRF/SC

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

GRUPO	CARACTERÍSTICA	IDADE MÉDIA DA FROTA
III - Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço	-
IV - Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	7,50 ANOS
	Transporte de pessoal	
	Transporte coletivo	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	
V - Veículos de serviços especiais	Transporte de carga leve	3,51 ANOS
	Transporte de carga pesada	
	Atividades específicas	
	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados	

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais da 8ª SRPRF/SC

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

GRUPO	CARACTERISTICA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA /CORRETIVA	
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço	R\$ 0,00	
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	
		Transporte coletivo	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	R\$ 215.910,60
		Transporte de carga pesada	
	Atividades específicas		
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados	R\$ 668.631,30	
	TOTAL	R\$ 884.541,90	

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais da 8ª SRPRF/SC

GRUPO	CARACTERISTICA	COMBUSTÍVEL	
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço	R\$ 0,00	
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	
		Transporte coletivo	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	R\$ 247.514,02
		Transporte de carga pesada	
	Atividades específicas		
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados	R\$ 1.362.848,00	
	TOTAL	R\$ 1.610.362,02	

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais da 8ª SRPRF/SC

GRUPO	CARACTERISTICA	DPVAT	
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço	R\$ 0,00	
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	
		Transporte coletivo	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	R\$ 4.943,42
		Transporte de carga pesada	
	Atividades específicas		
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados	R\$ 26.823,35	
	TOTAL	R\$ 31.766,77	

Núcleo de Serviços Gerais da 8ª SRPRF/SC

GRUPO	CARACTERISTICA	TOTAL	
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço	R\$ 0,00	
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal	
		Transporte coletivo	
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	R\$ 468.367,04
		Transporte de carga pesada	
	Atividades específicas		
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados	R\$ 2.058.302,65	
	TOTAL	R\$ 2.526.669,69	

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais da 8ª SRPRF/SC

f.1 - A gestão de frota da 8ªSRPRF/SC é realizada por dois servidores, sendo um administrativos e um policial rodoviário.

f.2 - Os gestores principais são auxiliados por gestores locais, nas oito delegacias e núcleos, e totalizando 27 servidores não exclusivos envolvidos indiretamente na manutenção de frota.

f.3 - O quadro de gestores é frequentemente modificado por meio de portarias, sendo a última configuração dada pela portaria 80/2013.

g) Plano de substituição da frota;

O plano de substituição da frota dá-se de forma centralizada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ, através de sistema de informatizado de dados que, atualmente, é gerenciado pelo Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, ferramenta denominada Módulo Transporte.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A principal ferramenta de trabalho do policial rodoviário federal é a viatura policial. Esta apresenta características particulares em função da atividade policial. As características estabelecidas pelo artigo 29, inciso VII da Lei 9.503/97: dispositivos de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente, bem como compartimento para presos, são imprescindíveis para atividade-fim. Neste viés são classificados como veículos especiais, diferindo assim do padrão de veículos normalmente disponíveis para locações.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O controle e gestão da frota é realizada através do Núcleo de Serviços Gerais, núcleo subordinado da Seção Administrativa e Financeira, com atribuições específicas conferidas no artigo 87 da Portaria 1.375/2007 – Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Sendo que os serviços de manutenção corretiva e preventiva da frota são realizadas através de contrato continuado de gestão efetuado com a empresa Ticket Serviços S/A(Ticket Car), de número 11/2010, prorrogado desde então e aditivado em 25% em 2012.

Os abastecimentos da frota são realizadas através de contrato continuado de gestão efetuado com a empresa Ticket Serviços S/A(Ticket Car), de número 005/2008, prorrogado desde então.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	SANTA CATARINA	22	22
	ARARANGUA	1	1
	BARRA VELHA	1	1
	BIGUAÇU	1	1
	BLUMENAU	1	1
	CAMPO NOVOS	1	1
	CATANDUVAS	1	1
	CONCÓRDIA	1	1
	GARUVA	1	1
	GUARAMIRIM	1	1
	ITAIOPOLIS	1	1
	ITAPEMA	1	1
	LAGES	1	1
	MARAVILHA	1	1
	PAULO LOPES	1	1
	PONTE ALTA	1	1
	RANCHO QUEIMADO	1	1
	RIO DO SUL	1	1
	RIO NEGRINHO	1	1
	SANTA CECILIA	1	1
	SÃO JOSÉ	1	1
TUBARÃO	1	1	
XANXERÊ	1	1	
Subtotal Brasil		22	22
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		22	22

Fonte: Seção Administrativa e Financeira da 8ª SRPRF/SC.

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200125	8027.00051.500-6	21	3	271.104,79	30/09/13	285.351,03	-	-
200125	8041.00009.500-2	21	3	341.562,24	03/10/13	573.252,64	-	-
200125	8045.00011.500-6	21	3	391.823,32	30/09/13	599.293,74	-	-
200125	8047.00025.500-9	21	3	147.524,50	03/10/13	199.886,83	-	-
200125	8069.00008.500-7	21	3	48.606,59	03/10/13	75.421,54	-	-
200125	8077.00005.500-1	21	3	77.108,12	03/10/13	135.220,87	-	-
200125	8083.00017.500-1	21	3	70.390,60	03/10/13	112.087,93	-	-
200125	8115.00003.500-7	21	3	80.621,86	03/10/13	107.530,31	-	-
200125	8127.00003.500-0	21	3	87.575,32	03/10/13	132.709,55	-	-
200125	8159.00005.500-0	21	7	41.767,81	03/10/13	41.767,81	-	-
200125	8163.00003.500-7	21	3	490.800,85	03/10/13	659.387,91	-	-
200125	8183.00046.500-6	21	3	49.749,83	03/10/13	84.106,73	-	-
200125	8205.00006.500-2	21	3	86.122,42	03/10/13	149.098,65	-	-
200125	8241.00003.500-2	21	3	125.107,79	03/10/13	186.797,64	-	-
200125	8261.00003.500-7	21	3	59.621,34	03/10/13	114.054,48	-	-
200125	8281.00001.500-0	21	3	239.408,88	03/10/13	327.196,65	-	-
200125	8291.00025.500-9	21	3	59.854,88	03/10/13	203.964,25	-	-
200125	8295.00011.500-5	21	3	91.869,10	03/10/13	237.044,15	-	-
200125	8305.00003.500-2	21	3	65.942,79	03/10/13	106.221,29	-	-
200125	8327.00061.500-0	21	3	594.979,69	31/08/12	594.979,69	-	-
200125	8327.00093.500-4	21	3	4.323.880,00	10/07/12	4.323.880,00	-	-
200125	8067.00036.500-2	21	3	92.931,49	03/10/13	166.553,64	-	-
200125	8383.00008.500-1	21	3	66.793,51	03/10/13	100.999,16	-	-
Total								

Fonte: Seção Administrativa e Financeira – 8ª SRPRF/SC

LEGENDA

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

1 – Aquicultura	12 – Em regularização – Outros
2 – Arrendamento	13 – Entrega – Adm. Federal Direta
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta	14 – Esbulhado (Invadido)
4 – Cessão – Outros	15 – Imóvel Funcional
5 – Cessão – Prefeitura e Estados	16 – Irregular – Cessão
6 – Cessão Onerosa	17 – Irregular – Entrega
7 – Comodato	18 – Irregular – Outros
8 – Disponível para Alienação	20 – Locação para Terceiros
9 – Em processo de Alienação	21 – Uso em Serviço Público
10 – Em regularização – Cessão	22 – Usufruto Indígena
11 – Em regularização – Entrega	23 – Vago para Uso

Estado de Conservação: Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

1 – Novo	5 – Reparos Importantes
2 – Muito Bom	6 – Ruim
3 – Bom	7 – Muito Ruim (valor residual)
4 – Regular	8 – Sem Valor

Total: totalização dos valores das colunas de despesas “Com Reformas” e “Com Manutenção” do exercício.

Análise Crítica:

Em complemento às informações do quadro acima, fez-se a análise acerca dos bens que não possuem RIP e dos imóveis compartilhados, conforme a seguir:

- 1. A Sede Administrativa da 8ª SRPRF/SC** – Está localizada nas dependências a que se refere o RIP 8105.00224.500-1 da UG 393013 - 16ª UNIT/DNIT/SC.
- 2. Garajão do Estreito** – Imóvel sob responsabilidade da UG 393013 - 16ª UNIT/DNIT/SC e de uso compartilhado. Situado à rua Felipe Neves, 261, bairro Estreito, Município de Florianópolis/SC.
- 3. Morro do Avaí** – Imóvel situado as margens da BR 101, KM 207, Morro do Avaí – São José, compreendendo grande área com oito edificações em estado precário de utilização, com formalização da entrega sendo processada nos autos do Processo nº 04972.004645/2010-65 da Gerência Regional do Patrimônio da União em Santa Catarina.
- 4. Stand de Tiro na Av. Das Torres** – Imóvel com área de 60.984 m², situado na Rua Pedro Blunn, Avenida das Torres, sem número, Barreiros, São José, com formalização da entrega sendo processada nos autos do Processo nº 05022.004614/2003-87 da UG 170173 - Gerência Regional do Patrimônio da União em Santa Catarina.
- 5. 1ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na BR 101, KM 204, Barreiros, São José, SC, com

- formalização de Contrato de Cessão de Uso entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.
6. **2ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na BR 101, KM 335, Bairro Morretes, Tubarão, SC, com formalização de Contrato de Cessão de Uso entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.
 7. **3ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na BR 101, KM 40, São Marcos, Joinville, SC, com formalização de Contrato de Cessão de Uso entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.
 8. **4ª Delegacia PRF** – Imóvel pertencente a Prefeitura Municipal de Itajaí, situado rua Blumenau, 1500, Bairro São João, Itajaí, SC, com formalização de Acordo de Cooperação Técnica 02/2012, processo 08666000692/2012-16 para instalação de uma delegacia.
 9. **Unidade Operacional Itajaí** – Imóvel pertencente a Prefeitura Municipal de Itajaí, situado Avenida Vereador Abraão João Francisco, nº 4755, Itajaí, SC, com formalização de Acordo de Cooperação Técnica 02/2012, processo 08666000692/2012-16 para instalação de uma Unidade Operacional.
 10. **5ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na Rua Getúlio Vargas nº 515, Bairro Conta Dinheiro, Lages SC, com formalização de Contrato de Cessão de Uso entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.
 11. **6ª Delegacia PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na rua Cel. José Severiano Maia, nº 1111, Centro, Mafra, com formalização de Contrato de Cessão de Uso entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.
 12. **7ª Delegacia de Fronteira PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na BR 282, KM 391, Joaçaba/SC, com formalização de Contrato de Cessão de Uso entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.
 13. **8ª Delegacia de Fronteira PRF** – Imóvel compartilhado com a 16ª UNIT/DNIT, situado na BR 282, KM 539, Trevo, Chapecó/SC, com formalização de Contrato de Cessão de Uso entre o DNER (extinto) e a 8ª SRPRF/SC.
 14. **Unidade Operacional de Palhoça** - Imóvel situado as margens da BR 101, KM 220, Bairro Aririu da Formiga - Palhoça, compreendendo o terreno com área de 13.461 m² (treze mil quatrocentos e sessenta e um metros quadrados) com benfeitorias não averbadas, matriculado sob os numeros 28.617, 28.618, 28.619, 28.626, 28.630, 28.632 e 28.648 no Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça/SC e cadastrado sob o numero 01357 no Sistem de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA), conforme Lei nº 16.185 de 12/12/2013, publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, nº 19.724 de 16/12/2013.
 15. **Unidade Operacional de Lages** - Imóvel situado as margens da BR 282, KM 205 - Localidade de Índios, compreendendo 262 m² de área construída em estado novo.
 16. **Unidade Operacional de Água Doce** - Imóvel situado as margens da BR 153, KM 10.6, município de Água Doce/SC, compreendendo o terreno com área de 19.200 m² (dezenove mil e duzentos metros quadrados), a ser desmembrado de uma área maior, localizado no Municipio de Água Doce, com benfeitorias não averbadas, matriculado sob os numeros 5.353 e 6.503 no 2º Registro de Imóveis da

Comarca de Joaçaba/SC e cadastrado sob o numero 03351 no Sistem de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA), conforme Lei nº 16.185 de 12/12/2013, publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, nº 19.724 de 16/12/2013.

17. Unidade Operacional de Mafra - Imóvel situado as margens da BR 116, KM 1, município de Mafra/SC, compreendendo o terreno com área de 1.882,50 m² (mil oitocentos e oitenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob os numeros 2.683 e 2.684 no 2º registro de imóveis da Comarca de Mafra/SC e cadastrado sob o numero 01565 no Sistem de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA), conforme Lei nº 16.185 de 12/12/2013, publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, nº 19.724 de 16/12/2013.

18. Unidade Operacional de Joinville, imóvel situados às margens da BR 101, Km 25,8, em Joinville/SC;

19. Unidade Operacional de Capão Alto, imóvel situados às margens da BR 116, Km 280, em Capão Alto/SC;

20. Unidade Operacional de Canoinhas, imóvel situados às margens da BR 280, Km 252, em Canoinha/SC;

21. Unidade Operacional de Joaçaba, imóvel situados às margens da BR 282, Km 388, em Joaçaba/SC;

22. Unidade Operacional de Guaraciaba, imóvel situados às margens da BR 163, Km 79,8, em Guaraciaba/SC (Imóvel em Construção).

TABELA T.7 – OBRAS QUE FORAM CONTRATADAS NO FINAL DE 2012 QUE FORAM EXECUTADAS E INAUGURADAS EM 2013

Contrato	Data início	Data término	Objeto	Valor
24/2012	04/12/12	08/11/13	Reforma e ampliação da unidade operacional de Maravilha.	457.339,39
25/2012	04/12/12	09/10/13	Reforma e ampliação da Unidade Operacional de Xanxerê	315.409,99
26/2012	04/12/12	10/10/13	Reforma e ampliação da Unidade Operacional de Concórdia	169.117,71
27/2012	04/12/12	11/10/13	Reforma e ampliação da Unidade Operacional de Blumenau.	218.790,37
28/2012	04/12/12	08/11/13	Reforma e ampliação da Unidade Operacional de Rio Negrinho	445.253,66
29/2012	14/11/12	14/03/13	Construção de muro na Unidade Operacional de Rio do Sul	37.313,59
39/2012	14/12/12	09/10/13	Poço para captação de água subterrânea para Unidade Operacional de Xanxerê.	42.629,47
41/2012	19/12/12	19/03/13	Manutenção corretiva e readequação do sistema elétrico da Unidade Operacional de Guaracirim/SC.	45.542,97
01/2013	15/01/13	14/07/13	Manutenção predial da sede da 8ªSRPRF/SC.	311.000,00
30/2012	03/12/12	Em execução	Construção da Unidade Operacional de Guaraciaba	2.373.621,98

Fonte: SAF - CPInfra – 8ªSRPRF/SC

TABELA T.8 – OBRAS CONTRATADAS EM 2013 COM INÍCIO DE EXECUÇÃO PREVISTO PARA 2014:

Objeto	Valor
Reforma da delegacia de Lages	R\$ 586.803,80
Reforma da delegacia de Mafra	R\$ 547.223,11
Construção da Unidade Operacional de Joaçaba	R\$ 1.599.765,02
Construção da Unidade Operacional de Campos Novos	R\$ 1.893.000,00
Construção de pátio para retenção de veículos para unidade de Concórdia	R\$ 96.283,43
Construção de pátio para retenção de veículos para unidade de Lages	R\$ 44.404,11
Construção de pátio para retenção de veículos para unidade de Água Doce	R\$ 19.199,90
Construção de pátio para retenção de veículos para unidade de Rio do Sul	R\$ 57.849,60
Construção de pátio para retenção de veículos para unidade de Paulo Lopes	R\$ 54.330,00
Construção de pátio para retenção de veículos para unidade de Rancho Queimado	R\$ 38.703,11

Fonte: SAF - CPInfra – 8ªSRPRF/SC

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Não se aplica a esta UJ.

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	SANTA CATARINA	2	1
	SÃO JOSÉ	1	1
	FLORIANOPOLIS	1	0
Subtotal Brasil		2	1
EXTERIOR	NÃO POSSUI IMÓVEL LOCADO NO EXTERIOR	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	1

Fonte: Seção Administrativa e Financeira – 8ª SRPRF/SC

Análise Crítica:

Em complemento à informação acima, trata-se de contrato de locação de um heliponto com pátio e hangar, para decolagens, pousos e hangaragens dos helicópteros Bell-407 e EC-120-Colibri, localizado na rua São benedito, 255, Serraria, São José/SC, registro no cartório de imóveis de nº 84.565, celebrado com a empresa Helisul Táxi Aéreo Ltda (CNPJ 75543611/0001-85).

Locação de imóvel para instalação da ANPRF, localizado na rodovia SC 401, km 19, nº 4756, bairro vargem pequena, florianopolis, registro no cartorio de imóveis de nº 40.919 e 40.920 celebrado com a Empresa Gomes Participações Societárias Ltda.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO**7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)**

QUADRO A.7.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
X	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013 por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.

	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
X	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	

	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
X	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Fonte: Núcleo de Telemática da 8ª SRPRF/SC	

7.1.1 Análise Crítica

Conforme a estrutura organizacional da PRF e as atribuições definidas em seu regimento interno (Portaria MJ nº 1375/2007), a área desta Unidade Jurisdicionada afeta à Gestão da Tecnologia da Informação é o Núcleo de Telemática – NUTEL, que planeja, coordena e executa, no âmbito da unidade regional, atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização – CGPLAM.

Dessa forma, diversos quesitos relativos a Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada não são executados diretamente pela unidade desconcentrada, visto que as estratégias, diretrizes, políticas e regras relativas à gestão e ao uso da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC são definidas, aprovadas e publicadas em âmbito nacional pelo DPRF, através da estrutura da CGPLAM.

De fato, a atuação da gerência de TIC no âmbito regional está voltada à manutenção da infraestrutura de TIC; suporte técnico aos usuários; gestão dos recursos de TIC; implantação de projetos e soluções técnicas; estudos e pesquisas voltados a melhoria e modernização dos serviços; levantamento de informações e demandas para subsidiar o macro planejamento de TIC da Polícia Rodoviária Federal. Obviamente, a execução de tais responsabilidades se desdobram em várias outras atribuições e atividades.

Na prática, a equipe de trabalho do NUTEL, além da atuação descrita, ainda participa de diversas ações e projetos em âmbito nacional, ocorrendo constantes convocações de servidores desta unidade desconcentrada para trabalharem dedicados à essas demandas. Destacamos, nesse sentido, a participação no Projeto Landell, que trata da modernização do sistema de radiocomunicação da PRF; participação no desenvolvimento e implantação de sistemas de informação, sendo iniciado o Projeto ADDs – Apoio Desconcentrado de Desenvolvimento de Sistemas; colaboração na elaboração de plano de ação da CGPLAM e guia de boas práticas em TIC. A dedicação desses servidores, bem como sua qualificação e competência técnica, motivou a cessão de 2 (dois) integrantes da regional para trabalharem nos projetos nacionais em 2013.

O quadro do NUTEL no exercício de 2013 estava composto por 4 servidores (PRFs) e 4 terceirizados (3 técnicos em informática e uma recepcionista). Com relação aos terceirizados, temos dificuldade em manter os melhores talentos, uma vez que temos colaboradores com nível superior,

mas contratados como técnicos de informática.

O grande desafio que se apresenta para realizar uma boa gestão de TIC, diz respeito a formar e manter uma equipe de trabalho, com integrantes que possuam conhecimento, capacidade e competências técnicas, capaz de suprir todos os campos de atuação que envolvem a informática, telefonia e radiocomunicação. Um dos principais obstáculos percebidos é a ausência de um quadro de cargos especializados, na estrutura da Polícia Rodoviária Federal, que permitiriam a seleção e contratação de servidores públicos, profissionais com atribuições específicas para executar tais atividades. Apesar de existirem, na estrutura atual, profissionais com ótima qualificação é notório que o fato desses servidores públicos terem sido contratados e formados para exercer as atribuições do cargo de Policial Rodoviário Federal, em diversos momentos, dificulta a manutenção desses profissionais dedicados às atividades técnicas.

Durante o exercício de 2013 houve algumas importantes contratações na área de TI, como a implantação da nova rede de dados em todas as unidades de Santa Catarina. Tal contratação, aumentou a velocidade dos links e diminuiu os custos com conexão.

Convém destacar que, durante o ano de 2013, foram atendidas 2968 ordens de serviço (OS). Ordens de Serviço são chamados para a realização de alguma atividade relacionada à área de TI, dentre os quais, configuração de computadores, suporte aos usuários, manutenção de rede, fornecimento/troca de equipamentos, atualização de sistemas de TI, rádio, telefonia e configurações das mais diversas. Houve um incremento de 84% no número de OS's em relação ao mesmo período do ano de anterior. Tal aumento da demanda, denota claramente a sobrecarga de trabalho que o Nutel enfrenta, diante da dificuldade de efetivo.

Outra dificuldade significativa em 2013 foi a recorrente indisponibilidade dos sistemas mantidos pelo DPRF, dentre os quais destacamos o sistema Br-Brasil (para confecção do Boletins de Acidente de Trânsito), SISCOM (Sistemas de Multas) e e-mail funcional. Pelas informações obtidas do DPRF, as causas eram o problema de abastecimento de energia elétrica no DF, que estava gerando alguns apagões, bem como a mudança da estrutura da sede antiga para a nova sede do DPRF, em Brasília/DF. Todavia, já se observou a minimização dessas situações.

Outra necessidade veemente é a implantação de escala de 24 horas de atendimento no Nutel, haja vista a grande quantidade de solicitações de serviço fora do horário comercial. Como não há previsão para o pagamento de sobreaviso e horas extras, a única alternativa seria a implantação de escala de serviço de 24 horas.

Por fim, a expectativa do Núcleo de Telemática é a possibilidade de lotação de servidores oriundos de novos concursos, que tenham formação e experiência técnica na área de TI, permitindo uma melhor divisão do trabalho e uma maior qualidade na prestação dos serviços.

8 “PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.”

GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.9.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p> <p>Nos serviços de engenharia, foram previstas obrigações para as contratadas que tratam da organização e administração da obra visando o menor impacto ambiental, bem como adoção da postura de incentivo de aquisição e contratação na região. Também foi previsto que a contratada providencie o descarte correto dos entulhos resultantes da obra. Nos serviços de limpeza, foram previstas obrigações para a contratada que tratam da gestão de resíduos, utilização de materiais pouco tóxicos, treinamento dos empregados para execução dos serviços de maneira consciente evitando-se o desperdício de água, energia e produtos químicos, bem como separação e destinação de papéis e materiais recicláveis. Nos serviços de conserto de viaturas, foram previstas obrigações para a contratada que tratam do descarte adequado de óleo lubrificante, baterias pneus, produtos químicos e solventes. Em todas as contratações foi previsto que as contratadas observem a legislação ambiental pertinente (citada nos Editais e Termos de Referência) além de prover e fiscalizar o uso de EPIs pelos funcionários. Para as aquisições, foi pesquisado a possibilidade de compra de materiais acessórios e insumo contendo porcentagem de material reciclado, porém o mercado ainda se apresenta limitado nos elementos que precisam ser adquiridos pela Regional.</p>					X
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>				X	
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).</p>					X
<p>4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>				X	

<p>Apenas nas obras de engenharia foi solicitado certificado de regularidade ambiental, nos moldes da Lei 6938/98 e IN IBAMA nº 31/2009. A questão da existência de certificação ambiental é adotada com as empresas participantes, porém, não é adotada como critério de avaliação ou critério de desempate de propostas, nem mesmo como condição habilitatória das licitantes. A condição foi tratada especialmente nas contratações de serviços de engenharia, obrigando-se, a contratada, a comprovar como procede o desfazimento sustentável no caso de ser detentora da norma.</p>						
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p> <p>Houve substituição e instalação de lâmpadas mais econômicas, no entanto, o impacto ainda não foi refletido nos gastos em decorrência das condições das atuais instalações elétricas, que são muito antigas.</p>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px; text-align: center;">X</td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> </tr> </table>				X	
			X			
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p> <p>Sim, papel reciclado.</p>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px; text-align: center;">X</td> </tr> </table>					X
				X		
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p> <p>Foram adquiridos refs de filtro de água e recarga de extintores de incêndio.</p>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px; text-align: center;">X</td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> </tr> </table>				X	
			X			
<p>8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).</p>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px; text-align: center;">X</td> </tr> </table>					X
				X		
<p>9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.</p>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; height: 20px; text-align: center;">X</td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> </tr> </table>	X				
X						
<p>10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.</p>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px; text-align: center;">X</td> </tr> </table>					X
				X		
<p>11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px; text-align: center;">X</td> </tr> </table>					X
				X		
<p>12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px;"></td> <td style="width: 20px; height: 20px; text-align: center;">X</td> </tr> </table>					X
				X		

Considerações Gerais:

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Fonte: Seção Administrativa Financeira - 8ªSRPRF/SC

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
A 8ª SRPRF não aderiu a nenhum tipo de programa de sustentabilidade						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (em resmas)	1.554	1404	1578	16.489,41	13.983,34	14.999,24
Água	5.095 m ³	5.463 m ³	5.664m ³	24.840,18	29.652,47	23.808,44
Energia Elétrica	703.472 kWh	654.970 kW/h	600.218 kW/h	309.502,79	367.306,92	315.710,48
			Total	16.489,41	410.942,73	354.518,16

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais – 8ª SRPRF/SC

Verificou-se, em relação ao consumo de papel, que a adoção de algumas medidas foram eficientes na economia de consumo, sobretudo, a normatização pelo DPRF da impressão frente e verso. No entanto, houve no exercício de 2013 um aumento no consumo devido a instalação da Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal o que gerou um maior consumo do que nos dois últimos anos (2012 e 2013).

A busca e promoção de um uso consciente de recursos no âmbito desta UJ, apresentamos no quadro acima um consumo decrescente nos últimos anos, ou seja uma economia de água. Já o de energia, apresenta uma crescente. Acreditamos que, fatores como o forte calor e a instalações de fios e condutores de energia muito antigas, são os principais motivos pelo não atingimento dessa “meta” para essa redução do consumo de energia.

9 *“PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.”*

CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU;

Conforme informações prestadas pela Seção Administrativa e Financeira e pelo Núcleo de Apoio Técnico, Não houve ocorrência das informações solicitadas abaixo em relação ao exercício 2013 para esta UJ.

9.2 Tratamento de recomendações do OCI (Órgão de Controle Interno)

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

9.3 Informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	1	-	1
	Entregaram a DBR	1	-	1
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	35	-	35
	Entregaram a DBR	35	-	35
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: Núcleo de Administração de Pessoal - 8º SRPRF/SC.

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

O quadro acima foi preenchido de forma parcial, uma vez que não se aplicam para esta UJ os incisos de I a VI, da Lei nº 8.730/93, que tratam do: Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministros de Estado, membros do Congresso Nacional, membros da Magistratura Federal e membros do Ministério Público da União.

No âmbito desta UJ, ocorre periodicamente a disponibilização a todos os servidores do Termo de Opção que trata da obrigatoriedade de autorização de acesso ou da apresentação da declaração de ajuste anual do Imposto de Renda.

Dentre aqueles obrigados a entregar a Declaração de Bens e Renda elencados no quadro acima, somente 01 servidor permanece com essa situação, uma vez que os demais optaram por autorizar o acesso às suas DBR pelos órgãos de controle.

Os Termos de Opção são controlados e exigidos pelo Núcleo de Administração de Pessoal (NUAP) quando da posse e exercício de novos servidores. No caso de servidores já ocupantes do cargo de PRF, a obrigatoriedade de exigir e receber a DBR anual ou o preenchimento do Termo de

Opção é delegada aos chefes imediatos, que, após a entrega dos referidos documentos pelos seus subordinados, devem encaminhá-los para o NUAP para fins de registro e arquivo.

Grande parte do efetivo da 8ª SRPRF/SC já optou por autorizar o acesso à sua DBR, restando, em um universo de aproximadamente 530 servidores ativos (PRFs e servidores administrativos), apenas 10 servidores que ainda se comprometem a apresentar anualmente tal documentação.

Nesse sentido, anualmente, após o término do prazo de entrega do IR à Receita Federal, ou seja, no mês de maio, o NUAP encaminha memorandos e e-mails para as chefias imediatas a fim de que cobrem daqueles servidores que se comprometeram a entregar a DBR o cumprimento dessa obrigação. No caso de negativa por parte de algum desses servidores, a exigência é novamente reforçada, podendo ainda ser encaminhada tal situação à Corregedoria Regional. Outrossim, incumbe às delegacias, seções e núcleos da 8ª SRPRF/SC o recebimento da DBR de seus servidores para posterior encaminhamento ao NUAP.

Atualmente, utiliza-se um sistema informatizado, com uma base eletrônica de dados funcionais e pessoais de servidores, que possui mecanismos de controle e registro para esse gerenciamento.

A DBR e o Termo de Opção são entregues em papel. Todavia, mesmo com a autorização de acesso assinada pelo servidor, tal acesso se restringe aos órgãos de controle, portanto, não há por parte desta UJ nenhum tipo de acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil. Ademais, não existe uma rotina de análise das DBR apresentadas pelos servidores.

Por fim, ressalta-se que todo ano é aberto e instruído um processo administrativo específico que serve de arquivo e consultas dos documentos apresentados pelos servidores: DBR e Termo de Opção / Autorização.

9.5 Medidas adotadas em caso de dano ao erário

A UJ publicou a portaria nº 038 de 18 de janeiro de 2013, constituindo a Comissão de Lavratura de Termo Circunstanciado Administrativo (TCA) para desempenhar as atividades relacionadas a autuação processual e lavratura do TCA, no âmbito da 8ª SRPRF/SC e locais de interesse da união, conforme determinações estabelecidas na Instrução de Serviço nº 03/2013, publicada no BS Nº 007/2013, em 18 de janeiro de 2013 e na IN CGU Nº 04, de 17 de fevereiro de 2009. Abaixo, quantitativo dos processos instruídos e finalizados em 2013 para apuração de responsabilidade e ressarcimento ao erário de materiais que sofreram danos ou foram extraviados/furtados/roubados.

QUADRO Q.7 – PROCESSOS DE TCA EM 2013

08666004186.2013-87	08666004060.2013-41	08666004053.2013-19	08666004061.2013-57	08666004068.2013-79
08666012666.2013-31	08666004064.2013-91	08666000037.2013-49	08666004236.2013-26	08666004425.2013-07
08666005513.2013-18	08666004052.2013-66	08666006633.2013-32	08666011412.2013-86	08666006640.2013-34
08666005721.2013-17	08666007542.2013-14	-	-	-

Fonte: Boletim de Serviço – Núcleo de Apoio Técnico - 8ªSRPRF/SC

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

O modelo constante do quadro abaixo deverá ser preenchido com os dados do gestor responsável pela área da UJ que tenha a atribuição de atualizar os dados nos respectivos sistemas, traduzindo-se a declaração apresentada como veracidade da situação corrente dos sistemas especificados.

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Bernardo de Barros Oliveira**, CPF nº 021.856.297-78, **Chefe da Seção Administrativa e Financeira da 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Estado de Santa Catarina** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores, com exceção daqueles instrumentos de contratos que ficaram impossibilitados de inserção no Sistema SIASG, devido a problemas apresentados no próprio sistema, geralmente relativos à licitações originárias de outros Órgãos Gerenciadores.

Florianópolis/SC, 26 de março de 2014.


Bernardo de Barros Oliveira

(021.856.297-78)

Chefe da Seção Administrativa e Financeira da 8ª SRPRF/SC

10 “PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.”

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas:

A 8ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal dispõe do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) nos termos da Portaria nº 319/2013. Já em relação à reclamação, denúncias ou sugestões é acionado o canal na página do DPRF na internet: <https://www.prf.gov.br/PortalInternet/index.faces>. Na página encontramos os links que prestam serviços a comunidade e contatos (endereços e telefones, ouvidoria e pesquisa ouvidoria).

10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade:

A 8ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal não dispõe de mecanismos próprios para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade. No entanto o DPRF faz pesquisas de opiniões.

10.3 Demontração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

Não há existência da informação requerida para esta UJ.

11 *“PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.”*

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Esta UJ ainda não realiza tais atividades, assim como as outras regionais do DPRF, uma vez que se aguardam diretrizes e orientações da administração central para padronização e capacitação de servidores.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

Não se aplica a esta UJ.

11.2.2 Declaração com Ressalva

QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)	Código da UG		
8ª SUPERINTEND. DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	200125		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais); regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, NBC T 16.9 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/2008 e NBC T 16.10 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none">a) 603 - SALDO CONTÁBIL DO ALMOXARIFADO NÃO CONFERE C/RMA;b) 634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS;c) 642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVOS IMOBILIZADO;d) 674 - SALDO A LONGO PRAZO INDEVIDO CONTAS TRANSIT. PASSIVO CIRCULANTE;e) 684 - FALTA DE ATUALIZAÇÃO PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO. <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	22 de janeiro de 2014
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC n.º	DF - 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CONTADOR/ROG/SE/MJ
Coordenador

OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Findo o exercício de 2013, pode-se elaborar o presente Relatório de Gestão evidenciando os trabalhos da Administração Pública na figura da 8ª SRPRF/SC, sendo este uma possibilidade impar para expor não só aos órgãos de controle, mas também à sociedade em geral, as atividades realizadas e/ou pretendidas por esta instituição de Segurança Pública.

Cientes da responsabilidade que é imputada aos gestores públicos quanto à transparência na aplicação e prestação de contas dos recursos alocados, sejam eles orçamentários, materiais, humanos, etc., foram abordados amiúde e com o maior nível de detalhamento possível os aspectos que refletem a gestão desta UJ.

Como principais realizações da 8ª SRPRF/SC no exercício de 2013, destacam-se a significativa redução de 10% no número de vítimas fatais decorrentes dos acidentes de trânsito nas rodovias federais catarinenses, em relação ao ano anterior (2012) e redução de 25%, em relação a 2011. Houve também uma redução na quantidade de feridos diretamente correlacionado na redução de 4,2% na quantidade de acidentes. Importante destacar que por si só esses resultados já são bastante expressivos, não obstante, considerando-se o aumento constante na frota nacional de veículos, o que repercute no dever da PRF em promover a sensação de segurança nas pessoas que se utilizam desse meio de locomoção, ao longo das rodovias e estradas federais.

Ademais, fundamental frisar a grande superação nas metas relacionadas ao cumprimento do Programa Temático de Governo 2070 – Segurança Pública com Cidadania, programa esse vinculado ao Ministério da Justiça. Outrossim, as metas relacionadas aos Objetivos de Governo, aos quais as ações da PRF vinculam-se, foram plenamente cumpridas naquilo que cabia a esta UJ.

Também bastante relevante a obtenção de resultados significativos no combate ao narcotráfico, entrada ilegal de armas e munições e no contrabando e descaminho, com foco nas regiões de fronteira.

Desse feito, foram 1.083.315 veículos fiscalizados (aumento de 28,81% em relação a 2012), 531.981 pessoas fiscalizadas (aumento de 47,73% em relação a 2012) e 143.920 procedimentos de fiscalização de alcoolemia ao volante (aumento de 73,43% em relação a 2012) e 1061 motoristas embriagados encaminhados a polícia judiciária (aumento de 59,19% em relação a 2012). Ainda, mais de 8.000 pessoas foram alcançadas por ações de educação para o trânsito.

A Polícia Rodoviária Federal tem uma característica intrínseca de prevenção. Embora tenha sido preparada ao longo de anos para o enfrentamento à criminalidade, com ações e táticas especiais, o dia a dia reclama mais ações preventivas que repressivas. Outrossim, a meta está na fiscalização e não na autuação, prisão ou apreensão. A fiscalização bem feita, respeitosa, com foco definido por levantamentos estatísticos, é fundamental para a obtenção do principal resultado, qual seja, salvar vidas.

Prisões, apreensões e autuações são consequências da fiscalização devidamente realizada, na hora e no lugar adequado. O alinhamento de cada policial e de cada servidor com os objetivos institucionais foi uma filosofia trabalhada no exercício em tela e que deve continuar em destaque

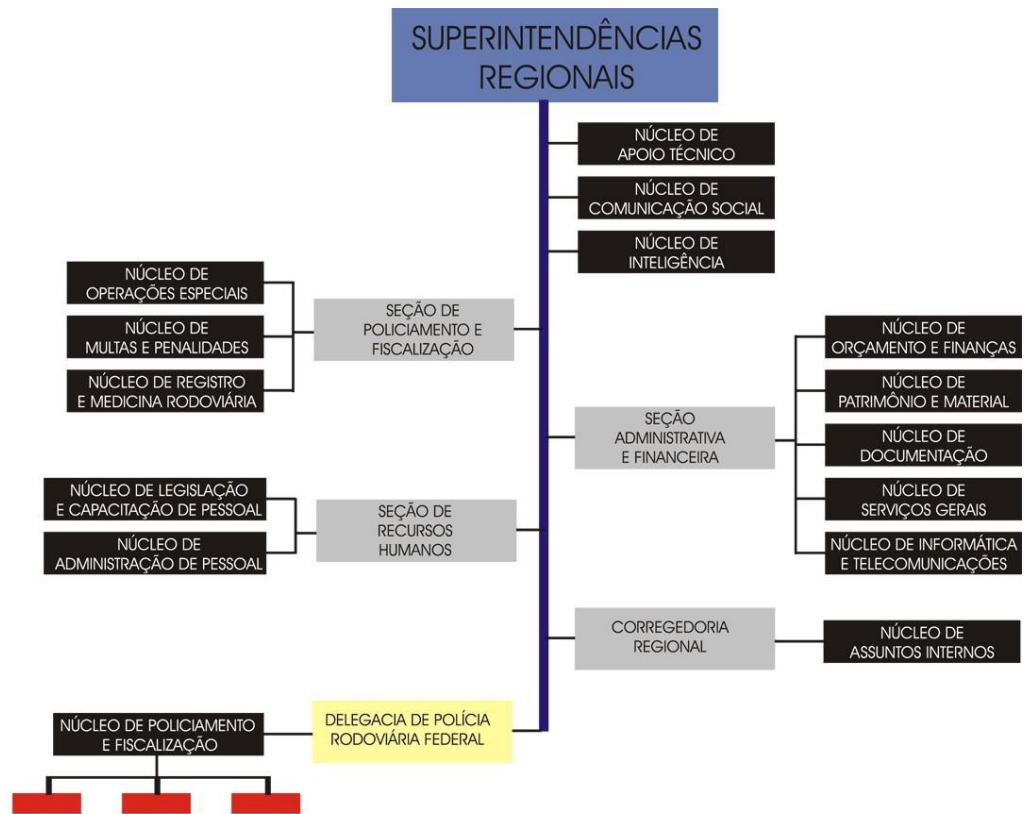
nos anos seguintes.

Em relação aos resultados obtidos, premente ressaltar que foram frutos de grande esforço e comprometimento pessoal de cada servidor e gestor desta UJ, que se superaram ante a uma crítica defasagem de efetivo. A 8ª SRPRF/SC apresenta um quadro em que todas as delegacias, sem exceção, estão com uma significativa defasagem de efetivo, e a área administrativa também apresenta sobrecarga de trabalho, devido ao acréscimo de demandas. Tal situação, com o passar do tempo, é agravada em decorrência de remoções de servidores para outras regionais, aposentadorias e afastamentos de servidores. A única solução visualizada para um futuro próximo é abertura de novos concursos para suprir a da demanda por servidores.

Por fim, espera-se que este Relatório de Gestão possa, para os órgãos da Administração Pública, sejam eles de controle ou não, ter trazido as informações necessárias para elucidar e convalidar os atos praticados pelos gestores desta Unidade Jurisdicionada, e para a sociedade, um pouco mais de conhecimento das atividades realizadas pela 8ª SRPRF/SC em suas várias frentes de ação, com a devida e indispensável transparência.

Com o presente documento, a 8ª SRPRF/SC encerra o exercício 2013, enaltecendo a missão institucional de **“preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã”** como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

ANEXO I - ORGANOGRAMA FUNCIONAL



LEGENDA:

- Superintendências Regionais
- Delegacia
- Seções
- Núcleos
- Postos Policiais

ANEXO II - REGIMENTO INTERNO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Abaixo segue-se uma síntese, com ênfase no que diz respeito às competências e atribuições desta UJ, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal (aprovado pela Portaria MJ nº 1375, de 2 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União na Edição nº 150, de 6/08/2007):

PORTARIA N o 1.375, DE 2 DE AGOSTO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, na forma do Anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria no 3.741, de 15 de dezembro de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARSO GENRO

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão específico singular, integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, a que se refere o art. 2º, inciso II, alínea "h", do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, tem por finalidade exercer as competências estabelecidas no §2º do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, e, especificamente:

I - preservar a ordem, a segurança pública, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, planejar e coordenar o policiamento rodoviário e executar operações relacionadas com os serviços de segurança pública, por meio do policiamento ostensivo das rodovias e estradas federais;

II - exercer os poderes de autoridade de trânsito, dentre os quais:

a) autuar infratores, adotar as medidas administrativas e aplicar as penalidades;

b) cobrar e arrecadar multas, taxas e valores, em razão da prestação dos serviços de apreensão, remoção e estadia de veículos, objetos e animais, que se encontrem irregularmente nas faixas de domínio das rodovias federais, podendo providenciar a alienação daqueles não reclamados, na forma da legislação em vigor;

c) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, a escolta de veículos de cargas superdimensionadas, indivisíveis ou perigosas, podendo recolher os valores provenientes deste serviço; e

d) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;

III - executar o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas e bens;

IV - planejar e executar os serviços de prevenção de acidentes e atendimento a vítimas nas rodovias e estradas federais;

V - realizar levantamentos de locais de acidentes, boletins de ocorrências, análise de disco diagrama, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em lei ou regulamentos, imprescindíveis à completa elucidação dos acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias e estradas federais;

VI - assegurar a livre circulação das vias, notadamente em casos de acidentes de trânsito e

manifestações sociais e calamidades públicas;

VII - elaborar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do artigo 69 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, e disciplinando o seu preenchimento a ser aprovada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

VIII - manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e a implementação de ações integradas de segurança pública;

IX - executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;

X - informar ao órgão responsável pela manutenção, conservação e sinalização das vias, sobre as condições de tráfego que possam comprometer a segurança do trânsito, solicitando e adotando medidas emergenciais à sua proteção;

XI - promover processos de recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, bem como demais atividades de ensino, na área de competência do Departamento; XII - credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis, e de produtos perigosos;

XIII - assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário competente a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança; e

XIV - planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O Departamento de Polícia Rodoviária Federal -DPRF tem a seguinte estrutura:

I - Unidades Centrais

...

II - Unidades Desconcentradas

1. Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal - SRPRF

1.1. Núcleo de Apoio Técnico - NUAT

1.2. Núcleo de Comunicação Social - NUCOM

1.3. Núcleo de Inteligência - NUIINT

1.4. Seção de Policiamento e Fiscalização - SPF

1.4.1. Núcleo de Operações Especiais - NOE

1.4.2. Núcleo de Multas e Penalidades - NMP

1.4.3. Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária - NURAM

1.5. Seção Administrativa e Financeira - SAF

1.5.1. Núcleo de Orçamento e Finanças - NUOFI

1.5.2. Núcleo de Patrimônio e Material - NUPAT

1.5.3. Núcleo de Documentação - NUDOC

1.5.4. Núcleo de Serviços Gerais - NUSEG

1.5.5. Núcleo de Telemática - NUTEL

1.6. Seção de Recursos Humanos - SRH

1.6.1. Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal NUCAP

1.6.2. Núcleo de Administração de Pessoal -NUAP

1.7. Corregedoria Regional - CR

1.7.1. Núcleo de Assuntos Internos - NUAI

1.8. Delegacia de Polícia Rodoviária Federal -DelPRF

1.8.1. Núcleo de Policiamento e Fiscalização NPF

...

§1º As Superintendências Regionais em número de vinte e uma, compõem-se de cento e cinquenta e uma delegacias, assim distribuídas:

...

VII - 7ª Superintendência, com sede na cidade de Curitiba, abrangendo o Estado do Paraná, com sete delegacias;

...

Art. 75. Às Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal, nos âmbitos das respectivas circunscrições, compete:

I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

II - conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;

III - emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;

IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;

V - conceder remoção, ex-ofício, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;

VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;

VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;

VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;

IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;

X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e

XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 76. Ao Núcleo de Apoio Técnico compete:

I - promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;

II - prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos;

III - prestar acompanhamento administrativo nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência;

IV - elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente;

V - prestar auxílio técnico às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado;

VI - reunir, organizar, zelar e manter atualizado todo o acervo de livros, revistas e demais publicações jurídico-legais da Superintendência; e

VII - providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias da Regional de um exemplar do boletim de serviço central.

Art. 77. Ao Núcleo de Comunicação Social compete:

I - orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social;

II - promover e executar as atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Departamento, no âmbito da Superintendência;

III - providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional;

IV apurar, editar, redigir e difundir matérias do interesse da Superintendência;

V - programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência; e

VI - promover a articulação da Superintendência com outros órgãos da Administração Pública, bem como manter cadastro atualizado de autoridades.

Art. 78. Ao Núcleo de Inteligência compete:

- I - seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento;*
- II - assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência;*
- III - apresentar relatório periódico das atividades de inteligência ao Superintendente e ao Coordenador de Inteligência;*
- IV - planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência na Superintendência;*
- V - produzir conhecimentos resultantes do processamento completo das informações obtidas pela atividade de inteligência;*
- VI - intensificar a produção de conhecimentos para a atividade-fim, atuando em conjunto com as Delegacias e a Seção de Policiamento e Fiscalização da Superintendência;*
- VII - cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à salvaguarda de assuntos sigilosos;*
- VIII - identificar, acompanhar e avaliar as ameaças reais ou potenciais à área de atuação da Superintendência;*
- IX - planejar e elaborar o Plano de Segurança Orgânica da sede da Superintendência, bem como nas Delegacias e Postos subordinados à Superintendência;*
- X - solicitar dados, informações e conhecimentos aos órgãos de inteligência, sobre assuntos de interesse da Superintendência;*
- XI - manter intercâmbio com órgãos públicos e entidades privadas, com vistas à obtenção de dados relacionados com a sua área de atuação;*
- XII - manter sob sua guarda toda a documentação encaminhada para os arquivos da área de inteligência;*
- XIII - receber, conferir e classificar documentos, expedientes e demais correspondências, bem como controlar o trâmite de correspondências enviadas e recebidas por meio de malotes específicos da área;*
- XIV - propor a aplicação de cursos de capacitação, especialização, seminários, palestras e outros eventos ligados à atividade de inteligência, apresentando projetos ao Coordenador de Inteligência do Departamento, por intermédio do Superintendente; e*
- XV - elaborar e propor o Plano Anual de Atividades de Inteligência na Superintendência.*

Art. 79. À Seção de Policiamento e Fiscalização compete:

- I - programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria;*
- II - coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material informações pertinentes à estadia, alimentação, locomoção e outros dados necessários ao planejamento de apoio logístico, quando da realização de operações fora da circunscrição da Superintendência;*
- III - coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais - CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta;*
- IV - orientar, supervisionar e controlar os serviços de escolta e segurança, nos deslocamentos de autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos responsáveis, mantendo sob seu comando direto um corpo de motociclistas para a execução dessas tarefas;*
- V - organizar e manter atualizado o controle dos veículos e bens apreendidos; o cadastro de formulários destinados à apreensão de documentos, veículos, armas e outros objetos; bem como o cadastro dos documentos extraviados, cancelados ou danificados;*
- VI - programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito, objetivando a redução dos acidentes; e*
- VII - realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência, além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas, gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestados ao longo das rodovias e estradas federais.*

Art. 80. Ao Núcleo de Operações Especiais compete:

- I - orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;*

II estudar, revisar e propor normas, instruções e regulamentações referentes a abordagem, bloqueio de estradas, controle de tráfego e demais ações de policiamento;

III - executar, controlar e avaliar as operações especiais desencadeadas pela Superintendência;

IV - apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo superior hierárquico;

V - executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, contrabando, descaminho, falsificação de produtos, adulteração de combustíveis, outros crimes contra o patrimônio, e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais;

VI - executar, acompanhar e promover ações específicas no combate ao trabalho escravo, à exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de seres humanos, aos crimes ambientais, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, e demais delitos transnacionais que utilizem as rodovias e estradas federais para sua consecução;

VII - pesquisar, analisar e difundir o comportamento dos infratores, bem como organizar e manter atualizado o cadastro de informações sobre os crimes praticados nas rodovias e estradas federais, além de elaborar e difundir as resenhas sobre acontecimentos de relevância ocorridos em sua área de atuação em articulação com a área de Inteligência e Central de Informações Operacionais; e

VIII - coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.

Art. 81. Ao Núcleo de Multas e Penalidades compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;

II - organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades da Superintendência, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades;

III - organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registros de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;

IV - acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;

V - controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infração distribuídos, extraviados ou danificados;

VI - controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;

VII - elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes;

VIII - preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas, e

IX - coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Art. 82. Ao Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária compete:

I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam:

a) atendimento pré-hospitalar e resgate

b) transporte inter-hospitalar;

c) transporte de órgãos;

d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional;

e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;

f) comandos de saúde preventivos para o trânsito;

g) atividades de medicina do tráfego;

h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito;

i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.

- II - realizar ou acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades elencadas no inciso I;*
- III propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades elencadas no inciso I;*
- IV - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Devesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso I;*
- V - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes;*
- VI propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço;*
- VII - manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;*
- VIII - preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito;*
- IX - orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos, elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança;*
- X - colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;*
- XI - promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários ligados a boletins de ocorrências; e*
- XII - realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário.*

Art. 83. À Seção Administrativa e Financeira compete:

- I - programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;*
- II - elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência;*
- III orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;*
- IV coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente;*
- V - comunicar os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações no âmbito da Superintendência;*
- VI - indicar à autoridade competente os servidores que deverão atuar como pregoeiro, equipe de apoio, presidente e membros das comissões de licitação, gestores de contrato e comissão de recebimento de materiais/serviços no âmbito da Unidade Regional;*
- VII - prestar apoio administrativo ao pregoeiro e às comissões de licitação;*
- VIII - supervisionar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e gestão contratual no âmbito da Superintendência;*
- IX - organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório;*
- X - promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no âmbito da Unidade Regional; e*
- XI - desenvolver, implementar e coordenar o planejamento da Unidade Regional, considerando todas as áreas de atuação e encaminhando as demandas à Sede Central, em*

prazo estabelecido mediante instrução interna do Departamento.

Art. 84. Ao Núcleo de Orçamento e Finanças compete:

- I - programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira;*
- II - elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;*
- III - controlar e executar os recursos recebidos e praticar os procedimentos pertinentes à emissão de notas de empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas;*
- IV - informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;*
- V - controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;*
- VI - controlar e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;*
- VII - receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos;*
- VIII - analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;*
- IX - proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;*
- X - analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;*
- XI - emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos;*
- XII - manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários; e*
- XIII - manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.*

Art. 85. Ao Núcleo de Patrimônio e Material compete:

- I - orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;*
- II - efetuar o levantamento das necessidades da Superintendência e propor a aquisição de bens móveis e imóveis;*
- III - receber, acompanhar, controlar, distribuir ou redistribuir os bens móveis;*
- IV - propor a recuperação, reparação ou substituição dos bens danificados integral ou parcialmente; a alienação dos bens móveis considerados prescindíveis ou de recuperação antieconômica e a baixa dos bens irrecuperáveis, de acordo com a legislação pertinente, elaborando os mapas de incorporação e baixa de bens;*
- V promover o inventário patrimonial dos bens de responsabilidade da Superintendência;*
- VI - examinar os processos de alienação, bem como orientar e controlar a execução dos atos que envolvam a aquisição, alienação e recebimento de bens móveis e imóveis, e os registros contábeis de baixas, cessões e alienações;*
- VII - manter atualizado o cadastro de material permanente e de imóveis, com a respectiva documentação, inclusive termo de responsabilidade;*
- VIII - examinar, conferir, armazenar e escriturar a entrada e a saída de materiais e equipamentos, exercendo o controle físico-contábil dos estoques, bem como efetuar o levantamento das necessidades e propor a aquisição do material de consumo;*
- IX - manter em segurança os materiais estocados, observando as condições de armazenamento, de acordo com as determinações contidas em legislação pertinente, bem como indicar membros para compor comissão especial para efetuar o inventário e o recebimento de bens adquiridos;*
- X - atualizar, no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União, as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência;*
- XI manter atualizada a situação física dos bens patrimoniais no sistema de controle interno do patrimônio; e*
- XII - manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores lotados na Unidade Desconcentrada para pronto atendimento quando solicitado.*

Art. 86. Ao Núcleo de Documentação compete:

- I - controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;*

II - receber, conferir, classificar, numerar, selecionar, distribuir, pesquisar, autuar e indexar documentos, processos, expedientes e demais correspondências;

III - manter sob sua guarda, em perfeitas condições de conservação, a documentação encaminhada para arquivo;

IV - manter registro, controlar, acompanhar e prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos;

V - controlar o trâmite de correspondências enviadas por meio de malotes;

VI - promover a aquisição, supervisão e controle da distribuição do Diário Oficial, jornais, revistas e periódicos necessários ao desempenho da Superintendência;

VII - implementar e supervisionar a política de documentação e informação no âmbito da Superintendência, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória; e

VIII - normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho.

Art. 87. Ao Núcleo de Serviços Gerais compete:

I - encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;

II - elaborar e manter atualizado o catálogo de materiais e de especificações, bem como manter registro cadastral de fornecedores e prestadores de serviços;

III - processar e efetuar compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente;

IV - instruir os interessados sobre os documentos necessários à inscrição no cadastro de fornecedores;

V - acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional;

VI - promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;

VII - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos;

VIII - promover o gerenciamento da frota de veículos;

IX - elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos -PAAV no âmbito da sua Unidade Regional;

X - informar imediatamente ao Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material sobre qualquer alteração de situação física, temporária ou permanente, dos bens patrimoniais encaminhados para manutenção ou conserto, bem como sobre movimentações para estes fins; e

XI - repassar periodicamente ao Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais as informações relativas à manutenção e documentação das viaturas da Superintendência.

Art. 88. Ao Núcleo de Telemática compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;

II - desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação;

III - treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Superintendência;

IV - pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização de recursos de hardware, software e de telecomunicações, bem como sua implantação e operação;

V - promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e programas de informática, telefonia e radiocomunicação; e

VI - dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.

Art. 89. À Seção de Recursos Humanos compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e

legislação de pessoal; e

II - planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde:

a) concessão de plano de saúde;

b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;

c) Projeto Servidor Saudável a Escolha Racional e Viável – PROSSERV;

d) apoio de saúde institucional;

e) higiene e saúde no trabalho;

f) perícias;

g) doenças do trabalho;

h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;

i) medicina do trabalho;

j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;

l) juntas médicas regionais.

III - prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química;

IV auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

V - realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

VI - realizar ou acompanhar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;

VII - propor aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas; e

VIII - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II.

Art. 90. Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores; II - auxiliar na realização de concursos públicos e outros processos seletivos, cursos e estágios;

III - realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal;

IV - analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;

V - planejar e executar as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA;

VI - instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;

VII - executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da GDATA;

VIII - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como elaborar diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos da Superintendência;

IX - instruir processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações rídico-legais necessárias à defesa da União; e

X - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Art. 91. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:

I - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às

necessidades de recursos humanos do Núcleo;

II - auxiliar o Chefe do Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência;

III - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento;

IV - cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

V - controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar;

VI - prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei;

VII - adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;

VIII controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;

IX - controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;

X - instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-ofício, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores;

XI - analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;

XII - promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;

XIII - fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei;

XIV - acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;

XV - calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignação;

XVI - elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas-de-custo, auxílio-creche, alimentação, transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional;

XVII adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente;

XVIII - planejar, coordenar, orientar e executar, em nível nacional, as seguintes atividades de saúde:

a) acompanhamento da concessão de plano de saúde;

b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;

c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável -PROSSERV;

d) apoio de saúde institucional;

e) higiene e saúde no trabalho;

f) perícias de saúde;

g) doenças do trabalho;

h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;

i) atividades de medicina do trabalho;

j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;

l) Junta médica nacional;

m) juntas médicas regionais;

n) auxiliar o recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

o) inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

p) auxiliar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades de saúde;

q) proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades de saúde;

r) representação local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades gêneres, na

busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas no inciso XXV.

XIX - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Art. 92. À Corregedoria Regional compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;

III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;

IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;

VI - elaborar e manter atualizado os relatórios da área correccional da Unidade Regional;

VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correccionais de servidores da Superintendência;

VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;

IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;

X - elaborar estatísticas de interesse da área correccional e relatórios de gestão;

XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correccionais;

XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;

XIII - auxiliar na gestão do orçamento correccional;

XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e

XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:

I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional; II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;

III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;

IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;

V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e

VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Art. 94. As Delegacias de Polícia Rodoviária Federal compete:

I - executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;

II - controlar e orientar os procedimentos de autuação e adoção de medidas administrativas; III - controlar as condições do trânsito nas rodovias e estradas federais e executar outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da delegacia;

IV - zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao longo das rodovias e estradas federais sob sua circunscrição, bem como realizar comandos

especiais e de rotina;

V - adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, notadamente em casos de acidentes;

VI zelar pela observância das disposições legais e regulamentares quanto ao alinhamento, recuo e gabarito das construções às margens das rodovias e estradas federais ou de obras e instalações que possam interferir na segurança do trânsito;

VII - adotar medidas de prevenção e repressão aos crimes contra a pessoa, a vida, o patrimônio público e de particulares, o meio ambiente, a administração pública, em especial o contrabando e o descaminho, e demais delitos previstos na legislação penal em vigor, nas estradas e rodovias federais;

VIII - controlar e executar os serviços referentes às áreas administrativas, de pessoal, de protocolo e arquivo, zeladoria, material e patrimônio;

IX - baixar atos normativos relativos à regulamentação de atividades, em sua área de circunscrição, após devidamente autorizado pelo Superintendente ou Chefe de Distrito; e

X - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 95. Ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização compete controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia.

ANEXO III - ESTRUTURA DAS DELEGACIAS DA 8ª SRPRF/SC

Delegacia / Circunscrição	Unidades Operacionais / Localização
DEL.01 - Delegacia metropolitana de São José BR 101 - Km 204 Circunscrição: BR 101: Km 174,0 (Biguaçu) ao Km 246,7 (Palhoça) BR 282: Km 0,0 (Florianópolis) ao Km 6,3 (São José) BR 282: Km 15,5 (Palhoça) ao Km 117,9 (Alfredo Wagner)	DEL.01/UOP 01 – Unidade Operacional de Biguaçu BR 101 - Km 190
	DEL.01/UOP 02 - Unidade Operacional de Palhoça BR 101 - Km 220
	DEL.01/UOP 03 - Unidade Operacional de Rancho Queimado BR 282 - Km 62
DEL.02 - Delegacia metropolitana de Tubarão BR 101 - Km 335 Circunscrição: BR 101: Km 246,8 (Paulo Lopes) ao Km 465,9 (Passo de Torres) BR 101: Km 0,0 ao Km 4,8 – Acesso federal ao aeroporto de Jaguaruna	DEL.02/UOP 01 - Unidade Operacional de Tubarão BR 101 - Km 341
	DEL.02/UOP 02 - Unidade Operacional de Araranguá BR 101 - Km 417
	DEL.02/UOP 03 - Unidade Operacional de Paulo Lopes BR 101 - Km 267
DEL.03 - Delegacia metropolitana de Joinville BR 101 - Km 40 Circunscrição: BR 101: Km 0,0 (Garuva – Divisa com o Paraná) ao Km 110,4 (Navegantes) BR 280: Km 0,0 (São Francisco do Sul) ao Km 77,1 (Jaraguá do Sul)	DEL.03/UOP 01 - Unidade Operacional de Joinville BR 101 - Km 25,8
	DEL.03/UOP 02 - Unidade Operacional de Barra Velha BR 101 - Km 81,6
	DEL.03/UOP 03 - Unidade Operacional de Guaramirim BR 280 - Km 54,7
DEL.04 - Delegacia metropolitana de Itajaí Rua Blumenau, nº 1500, Bairro São João Circunscrição: BR 101: Km 110,5 (Navegantes) ao Km 173,9 (Tijucas) BR 470: Km 0,0 (Navegantes) ao Km 201,0 (Ponte Alta) BR 470: Km 0,0 ao Km 1,7 – Acesso federal a Gaspar BR 477: Km 203,2 ao Km 208,6 – Acesso federal a Blumenau	DEL.04/UOP 01 - Unidade Operacional de Blumenau BR 470 - Km 58,8
	DEL.04/UOP 02- Unidade Operacional de Rio do Sul BR 470 - Km 135
	DEL.04/UOP 03 - Unidade Operacional de Itapema BR 101 - Km 146
	DEL.04/UOP 04 - Unidade Operacional de Itajaí Av. Ver. Abrahão João Francisco, 4755
DEL.05 - Delegacia de Lages Av. Getúlio Vargas, 515, Bairro Conta Dinheiro Circunscrição: BR 116: Km 160,9 (Santa Cecília) ao Km 310,4 (Capão Alto) BR 116: Km 0,0 ao Km 1,3 – Acesso federal ao aeroporto de Lages BR 282: 118,0 (Bom Retiro) ao Km 292,5 (São José do Cerrito) BR 470: Km 201,1 (Ponte Alta) ao Km 270,5 (Curitibanos) BR 475: Km 50,8 (Bocaina do Sul) ao Km 60,0 (Bocaina do Sul)	DEL.05/UOP 01 - Unidade Operacional de Lages BR 282 - Km 205
	DEL.05/UOP 02 - Unidade Operacional de Capão Alto BR 116 - Km 280
	DEL.05/UOP 03 - Unidade Operacional de Ponte Alta BR 116 - Km 200
DEL.06 - Delegacia de Mafra Rua Coronel José Severiano Maia, 1111, Centro Circunscrição: BR 116: Km 0,0 (Mafra – Divisa com o Paraná) ao Km 160,8	DEL.06/UOP 01 - Unidade Operacional de Mafra BR 116 - Km 1
	DEL.06/UOP 02 - Unidade Operacional de Santa Cecília BR 116 - Km 119

<p>(Santa Cecília) BR 116 (PR): Km 190,7 (Campo do Tenente) ao Km 210,8 (Rio Negro - Divisa com Santa Catarina) BR 280: Km 77,2 (Corupá) ao Km 154,2 (Canoinhas)</p>	<p>DEL.06/UOP 03 - Unidade Operacional de Rio Negrinho BR 280 - Km 129</p> <p>Del 06/UOP 04 – Unidade Operacional Canoinhas BR 280, Km 252</p>
<p>DEL.07 - Delegacia de Fronteira de Joaçaba BR 282 - Km 391</p> <p>Circunscrição: BR 153: Km 0,0 (Água Doce – Divisa com o Paraná) ao Km 118,9 (Concórdia - Divisa com o Rio Grande do Sul) BR 282: Km 292,6 (São José do Cerrito) ao Km 469,3 (Ponte Cerrada) BR 470: Km 270,6 (Brunópolis) ao Km 358,8 (Campos Novos - Divisa com o Rio Grande do Sul) BR 470 (RS): Km 0,0 (Barracão - Divisa com Santa Catarina) ao Km 9,7 (Barracão)</p>	<p>DEL.07/UOP 01 - Unidade Operacional de Campos Novos BR 282 - Km 351,9</p> <p>DEL.07/UOP 02 - Unidade Operacional de Joaçaba BR 282 - Km 388</p> <p>DEL.07/UOP 03 - Unidade Operacional de Concórdia BR 153 - Km 92,2</p> <p>DEL.07/UOP 04 - Unidade Operacional de Água Doce BR 153 – Km 10,6</p>
<p>DEL.08 - Delegacia de Fronteira de Chapecó BR 282 - Km 539</p> <p>Circunscrição: BR 158: Km 99,0 (Cunha Porã) ao Km 147,7 (Palmitos – Divisa com o Rio Grande do Sul) BR 163: Km 0,0 (Dionísio Cerqueira – Divisa com o Paraná) ao Km 3,6 (Aduana Internacional de Dionísio Cerqueira) BR 163: Km 71,4 (São Miguel do Oeste) ao Km 123,5 (Dionísio Cerqueira – Divisa com o Paraná) BR 282: Km 469,4 (Vargeão) ao Km 645,6 (São Miguel do Oeste) BR 282: Km 650,7 (São Miguel do Oeste) ao Km 680,6 (Paraíso – Fronteira com a Argentina) BR 480: Km 123,5 (Chapecó) ao Km 131,1 (Chapecó)</p>	<p>DEL.08/UOP 01 - Unidade Operacional de Xanxerê BR 282 - Km 508,5</p> <p>DEL.08/UOP 02 - Unidade Operacional de Maravilha BR 282 - Km 606</p> <p>DEL.08/UOP 03 - Unidade Operacional de Guaraciaba BR 163 – Km 79,8</p>

ANEXO IV - ROL DE RESPONSÁVEIS

132 - DIRIGENTE MÁXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	SILVINEI VASQUES			CPF:	74391607972
Endereço Residencial:	RUA PEDRO ALVES,527 - BELA VISTA II				
Cidade:	SAO JOSE	UF:	SC	CEP:	88110-070
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	silvinei.vasques@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		132 - DIRIGENTE MÁXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS			
Nome do Cargo ou Função:		SUPERINTENDENTE			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1602/2011	17/08/2011	-	-	01/01/2013	31/12/2013

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	EVANDRO GUILHERME DE SOUZA BRUNO FILHO			CPF:	31831206153
Endereço Residencial:	RUA MOACIR ANTONIO ABREU, 94 - SUL DO RIO				
Cidade:	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	UF:	SC	CEP:	88140000
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	evandro.bruno@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		132 - DIRIGENTE MÁXIMO DA UJ QUE APRESENTA AS CONTAS			
Nome do Cargo ou Função:		SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1869/2011	27/09/2011	-	-	01/01/2013	31/12/2013

100 - ORDENADOR DE DESPESAS

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	SILVINEI VASQUES			CPF:	74391607972
Endereço Residencial:	RUA PEDRO ALVES,527 - BELA VISTA II				
Cidade:	SAO JOSE	UF:	SC	CEP:	88110-070
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	silvinei.vasques@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		100 - ORDENADOR DE DESPESAS			
Nome do Cargo ou Função:		ORDENADOR DE DESPESAS			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1602/2011	17/08/2011	-	-	01/01/2013	31/12/2013

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	EDUARDO LUGO SAMUDIO			CPF:	39088910197
Endereço Residencial:	AV. MAL.CASTELO BRANCO, 175				
Cidade:	SÃO JOSÉ	UF:	SC	CEP:	88101020
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	eduardo.lugo@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		100 - ORDENADOR DE DESPESAS			
Nome do Cargo ou Função:		ORDENADOR DESPESAS SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 431/2012	26/10/2012	-	-	01/01/2013	31/12/13

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	FABIANO SARDA LUIZ			CPF:	95200436915
Endereço Residencial:	RUA DESEMBARGADOR PEDRO SILVA, 2070, BLOCO A, APTO 504, COQUEIROS				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88080700
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	fabiano.luiz@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		100 - ORDENADOR DE DESPESAS			
Nome do Cargo ou Função:		ORDENADOR DE DESPESAS INTERINO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 206/2013		-	-	12/07/2013	31/12/13

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	GIANCARLO ROSSETTO			CPF:	02611625948
Endereço Residencial:	RUA JOAQUIM NABUCO 1394, AP 202				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88090060
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	giancarlo.rossetto@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		100 - ORDENADOR DE DESPESAS			
Nome do Cargo ou Função:		ORDENADOR DE DESPESAS INTERINO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 405/2011	07/10/2011	Portaria 206/2013	12/07/2013	01/01/2013	12/07/2013

110 – CONFORMIDADE DE GESTÃO

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	ISABEL PINTO MENDES			CPF:	93313594972
Endereço Residencial:	RUA CORONEL MAURICIO SPALDING DE SOUZA, 396				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88025110
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	isabel.mendes@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		110 - CONFORMIDADE DE GESTÃO			
Nome do Cargo ou Função:		TITULAR RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE DE REG. GEST.			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 488/2012	07/12/2012	-	-	01/01/2013	31/12/2013

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	JANICE IANE BALBINOT			CPF:	36996998034
Endereço Residencial:	RUA DUARTE SCHULTELL, 50 – AP. 603				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88015640
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	janice.balbinot@dprf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		110 – CONFORMIDADE DE GESTÃO			
Nome do Cargo ou Função:		RESPONSÁVEL SUBSTITUTO DA CONFORMIDADE REG. GEST.			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 488/2012	07/12/2012	-	-	01/01/2013	31/12/2013

131 - RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	EDUARDO LUGO SAMUDIO			CPF:	39088910197
Endereço Residencial:	AV. MAL. CASTELO BRANSO, 175				
Cidade:	SÃO JOSÉ	UF:	SC	CEP:	88101020
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	eduardo.lugo@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		131 - RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1897/2012	05/10/2012	-	-	01/01/2013	28/05/2013

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	BERNARDO DE BARROS OLIVEIRA			CPF:	02185629778
Endereço Residencial:					
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88101020
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	bernardo.oliveira@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		131 - RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1145/2013	28/05/2013	-	-	28/05/2013	31/12/2013

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	MARCEL MATIAS PONTES			CPF:	01681137917
Endereço Residencial:					
RUA DR .ADERBAL CAPELA, 570, APTO 102, COQUEIROS					
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88080-250
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	marcel.pontes@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		131 - RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE SUBSTITUTO DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 2292/2012	17/12/2012	Portaria 1313/2013	17/06/2013	01/01/2013	17/06/2013

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	SIMONE DE OLIVEIRA LUIZ			CPF:	02416941917
Endereço Residencial:					
RUA ADHEMAR DA SILVA, 187, APTO 203, KOBRASOL					
Cidade:	SÃO JOSÉ	UF:	SC	CEP:	88101090
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	simone.luiz@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		131 - RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE SUBSTITUTO DA SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1313/2013	17/06/2013	-	-	17/06/2013	15/12/2013

137 - RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO ORCAMENTARIA

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	BERNARDO DE BARROS OLIVEIRA			CPF:	02185629778
Endereço Residencial:	RUA DEP. ANTONIO EDU VIEIRA, 1304				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88040001
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	bernardo.oliveira@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		137 - RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO ORCAMENTARIA			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO ORÇAMENTO E FINANÇAS			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1408/2011	18/08/2011	-	-	01/01/2013	31/12/2013

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	GETULIO JOSE DE SOUZA			CPF:	39932222968
Endereço Residencial:	RUA GENERAL BITTENCOURT, 546				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	880020100
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	getulio.jose@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		137 - RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO ORCAMENTARIA			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO ORÇAMENTO E FINANÇAS SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1722/2011	21/09/2011	-	-	01/01/2013	31/12/2013

138 - RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO FINANCEIRA

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	BERNARDO DE BARROS OLIVEIRA			CPF:	02185629778
Endereço Residencial:	RUA DEP. ANTONIO EDU VIEIRA, 1304				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88040001
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	bernardo.oliveira@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		138 - RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO FINANCEIRA			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO ORÇAMENTO E FINANÇAS			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1408/2011	18/08/2011	-	-	01/01/2013	31/12/2013

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	GETULIO JOSE DE SOUZA			CPF:	39932222968
Endereço Residencial:	RUA GENERAL BITTENCOURT, 546				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88020100
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	getulio.jose@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		138 - RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE GESTÃO FINANCEIRA			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO ORÇAMENTO E FINANÇAS SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1722/2011	21/09/2011	-	-	01/01/2013	31/12/2013

207 - RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	JOSE CARLOS GOMES			CPF:	11551763168
Endereço Residencial:	SQD BRASÍLIA, LOTE 08 BL L APTO 203 - ASA NORTE				
Cidade:	BRASÍLIA	UF:	DF	CEP:	71835-540
Telefone:	(61) 3381-2847	Fax:		e-mail:	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		207 - RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL			
Nome do Cargo ou Função:		COORDENADOR DE CONTABILIDADE			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria SE 488	16/04/2008	-	-	01/01/2013	31/12/2013

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	OSEIAS DA SILVA			CPF:	29478960091
Endereço Residencial:	QD CLN 403 BLOCO D,17 - ASA NORTE				
Cidade:	BRASÍLIA	UF:	DF	CEP:	71835-540
Telefone:	(61) 3039-4637	Fax:		e-mail:	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		207 - RESPONSÁVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DE SERVIÇOS			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria SE 0687	07/05/2010	-	-	01/01/2013	31/12/2013

301 - RESPONSÁVEL PELO ALMOXARIFADO-BENS DE ESTOQUE

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	CICERO GOULART DE SOUZA			CPF:	05050219191
Endereço Residencial:	RUA DOUGLAS SEABRA LEIVER, 231 – AP. 202 – TRINDADE				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88040410
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	cicero.goulart@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		301 - RESPONSÁVEL PELO ALMOXARIFADO-BENS DE ESTOQUE			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1013/2012	15/06/2012	-	-	01/01/2013	31/12/2013

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	AUGUSTO CESAR TENORIO SIQUEIRA GOMES			CPF:	01407762737
Endereço Residencial:	RUA PASTOR WILLIAN RICHARD SCHISLER FILHO, 1200 – AP.102				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88034100
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	augusto.gomes@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		301 - RESPONSÁVEL PELO ALMOXARIFADO-BENS DE ESTOQUE			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1717/2012	20/09/2012	-	-	01/01/2013	31/12/2013

306 - RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO PATRIMÔNIO-BENS MOVEIS

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	CICERO GOULART DE SOUZA			CPF:	05050219191
Endereço Residencial:	RUA DOUGLAS SEABRA LEIVER, 231 – AP. 202 – TRINDADE				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88040410
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	cicero.goulart@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		306 - RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO PATRIMÔNIO-BENS MOVEIS			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1013/2012	15/06/2012	-	-	01/01/2013	31/12/2013

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	AUGUSTO CESAR TENORIO SIQUEIRA GOMES			CPF:	01407762737
Endereço Residencial:	RUA PASTOR WILLIAN RICHARD SCHISLER FILHO, 1200 – AP.102				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88034100
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	augusto.gomes@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		306 – RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO PATRIMÔNIO-BENS MOVEIS			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1717/2012	20/09/2012	-	-	01/01/2013	31/12/2013

326 - GESTOR DE TRANSPORTES

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	TRAJANO FREDERICO SILVA FAGUNDES			CPF:	60174536968
Endereço Residencial:	RUA IRMÃ BONAVITA, 2323				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88095200
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	trajano.fagundes@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		326 - GESTOR DE TRANSPORTES			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1804/2011	29/09/2011	-	-	01/01/2013	31/12/2013

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	MARCELO DE FREITAS GUIMARAES			CPF:	09070695766
Endereço Residencial:	RUA ADMAR GONZAGA, 1663 – AP. 402				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88034000
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	marcelo.guimaraes@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		326 - GESTOR DE TRANSPORTES			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 2296/2012	17/12/2012	-	-	01/01/2013	31/12/2013

342 - GESTOR DE PESSOAL

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	ALLAN CARLOS VIEIRA			CPF:	88865215968
Endereço Residencial:	RUA DR FULVIO ADUCCI, 471, APTO 302, BLOCO C, BAIRRO ESTREITO				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88075-001
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	allan.vieira@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		342 - GESTOR DE PESSOAL			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DA SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - FG 01			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 930/2010	23/06/2010	-	-	01/01/2013	31/12/2013

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	DANIEL ALVES BRASIL			CPF:	61532371268
Endereço Residencial:	RUA HIPOLITO MAFRA, 203, BLOCO B, APTO, SACO DOS LIMÕES				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88045-410
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	daniel.brasil@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		342 - GESTOR DE PESSOAL			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DA SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1319/2009	29/09/2009	-	-	01/01/2013	31/12/2013

394 - RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO PATRIMÔNIO-BENS IMOVEIS

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	CICERO GOULART DE SOUZA			CPF:	05050219191
Endereço Residencial:	RUA DOUGLAS SEABRA LEIVER, 231 - AP. 202 - TRINDADE				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88040410
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	cicero.goulart@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		395 - RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO PATRIMÔNIO-BENS IMOVEIS			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1013/2012	15/06/2012	-	-	01/01/2013	31/12/13

UNIDADE JURISDICIONADA		8ª SRPRF/SC			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	AUGUSTO CESAR TENORIO SIQUEIRA GOMES			CPF:	01407762737
Endereço Residencial:	RUA PASTOR WILLIAN RICHARD SCHISLER FILHO, 1200 – AP.102				
Cidade:	FLORIANÓPOLIS	UF:	SC	CEP:	88034100
Telefone:	(48) 3251-3200	Fax:		e-mail:	augusto.gomes@prf.gov.br
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU nº 63/2010)		394 - RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO PATRIMÔNIO-BENS IMOVEIS			
Nome do Cargo ou Função:		CHEFE DO NÚCLEO DE PATRIMÔNIO SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria 1717/2012	20/09/2012	-	-	01/01/2013	31/12/13

ANEXO V – RELATÓRIO CGU-PAD

CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Oitava Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal	
Período: 01/01/2006 a 14/03/2014	
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	198
Total de Ritos Sumários	2
Total de Sindicâncias	39
Total de Procedimentos	239

As informações contidas no presente documento, enquanto se mantiver a natureza preparatória das mesmas, são de acesso restrito nos termos do art.7º, §3º, da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c art. 20º do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012;
As informações apresentadas não consideram o eventual cancelamento do registro das penalidades de advertência e de suspensão, conforme previsão do art. 131 da Lei 8.112/90.

Página: 1 de 1

Data da emissão do relatório: 14/03/2014

Emitido por: MAURICIO MACIEL PEREIRA JUNIOR